



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



CATIANO DA SILVA GAMA

**ROCQUE PENNAFORT: UMA TESSITURA LITERÁRIA, MEMORIALISTA E
HISTÓRICA**



MACAPÁ-AP
2023

CATIANO DA SILVA GAMA

**ROCQUE PENNAFORT: UMA TESSITURA LITERÁRIA, MEMORIALISTA E
HISTÓRICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLET) da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Literatura, cultura e memória.

Orientador(a): Prof. Dr. Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos

MACAPÁ-AP
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

- G184 Gama, Catiano da Silva.
Rocque Pennafort: uma tessitura literária, memorialista e histórica / Catiano da Silva
Gama. - Macapá, 2023.
1 recurso eletrônico. 109 folhas.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação
em Letras, Macapá, 2023.
Orientadora: Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos.
- Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).
1. Rocque Pennafort. 2. Olapoque. 3. Memória. I. Santos, Fernanda Cristina da
Encarnação dos, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 809

GAMA, Catiano da Silva. **Rocque Pennafort**: uma tessitura literária, memorialista e histórica . Orientadora: Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado) - undefined. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

CATIANO DA SILVA GAMA

**ROCQUE PENNAFORT: UMA TESSITURA LITERÁRIA, MEMORIALISTA E
HISTÓRICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Letras
(PPGLET) da Universidade Federal do
Amapá, como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Literatura, cultura e
memória.

Orientador(a): Prof. Dr. Fernanda Cristina da
Encarnação dos Santos

Data da aprovação: 29/12/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador(a): Prof. Dr. Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos
Campus Santana
Universidade Federal do Amapá

Membro Titular: Marco Aurélio Scarpino Rodrigues
Campus Araraquara
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Membro Titular: Prof. Dr. Romaro Antônio Silva
Campus Macapá
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Local: Campus Marco Zero do Equador
Universidade Federal do Amapá
Macapá-Amapá

AGRADECIMENTOS

Todo o Caminho a ser percorrido, por mais curto que seja, precisa de ajuda e de apoio para se dar os primeiros passos, e cada nova fase da vida é um novo caminho a ser trilhado. Pelo caminho formal educacional o qual até aqui eu trilhei, devo prestar agradecimento a todo o sistema e às instituições educacionais públicas, gratuitas e acessíveis; sem o acesso público à educação, crianças e jovens viventes nas periferias do Brasil afora não teriam chances de quebrar um ciclo de desesperança, e eu faço parte dessa camada forjada nas periferias. Desse sistema de educação pública, agradeço especialmente à Instituição Universidade Federal do Amapá, que através desse Programa de Mestrado Acadêmico em Letras me proporcionou o acesso a um lugar acadêmico que tempos atrás me parecia ser impossível.

Esta dissertação só ganhou vida graças à publicação da obra *Histórias do Oiapoque: com arquivos e as memórias de Rocque Pennafort*, que teve a autoria de Sonia Zaghetto. Se não fosse seu empenho e dedicação em organizar, produzir e encontrar fomentadores para a publicação desse livro, talvez eu nunca conhecesse essa encantadora e instigante face do Oiapoque. Não bastasse a publicação dessa obra, que é a base desta dissertação, Sonia Zaghetto sempre me atendeu muito bem, dedicando horas de seu tempo em conversas, sempre muito recheadas de Oiapoque, fronteira franco-brasileira, cultura e Pennafort, e por tudo isso agradeço nominalmente a essa autora incrível, Sonia Zaghetto.

Agradeço também aos meus amigos Lutemberg Santana e Eliel Clebson, que ainda numa fase muito inicial se propuseram a dialogar e ajudar a amadurecer esse que é hoje objeto dessa dissertação. Igualmente, ao referenciar esses dois amigos que me ajudaram nessa caminhada desde o início, preciso agradecer também a um grande amigo, Delson Júnior, que durante todo o programa de mestrado direcionou-me palavras de incentivo e encorajamento.

Dentro do programa de mestrado reencontrei o amigo poeta da fronteira Marven Junius e construí uma amizade com o cantor e compositor Helder Brandão; o bom humor e a parceria desses dois trouxeram leveza para essa atividade que

tende a ser muito tensa e cansativa. Muito obrigado por todas as formas de contribuição.

Importante destacar que até chegar a ingressar em um programa de mestrado, contei muito com a ajuda dos meus cinco irmãos (Lígia Kátia, Ligiane Gama, Caster Gama, Leilane Souza, Keynnes Souza), que direta ou indiretamente sempre incentivaram muito a continuidade da minha carreira acadêmica. Obrigado por todo o apoio que vocês me prestam.

Preciso e devo agradecer àquela que literalmente foi a minha primeira professora em quase tudo na vida, que me alfabetizou sob a luz de lamparina, a minha mãe Vânia Lúcia da Silva Gama, que infelizmente durante a caminhada do mestrado nos deixou. Mas sei que onde estiver ela transbordará de alegria, eterna gratidão por tudo que a senhora fez por mim.

Agradeço imensamente por todo o cuidado e compreensão da minha esposa Ana Luísa e dos meus dois filhos, Catiano de Lucas e Maria Flor, que juntos conseguem me fazer revisar a vida a todo o momento. Nessa casa de carinho, afeto e muito amor, reside essa mulher incrível, “dona Ana”; ela é o ser mais generoso que conheço, minha “Princesa”, muito obrigado por tudo.

Por fim, agradeço àquela que nunca mediu esforço para estar presente ao longo de todo o programa do mestrado em Letras, a minha orientadora, aconselhadora e amiga para a vida toda, a professora doutora Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos. Muito obrigado por fazer do ofício da docência e da pesquisa um lugar de impulso a sonhos improváveis, serei eternamente grato.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar as memórias de Rocque Pennafort contidas na obra de Sonia Zaghetto (2019), *História de Oiapoque: com o arquivo e as memórias de Rocque Pennafort*. Esse estudo tem o objetivo de analisar as contribuições memorialistas e histórico-literárias presentes nessas memórias, dando destaque para a relevância dessa voz amazônica na formação e identificação cultural do povo que ocupa a fronteira franco-brasileira. Entender como se deu a ocupação desse espaço principalmente pelos migrantes nordestinos no início do século passado e as ocorrências sociais e políticas em que o Oiapoque esteve envolvido nesse período também farão parte dessa pesquisa. Quanto à metodologia utilizada, o estudo em epígrafe tem como base a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, em que as memórias escritas de Rocque Pennafort são o foco central que vem sendo estudado, sob a ótica de que esses relatos ajudam a contar a história do extremo norte do Brasil e, ainda, de que esses textos fazem parte do acervo literário da região amazônica, com um forte apelo de representatividade. Para que este estudo tenha efetividade, está sendo necessário um embasamento teórico que sustente a análise dessa obra, dentro da perspectiva do contributo dela no quadro de memórias orais e escritas, narrativas históricas e narrativas ficcionais amazônicas. Para essa tarefa estão sendo utilizados estudos de Wolfgang Baldus (2019), Alfredo Bosi (1996), Joel Candau (2012), Antonio Candido (2006), Roger Chartier (2010), Jonathan Culler (1999), Marcelo Lachat (2019), Jacques Le Goff (1990), João Moraes (1964), Pierre Nora (1993), Paul Ricoeur (1997), Carlos Romani (2011), Zappone e Wielewicki (2009), Germana Sales (2022), Artur Reis (2019), Paul Little (1994), Isabel Guillen, Rogerio Alicinio (1970) e José Gonçalves (2021). A pesquisa vem sendo fundamentada, também, com a obra clássica *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*, de Josué de Castro (1984). O uso desse estudo clássico tem ajudado a melhor compreender o fenômeno migratório do qual os Pennafort participaram, “Fuga dos nordestinos da seca do sertão para a selva amazônica”. Recorreu-se ainda ao romance de Dalcídio Jurandir *Chove nos Campos de Cachoeira*, com os fins de demonstrar a importância da obra literária na apresentação ao mundo do lugar chamado Amazônia. A presente dissertação conta com três capítulos que abarcam, nas linhas investigativas, as questões que colaboram com o estudo da tese aqui defendida, que é apresentar as memórias de Rocque Pennafort como uma narrativa memorialista, histórica e literária.

Palavras-chaves: Rocque Pennafort. Oiapoque. Memória. Migração. Tessitura histórico-literária.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the memories of Rocque Pennafort contained in the work of Sonia Zaghetto (2019), *History of Oiapoque: With the archive and the memories of Rocque Pennafort*. This work aims to analyze the historical-literary contributions present in these memories, giving prominence the relevance of this Amazonian voice in the formation and cultural identification of the people who occupy the Franco-Brazilian border. Understanding how this space took up, mainly by northeastern migrants at the beginning of the last century, and the social and political events in which Oiapoque city was involved during this period will also be part of this research. As for the methodology used, the aforementioned study is based on qualitative bibliographical research, in which Rocque Pennafort's written memories are the central core that has been studied, from the perspective that these reports help to tell the story of the extreme-north of Brazil and these texts are still part of the literary collection of the Amazon region, as a great representation. For this study to be effective, a theoretical foundation is needed to support the analysis of this work, within the perspective of its contribution in the context of oral and written memories, historical narratives and fictional Amazonian narratives, for this task, studies by Wolfgang Baldus (2019), Alfredo Bosi (1996), Joel Candau (2012), Antonio Candido (2006), Roger Chartier (2010) Jonathan Culler (1999), Marcelo Lachat (2019), Jacque Le Goff (1990), João Moraes (1964), Pierre Nora (1993), Paul Ricoeur (1997), Carlos Romani (2011), Zappone and Wielewicki (2009), Germana Sales (2022), Artur Reis (2019), Paul Little (1994), Isabel Guillen, Rogerio Alicinio (1970) and José Gonçalves (2021) are being used. The research has also been based on the classic work "*Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*" by Josué de Castro (1984), the use of this classic study has helped to better understand the migratory phenomenon which the Pennaforts participated in "The northeasterners' flee from the drought in the hinterland to the Amazon jungle". The novel *Chove nos Campos de Cachoeira* by Dalcídio Jurandir was also used, in order to demonstrate the importance of the literary work in presenting the place called Amazônia to the world. This dissertation has three chapters that include in investigative lines questions that constituted to the study of this thesis, which is to show Rocque Pennafort's memories as a memoirist, historical and literary narrative.

Keywords: Rocque Pennafort. Oiapoque. Memory. Migration. Historical-literary texture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Retirantes da seca de 1877	33
Figura 2 –	Euclides assinando termo da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, 1905	35
Figura 3 –	Os prisioneiros jogando futebol na Colônia Agrícola de Clevelândia	64
Figura 4 –	Prisioneiros e Moradores compartilham espaço em Clevelândia	65
Figura 5 –	Prisioneiros trabalhando na construção de vias públicas de Clevelândia	65
Figura 6 –	Procissão religiosa na Vila Demonti	76
Figura 7 –	Chegada dos Prisioneiros em Clevelândia do Norte	87
Figura 8 –	Foto do Primeiro casamento de Cezarlina com Manuel Januário	93
Figura 9 –	Rocque dançando Turé junto ao povo indígena	94
Figura 10 –	Rocque e os Indígenas da etnia Palikur	95
Figura 11 –	Encontro de Hélio Pennafort e amigos indígenas do Oiapoque	96
Figura 12 –	Ney Pennafort mapeamento do projeto RADAM e indígenas do estado do Pará	96
Figura 13 –	A criança agachada é Sonia Zaghetto, Aldeia Galibi Kali'na	97
Figura 14 –	Chico Iaparra junto com a família Pennafort	97
Figura 15 –	Rocque e Geraldo Lod na construção da escola da aldeia Galibi	98
Figura 16 –	Rocque Pennafort na frente da escola da Aldeia Curipi	98
Figura 17 –	Carta de Rocque Pennafort endereçada à revista <i>Veja</i>	99
Figura 18 –	Rocque Pennafort e Camby (do povo Saramacá)	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 MEMÓRIAS COLETIVAS, HISTÓRICAS, LITERÁRIAS E CULTURAIS PRESENTES NA OBRA DE ROCQUE PENNAFORT	18
1.1 Memórias coletivas na tessitura de Rocque Pennafort	18
1.2 Os Pennafort: memórias de um povo retirante	29
1.2.1 Fuga migratória nº 1: da seca do sertão ao interior do Pará	34
1.2.2 Fuga migratória nº 2: do rio Charapucu ao Oiapoque	41
2 NARRATIVAS HISTÓRICAS E NARRATIVAS LITERÁRIAS PRESENTES NA OBRA DE ROCQUE PENNAFORT	50
2.1 Narrativas históricas	51
2.1.1 Tessitura histórica em Rocque Pennafort	56
2.2 Narrativas literárias	68
2.2.1 Tessitura Literária em Rocque Pennafort	73
3 A REPRESENTAÇÃO NAS CARTAS, ARQUIVOS E MEMÓRIAS DE ROCQUE PENNAFORT	83
3.1 A voz do povo Oiapoqueense	84
3.2 Uma correspondência para o mundo	88
3.3 Rocque Pennafort: discursos, fotografias e ações para posteridade	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

O trabalho de dissertação aqui apresentado tem como cena principal a cidade de Oiapoque, desvelada sob o olhar testemunhal de um pioneiro e resistente do período do processo de tentativa de povoação desse lugar, após a decisão arbitral que deu para o Brasil a posse do território oiapoquense. Desde quando eu era muito novo, lá pelo ano de 1992, as pequenas barracas organizadas como se fosse uma espécie de currutela, instalada às margens urbanas da BR-156, na cidade de Macapá, próximo à capela de São Cristóvão, bem na entrada do bairro Jardim Felicidade 1, chamava-me à atenção, especialmente pelas *pick-ups* da marca Chevrolet tipo D20 e os seus motoristas, que usavam esse lugar como ponto de partida para o interior do estado do Amapá. Esses navegantes das estradas amapaenses, identificados na linguagem popular local como “pirateiros”, tomavam como rumo principalmente as cidades de Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Cutias, Serra do Navio e a mais longínqua e mística de todas, Oiapoque.

Ainda nessa época da década de noventa do século passado, mamãe era proprietária de um pequeno comércio de estivas que vendia do gênero alimentício ao armarinho. Era recorrente a presença dos pirateiros, os navegadores de terras amapaenses, encostando-se no balcão da pequena venda e comprando quase sempre comidas enlatadas, bolachas e bebidas alcoólicas. Essas compras sempre deixavam de troco um punhado de histórias contadas pelos pirateiros com um ar de heroísmo. Eu ficava, todas as vezes que eles vinham até ao balcão da pequena venda, atento aos relatos que seriam contados. Histórias contadas por homens simples, mas com o poder de me colocar dentro daquelas aventuras.

De todos os caminhos contados naquele balcão, os que mais mexeram com o meu imaginário conduziam-me ao extremo norte do Amapá; era possível ver os pneus patinando e as D20s lutando para vencer os atoleiros da estrada no período invernosso amazônico. No dia em que um deles contou que a polícia o parou e, ao revistar um dos passageiros, encontrou com ele mais de dez barras de ouro, logo imaginei: “por isso que são chamados de pirateiros, carregam baú de tesouro”.

Essa imagem do Oiapoque, contada por motoristas “pirateiros”, que partiam de um ponto de currutela ao lado da capela de São Cristóvão, sempre me acompanhou, causando-me quase que uma fixação de precisar um dia ir até o Oiapoque. Por muito tempo adiei esse encontro com esse lugar fantasioso da minha infância. No entanto, no ano de 2011, peguei a estrada embarcado no ônibus da Viação Santanense e na companhia da minha esposa; estávamos nós dois e mais uma legião de candidatos indo prestar o concurso público da

prefeitura de Oiapoque. Essa viagem se apresentou igual às narradas pelos pirateiros na década de 1990: foram trinta e seis horas de viagem, oito pontos de atoleiros, carreguei por duas vezes no colo uma idosa com dificuldades de locomoção, precisamos comer todos os suplementos de conservas, farinha e biscoito que havíamos comprado graças à orientação do motorista do ônibus.

Com a aprovação no emprego público na prefeitura de Oiapoque, passei, a partir dessa experiência, a ter uma verdadeira graduação de vida. O lugar era muito mais que a currutela na qual os garimpeiros disputavam as mulheres e igualmente se matavam pelo ouro. Oiapoque se apresentou, desde o seu primeiro momento, como um lugar onde o mundo se encontrava. Entre tantos encontros, encontrei um senhorzinho conhecido por Baratinha¹, cuja admirável memória recordava sempre das figuras importantes para a construção contemporânea da história de Oiapoque. Desses nomes, o personagem “Rocque Pennafort” era destacado pelo Baratinha como um dos melhores prefeitos que já haviam passado pelo Oiapoque.

As memórias de Rocque Pennafort que serão analisadas ao longo deste estudo são a continuidade de uma história que começa desde antes mesmo de a embarcação de Vicente Pinzón chegar às águas do rio Oiapoque, pois antes mesmo da chegada dos exploradores europeus, Oiapoque já era habitada por milhares de indígenas, que viviam distribuídos em dezenas de nações, ocupando toda a extensão territorial oiapoqueense. Desde o princípio exploratório, essa região do extremo norte foi cobiçada por diferentes países europeus, sendo Portugal e França os principais protagonistas dessa disputa.

O mito do “Eldorado” na região amazônica contribuiu para a movimentação exploratória e imigratória também em paragens oiapoqueenses. Ainda nos dias atuais o trânsito de pessoas no Oiapoque em busca da sonhada terra em que brota ouro no seu solo e em seu rio é constante. A busca por riqueza foi o motivo de tantas chegadas e partidas. A primeira parte da obra *História de Oiapoque: com arquivos e memória de Rocque Pennafort* é dedicada a situar o leitor a respeito dessa linha histórica que envolve o território da fronteira mais ao norte do Brasil. Esses estudos feitos por Sonia Zaghetto a respeito de todo o processo de invasão ocorrido no Oiapoque trazem bastantes roteiros e personagens conhecidos, a exemplo do registro da presença de Jules Nicholas Crevaux, o “Pés descalços”:

Quatro anos antes, Crevaux havia chegado ao Oiapoque. Buscava as míticas montanhas do Tumuc-Humac (Tumucumaque), onde se acreditava que seria o El

¹ Servidor da prefeitura desde o ano de 1968. Faleceu no ano de 2021 por conta de sequelas deixadas pela covid-19.

Dorado. Os relatos de viajantes dos séculos anteriores apontavam que na região estariam as magníficas montanhas cobertas de ouro (ZAGHETTO, 2019, p. 59).

Apesar de Zaghetto garantir espaço para histórias e personagens já conhecidos do meio acadêmico, são as passagens pouco faladas que fazem da obra desta autora um lugar navegável rumo ao conhecimento ainda não tão explorado. Essa característica que situa o texto muitas vezes inédito incentiva este estudo que se vale também de métodos de pesquisa e análise que dão conta de uma demanda que tem pouca ou nenhuma pesquisa em curso.

A proposta de uma análise das memórias de Rocque Pennafort e parte dos enredos que a cercou que estão organizadas dentro de um livro que contém, além dessas memórias, histórias que sucederam nesse lugar, narrativas não comprometidas com a ciência histórica e ainda registros narrativos fotográficos, leva-nos a um árduo exercício acadêmico, dentro do qual a pesquisa bibliográfica precisou, muitas vezes, ser complementada com as vozes das longas conversas tidas com a autora do livro, Sonia Zaghetto. A minha vivência por quase uma década morando no Oiapoque ajudou muitas vezes a entender as entrelinhas contidas nas memórias de Rocque.

Por se tratar de um objeto de estudo que busca avaliar os aspectos literários, históricos e memorialistas de uma obra escrita que exerce funções híbridas e em que, igualmente, esse hibridismo é sentido na leitura, foi necessário buscar referenciais teóricos que estabeleçam um diálogo facilitador da compreensão do objeto defendido nesta dissertação. É bem verdade que muitas vezes o recorte da obra por si só já dialogava diretamente com a análise discursiva e crítica deste estudo. Tendo em vista a fluidez contida nos registros das memórias de Rocque Pennafort, a narrativa desse personagem e autor vai com facilidade e ligeireza do texto histórico para o texto ficcional, tem uma fala dita no passado, porém com fácil aderência aos dias atuais, o que reforça mais uma vez que estamos diante de um texto com múltiplas facetas: a histórica, mas também a romanesca, especialmente com o objetivo de representar um povo, um lugar.

Ao buscarmos montar um estado da arte, deparamo-nos com um cenário que é objeto comum e conhecido principalmente pelos pesquisadores da região amazônica. São poucas as pesquisas publicadas nessa área. Quando é realizado um recorte do espaço para a região amazônica mais ao norte, o banco de pesquisa se torna um número menor ainda, e dentro dos debates dos estudos literários da Amazônia esses estudos em nível acadêmico passam a ser ainda mais incipientes. Contudo, os programas de Mestrado dentro das universidades da região Norte vêm tomando o papel protagonista no preenchimento dessas lacunas deixadas pela histórica ausência de pesquisa.

Nos últimos cinco anos, ao consultarmos a base de dados Periódicos da Capes, aparecem somente 118 pesquisas relacionadas à palavra-chave “Oiapoque”; com o tema “Clevelândia do Norte” nos deparamos com nenhum artigo postado nos últimos cinco anos, sendo que, do resultado dessas duas buscas, as pesquisas relacionadas diretamente com a literatura produzida no Oiapoque ou que se refira ao Oiapoque, também não aparecem.

Em relação a pesquisas em nível de pós-graduação que tenham como objeto o Oiapoque, ainda que em números reduzidos, é mais comum encontrar estudos dentro do eixo das ciências voltadas para história, geografia e antropologia. Os livros publicados que citam Oiapoque também estão apontados, na sua grande maioria, por essas áreas das ciências humanas e sociais.

Como dito mais acima, Oiapoque é envolvido por um extenso roteiro de acontecimentos. Não é possível analisar uma obra que tem como personagem principal o Oiapoque sem levar em consideração que essa fronteira foi palco de intensas disputas, com uma movimentada cena urbana em que diferentes povos transitam diariamente ao longo dos séculos. Outra questão importante que se localiza exatamente no período em que Rocque situa as suas memórias está no fato de Oiapoque ter abrigado no seu território uma colônia penal que encarcerou deportados políticos e presos de crimes comuns, e que essa passagem alimentou os cadernos de jornais, livros de histórias e um vasto arquivo de investigação a respeito de crimes cometidos contra os presos. Essa carceragem instalada no Oiapoque também ajudou a fortalecer a ideia errônea de que a Amazônia era apenas um “inferno verde”.

Nessa condição de lugar e tempo em constante alteração, o Oiapoque contado por Rocque passa a ser investigado como a narrativa de todos os pioneiros que ocuparam a Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte, por esse motivo, no primeiro capítulo, proponho estudar/compreender uma elevação das memórias particulares de Rocque Pennafort para a condição de memória coletiva. O texto memorialista de Rocque foi colocado em debate com conceitos teóricos que defendem a existência de memórias comunitárias. As memórias formadas dentro do processo de migração também vão compor o primeiro capítulo.

A movimentação humana simbolizada nesta pesquisa pelos processos migratórios realizados pelos Pennafort, que representam bem as chegadas e partidas observadas diariamente na fronteira franco-brasileira, toma conta da continuidade da primeira parte deste estudo. Os aspectos geográficos, sociais e históricos são brevemente analisados como possíveis motivações para um processo migratório. Apanhados teóricos feitos nessa etapa visam mostrar as fases contidas nessa peregrinação realizada por retirantes, os ganhos e

perdas culturais, as questões das memórias espaciais que vão se alterando a cada diferente partida, a cada nova morada.

O papel do flagelo causado pela fome e as esperanças provocadas ainda hoje por projetos de implantação de colônia agrícola vão dividir espaço com as questões culturais e literárias encontradas nos dois processos migratórios apresentados no primeiro capítulo. Como dito anteriormente, as migrações dos Pennafort não falam somente deles; essa família simbolizou parte da história do Brasil, eram nordestinos buscando na selva amazônica melhor sorte.

Navegar pelo desconhecido vai nos parecer que era o ofício principal dos Pennafort, assim, ao ancorar em Clevelândia do Norte, as memórias de Rocque Pennafort passam a desbravar uma região pouco conhecida, uma época e espaço nunca visitados, um Brasil até então ainda não contado por ninguém. Tudo o que viu foi contado com um tom coletivo, como se os olhos de Rocque Pennafort representassem o enxergar coletivo de todos os pioneiros da antiga Clevelândia do Norte. Essa especificidade narrativa possibilitou que ainda no primeiro capítulo fizéssemos uma reflexão teórica a respeito das memórias espaciais coletivas encontradas nos textos de Pennafort.

A literatura, a história e as memórias contidas no texto de Rocque levaram esta pesquisa ao seu segundo bloco de análise. Ter conhecido Oiapoque fisicamente antes de me aprofundar na obra de Sonia Zaghetto *História de Oiapoque: com as memórias de Rocque Pennafort* me favoreceu no momento de analisar com propriedade de vivência boa parte do que esse livro apresentava, afinal o Oiapoque de hoje ainda possui muitas características do Oiapoque do passado.

Para essa etapa de estudos a respeito dos diferentes prismas das narrativas apresentadas pelas memórias de Rocque Pennafort, mais uma vez o caminho tomado foi um corredor de conversas entre os escritos de Rocque e um apanhado de estudos teóricos voltados para textos históricos, narrativas literárias e narrativas de memórias. Além do uso de conceituações teóricas, no capítulo dois foi recorrente o uso de produções com intenção histórica e literária para serem colocadas em comparação e, principalmente, em conversa e reafirmação das memórias de Rocque Pennafort.

O terceiro capítulo é levado para uma dimensão que busca também analisar outros tipos de escritos de autoria de Rocque Pennafort. Documentos oficiais do tempo que estive no cargo de prefeito, discursos feitos em atos públicos, cartas e recomendações estão entre essas raridades, guardados com valores simbólicos que fazem parte da vida do Oiapoque. Esse capítulo vai ainda jogar luz sobre o fato de essas coletâneas documentais somadas às

memórias fazerem de Rocque um autor e personagem que representa toda a geração de pioneiros da colônia agrícola de Clevelândia do Norte. Narrativas contadas através de registro fotográfico serão estudadas também no capítulo três. Esse papel de representação vai ser observado também com a sua projeção para o Oiapoque dos tempos atuais. Vale dizer com antecedência que a pouca referência a Rocque Pennafort na cidade de Oiapoque e no estado do Amapá deixa uma dívida a ser paga a esse importante personagem.

Este trabalho, que tem por objeto analisar as contribuições históricas, memorialísticas (memória coletiva) e literárias contidas nas Memórias de Rocque Pennafort, obrigatoriamente, nessa fase introdutória, precisa situar quem são Sônia Zaghetto e Rocque Pennafort, além de fazer uma breve apresentação da cidade hoje chamada de Oiapoque.

Sônia Zaghetto é uma mulher brasileira nascida na cidade de Oiapoque, neta de Rocque Pennafort, que cresceu em meio a todos os encantamentos proporcionados pela fauna, lindas florestas e rios exuberantes que formam o território oiapoquense. As diferentes culturas que transitam na fronteira entre Brasil e França fizeram parte da formação humana de Sônia, que cresceu em meio aos indígenas locais, Saramacás², crioulos³, indígenas imigrantes da região da Guiana Francesa⁴ e outros estrangeiros, sempre tão presentes na cidade de Oiapoque.

A mãe de Sonia era professora⁵ e, em dado momento da sua carreira, dedicou-se a alfabetizar comunidades indígenas da região, e foi em meio aos indígenas, entre uma aula e outra, que Sônia foi alfabetizada. Diante de tantas narrativas que a cercavam e acrescentado o protagonismo dos Pennafort, especialmente voltado para política, artes e o meio da comunicação, foi quase inevitável que Sônia Zaghetto atuasse em alguma dessas dimensões. Dedicou-se à carreira de jornalista e escritora; saiu do Oiapoque em busca de novos voos, mas nos parece que Oiapoque sempre a chama para voltar.

Entre seus trabalhos mais recentes, Sônia Zaghetto, além de *Histórias de Oiapoque: com os arquivos e as memórias de Rocque Pennafort*, participou em 2020 como coautora da obra *A página em branco dos teus olhos* e em 2021 publicou a obra *O correio*. Seu livro mais recente foi lançado em 2022, *Crônicas do vento de abril*. Além de livros, Sônia publica textos periodicamente nas suas páginas nas redes sociais, e o Oiapoque é um tema recorrente nesses

² Povos escravizados na região da Antiga Guiana Holandesa (Suriname) que fugiram e se abrigaram na região da Guiana Francesa.

³ Povos da Guiana Francesa com descendência africana.

⁴ O povo Galibis kali'na emigrou da Guiana Francesa para o Oiapoque na busca de uma vida melhor, e hoje parte desse povo originário ainda habita a região do Oiapoque. A travessia feita por esse povo foi contada no livro *História de Oiapoque: com as memórias de Rocque Pennafort*.

⁵ O livro *História de Oiapoque: com as memórias de Rocque Pennafort*, conta da página 292 à página 300 um pouco da história da mãe da sônia Zaghetto, texto "A professora".

espaços de utilidades jornalísticas e literárias. No ano de 2023 viajou para o Oiapoque com a finalidade de produzir uma série de reportagens sobre temas que pouco circulam nos grandes veículos de comunicação, por exemplo, a crise humanitária que se instalou, desde o ano de 2022 em comunidades indígenas da região devido a uma praga agrícola que destruiu toda a plantação de mandioca dessas aldeias e ainda causou o empobrecimento do solo.

Rocque Pennafort nasceu na região do Marajó no dia 25 de novembro de 1911, filho de migrantes nordestinos que fugiram da seca do sertão e que encontraram na extração do látex, o ouro negro da Amazônia, a possibilidade de uma vida melhor. A primeira infância de Rocque Pennafort, ainda na região do Marajó, foi narrada pelo próprio autor em suas memórias. Desde a forma como ele vê o seu possível parto, fica nítido que os migrantes nordestinos já estavam plenamente conectados com a cultura da sua nova morada. Nesse tempo narrativo em que fala da sua infância, Rocque conta com detalhes o cotidiano do seu lugar de morada, as atividades do dia a dia, e mostra bem a vida dos povos ribeirinhos; caça, pesca, maré, banho de rio e anedotas interioranas compõem esse detalhamento.

Os primeiros passos do menino Rocque inspiraram o estudo que mostra o processo de migração dos Pennafort. Será visto que a colheita realizada nesses textos trará vozes que mostram o olhar de quem experimentou o auge do primeiro ciclo da borracha e a fase da decadência. Esses relatos ajudaram a entender por que a família Pennafort realizou seu segundo deslocamento.

Rocque Pennafort foi pioneiro no setor da radiocomunicação no estado do Amapá, ajudando a instalar os primeiros equipamentos da rádio Difusora do Amapá, que até hoje está em operação e faz parte da cultura do rádio no Amapá. Sabia e escrevia crônicas como poucos, geralmente com temas voltados para o cotidiano oiapoqueense, colocava no papel os causos contados pelos seus conterrâneos e tinha uma atração pelas histórias batizadas nas comunidades indígenas e nas ribeirinhas do município. Uma das figuras públicas mais importantes da sua época, sua boa conduta como gestor público lhe rendeu diversas homenagens. Os moradores mais antigos da cidade de Oiapoque o têm até hoje como um dos melhores prefeitos que a cidade já teve. Além de Oiapoque, Rocque também administrou com destaque o município de Mazagão.

O oitavo prefeito de Oiapoque foi Rocque de Souza Pennafort. E também foi o que mais tempo permaneceu no cargo: treze anos, oito meses e dezoito dias. Sua posse ocorreu em 19 de abril de 1949 e ele deixou a prefeitura em 31 de dezembro de 1962. Foi substituído pelo irmão Norberto Pennafort. O mandato deste iniciou-se em 2 de janeiro de 1963 e encerrou-se em 2 de janeiro de 1966 (ZAGHETTO, 2019, p. 346).

É na segunda fase do seu texto de memórias que Rocque começa a revelar o personagem Oiapoque, principalmente o projeto de colonização denominado “Clevelândia do Norte”. Por tudo que aconteceu no território do Oiapoque após a instalação do projeto de colonização, transforma essas memórias numa das narrativas mais importantes para reportar os acontecimentos, por ser a voz que conta e pela sua ativa participação em todo o enredo da história da Colônia Agrícola de Clevelândia e ainda, exercendo posteriormente a função de Oiapoque, também joga holofotes sobre o personagem Rocque Pennafort.

Por sua vez, Oiapoque, de uma forma ou outra, mantém-se ativo na cena nacional, afinal quem nunca ouviu a expressão “do Oiapoque ao Chuí”? É certo que essa identidade dada por sua posição geográfica é só uma das tantas referências que podem ser extraídas desse lugar, como bem disse Sônia Zaghetto (2019, p. 22): “Desde o século XV a região fascina exploradores e aventureiros. De Vicente Pinzón aos atuais garimpeiros que rasgam a terra e reviram o leito do rio em busca de ouro, muita gente já pôs os olhos nas riquezas ocultas sob as águas e árvores do Oiapoque”.

Esse retrato apresentado por Zaghetto acompanha Oiapoque desde o princípio da sua invasão europeia. No jogo de disputa, quem perde todas as vezes são as pessoas simples originárias ou as pessoas humildes que escolheram esse lugar para habitar e ser por ele acolhidas. Toda a beleza natural carregada por Oiapoque tem competidores de igual tamanho, a mazela e o histórico abandono praticado pelo Estado brasileiro.

No século XIX, exploradores como os franceses Jules Crevaux e Henri Coudreau, descreveram a região, divididos entre a ciência e o deslumbramento emocionado. Richelieu e Luís XIV a quiseram, alguns europeus nela instalaram sua república quixotesca, o barão do Rio Branco lutou por ela, um tribunal suíço decidiu que era brasileira, o marechal Rondon se encantou com sua grandeza. Um mundo célebres e de anônimos já se curvou a essa terra. raros a amaram a ponto de cuidar do seu solo e de sua gente (ZAGHETTO, 2019, p. 23).

O lugar chamado Oiapoque foi, nas memórias de Rocque Pennafort, elevado ao posto de personagem principal, e é a respeito dessas memórias e de tudo que conseguimos perceber interligado a ela que os próximos três capítulos discorrerão. Almejamos que ao fim desses estudos consigamos atender ao que inicialmente foi proposto: analisar os elementos memorialistas, históricos e literários presentes nas memórias de Rocque Pennafort. Mais do que esse objeto inicial, esta pesquisa ambiciona ainda ter as vozes de Sônia Zaghetto e de Rocque Pennafort mais presentes nos ambientes acadêmicos e literários e que a apresentação dessas falas inspire mais nortistas a contar e a ser protagonistas da sua própria história.

1 MEMÓRIAS COLETIVAS, HISTÓRICAS, LITERÁRIAS E CULTURAIS PRESENTES NA OBRA DE ROCQUE PENNAFORT

Para a abertura deste trabalho, será feito inicialmente um levantamento histórico e conceitual a respeito dos estudos das memórias, realizando-se abordagens em algumas linhas do conhecimento humano e focando a atenção especialmente para os estudos da memória considerando a ligação que esta constrói com a literatura e a cultura. Serão estabelecidos diálogos com diferentes conceitos e estudiosos, a fim de analisar as narrativas das memórias de Roque Pennafort, e com isso possibilitando a ampliação e o melhor entendimento de como a obra de Pennafort ajuda a contar a existência histórica das inúmeras paragens da Amazônia, em especial das regiões onde ele habitou. Essa conexão entre as teorias e a obra aqui estudada ajudará ainda a entender os fenômenos da migração dos nordestinos que vieram habitar a região amazônica, os lugares de memórias construídos a partir de processos colonizadores e o encontro das multiculturas a partir dessa intensa transição humana.

O capítulo aqui desenvolvido analisa também as questões relacionadas às memórias individuais e coletivas e as alterações que as conceituações de memórias sofrem com a passagem do tempo e a mudança do contexto, e ainda busca entender como a escrita e outras formas narrativas têm sido um importante suporte para ampliação das guardas de memórias, principalmente a memória coletiva. Será também oportuno observar como a literatura se tornou um lugar de memória. As conversas que serão estabelecidas com a narrativa escrita por Roque Pennafort, a obra núcleo deste debate, terão como bases teóricas principais os estudos de Jacques Le Goff (1990), Pierre Nora (1993), Joel Candau (2012) e Paul Little (2011).

1.1 Memórias coletivas na tessitura de Roque Pennafort

Os textos de Roque Pennafort apresentam variáveis formas de manifestação de memórias, onde é possível perceber, na redação dessa testemunha ocular, a sua percepção individual a respeito dos acontecimentos que marcaram a decadência do “primeiro Ciclo da Borracha no Brasil”, trazendo também a experiência de quem acompanhou e viveu o processo de tentativa de povoamento da recém-estabelecida fronteira mais ao norte do Brasil. Essas narrações são resgates de lembrança de quem nasceu dentro de um barracão de armazenamento do látex e desbravou os rios do extremo Norte brasileiro.

Não há memória para aqueles a quem nada pertence. Tudo o que se trabalhou, criou, lutou, a crônica da família ou do indivíduo vão cair no anonimato ao fim do seu percurso errante a violência que separou suas articulações, desconjuntou seus esforços, esbofeteou sua esperança, espoliou também a lembrança de seus feitos (BOSI, 2000, p. 23).

Essa luta contra o esquecimento e o anonimato é um dos papéis primordiais da memória e, para a parcela da população menos assistida, como bem afirma Ecléa Bosi (2000), passa a ser uma batalha simbólica e concreta, marcada pela resistência e resiliência coletiva. Candau (2012) diz que a memória ajuda o indivíduo a suportar a sua realidade presente. Isso talvez explique como homens e mulheres que foram lançados à própria sorte na selva amazônica tenham sobrevivido a essa experiência.

Haja vista que a memória articulada é uma faculdade própria do ser humano, é esperado com isso que o narrador impregne as tessituras de memórias com o seu olhar e recortes próprios de tais acontecimentos. Assim, segundo Candau (2012, p. 23):

A memória propriamente dita ou de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou de reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.).

Ao reproduzir, através da sua escrita, lembranças particulares, as quais o autor viveu ao longo de sua vida, esses textos passam a permitir aos leitores que os acessam um mergulhar em acontecimento que, graças à escrita, torna pública essa experiência e dá forma no tempo presente a fatos do passado. A humanidade buscou diferentes formas de registrar as suas memórias; essa necessidade humana, segundo Le Goff (1990), tem como principais beneficiários, inicialmente, os reis das nações antigas.

No Egito, parece, desde a invenção da escrita (um pouco antes do início do III milênio) e até o fim da realeza indígena na época romana, anais reais foram redigidos continuamente. Mas o exemplar único, conservado em frágil papiro desapareceu. Só nos restam alguns extratos gravados na pedra (DAUMAS, 1965 *apud* LE GOFF, 1990, p. 434).

Esses registros, contudo, nem sempre se valeram da escrita, e em comunidades tradicionais é comum termos, ainda nos tempos atuais, o repasse de memórias do tempo, dos povos e de lugares sendo feito através da oralidade ou de rituais. As comunidades de povos tradicionais ou originários da Amazônia têm como marca, na sua grande maioria, recorrerem prioritariamente ao uso da oralidade e de rituais para a transferência das suas ancestralidades;

“Para os homens da tribo, as palavras são como a água que deve passar de mão em mão com o maior cuidado para que nem uma gota se perca” (Riesman, 1968 *apud* Bosi, 2000, p. 45).

Ainda que o letramento nas comunidades tradicionais da Amazônia esteja em pleno processo de inserção, é a transmissão oral que prevalece. A questão do respeito à figura dos mais velhos e a conscientização da necessidade de preservar as tradições comunitárias são parte da explicação para existir essa manutenção da prática da oralidade nessas comunidades.

Riesman, comentando McLuhan, observa que, quando uma sociedade depende da memória, recorre à rima, ao ritmo, à melodia, à mestria dispositiva, à repetição de sons e de imagens. Como tendemos recordar melhor as coisas mais profundamente sentidas, as palavras recordadas na tradição oral são frequentemente as mais carregadas de sensibilidade coletivas (BOSI, 2000, p. 45).

A propósito, quase tudo que se conhece do lugar chamado Clevelândia do Norte/Oiapoque, constituído após laudo suíço⁶, foi produto construído graças à coleta de relatos orais, cujos acontecimentos tiveram as suas escritas distantes do período de sua ocorrência. Assim foi com as memórias de Rocque Pennafort, cuja narrativa, por muito tempo, ficou resguardada no campo da circulação oral. Somente após orientação e incentivo de um amigo, o juiz federal Rubens de Oliveira⁷, é que Rocque Pennafort passou do ato de contar para o de escrever memórias; foi a partir de então que Rocque passou a entrevistar outros personagens do tempo da Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte, para poder assim enriquecer e ratificar as suas lembranças com essas coletâneas de relatos⁸.

O Oiapoque tornou-se seu principal assunto desde 21 de novembro de 1975, quando um juiz federal, Rubens de Oliveira, ao ouvi-lo contar trechos de sua vida, sugeriu-lhe que escrevesse um livro autobiográfico. A partir de então, incrementou sua produção intelectual. A maioria de suas cartas, artigos, pesquisas e memórias foram produzidas nesse período. Seus artigos sobre Oiapoque e Clevelândia foram

⁶ A sentença arbitral – chamada de “Laudo Suíço” – foi anunciada no dia 1ª de dezembro de 1900 à delegação brasileira e ao embaixador francês M. Bihourd, em Berna. Naquele sábado de inverno, o barão preparou o cenário para a solenidade. Na sala da vila Trautheim, destacava-se o busto em bronze do seu pai, o visconde do Rio Branco, um dos maiores estadistas do Império, seu modelo intelectual e ídolo.

Pouco antes do meio-dia, o secretário do Departamento Político da Confederação Suíça, M. Grafina, chegou carregando os 12 exemplares dos considerando da sentença e os dois volumes do laudo, assinado pelo presidente Walter Hauser e pelo chanceler da Confederação, Klinger.

Rio Branco o recebeu e todos se acomodaram. Estavam presentes o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos de Carvalho, e todo o secretariado. O clima de expectativa e tensão não permitia prolongamentos. Grafina fez um pequeno discurso no qual declarou o objeto da missão de que fora incumbido. Acrescentou que, cumprido esse dever, podia também dizer que a missão lhe fora muito agradável, uma vez que tinha o prazer de anunciar a decisão favorável ao Brasil: “Conforme o sentido preciso do Artigo 8ª do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzón é o Oiapoque”. Vencera a tese brasileira: o rio Oiapoque definitivamente torna-se o limite entre o Brasil e a França. (ZAGHETTO, 2019, p. 113).

⁷ Rubens de Oliveira foi juiz federal que atuou nas diversas regiões do Amapá.

⁸ Não satisfeito, Rocque decidiu viajar para o Ceará e ali coletou pessoalmente os dados de que precisava (ZAGHETTO, 2019, p. 247).

publicados nos Jornais O Estado do Pará, de Belém, e Folha do Povo, do Amapá (ZAGHETTO, 2019, p. 242).

A escrita tem um papel fundamental para o arquivamento das memórias, pois é graças ao registro escrito que se passou a melhor agrupar as questões do passado, embora outros tipos de meios sejam utilizados para gerar gravuras da memória. “Com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva e mais particularmente a ‘memória artificial’ é profundamente transformada. Goody pensa que o aparecimento de processos mnemotécnicos, permitindo a memorização ‘palavra por palavra’, está ligado à escrita” (Le Goff, 1990, p. 434). Candau (2012) destaca que a escrita, o ato de escrever, permitiu não se deixar perder as memórias dos tempos passados, tanto os longínquos como aqueles mais próximos.

Esse papel da escrita demorou a ter função determinante na produção de memórias de todas as camadas da sociedade, já que por muito tempo a escrita e a leitura foram produtos elitizados aos quais somente uma pequena parcela da população tinha acesso. Os palácios reais eram espaços que se cercaram de elementos que foram sendo confeccionados para transportar as memórias da oralidade para o campo da escrita; os conteúdos eram quase que exclusivos em tornar imortais as figuras dos donatários de poder.

Os filósofos e parte do alto escalão nos reinos antigos, os representantes do clero no Ocidente, já na Idade Média, são alguns dos poucos personagens históricos que, por muitos séculos, tiveram esse privilégio sobre o direito de dominar a escrita. É exatamente como uma tomada de poder que Le Goff (1990) define as pessoas com a habilidade do letramento. A escrita só começou a melhor servir como um meio onde poderiam ser gravadas as memórias da humanidade de forma mais generalista quando ela passou a ser utilizada para catalogar acontecimentos do cotidiano, deixando de ser uma exclusividade dos reinados e dos membros do alto clero.

É também ao período da realeza que é preciso fazer remontar, na Grécia antiga, estas listas das quais se encontra um eco nos poemas homéricos. No Canto II da *Iliada* acham-se, sucessivamente, o catálogo dos navios, depois o catálogo dos melhores guerreiros e dos melhores cavalos aqueus, e, logo em seguida, o catálogo do exército troiano. ‘O conjunto forma aproximadamente metade do Canto II, cerca de 400 versos compostos quase exclusivamente por uma sucessão de nomes próprios, o que supõe um verdadeiro exercício de memória’ (VEMANT, 1965, p. 55-56 *apud* LE GOFF, 1990, p. 436).

Essa catalogação das informações passou a contribuir com a memória coletiva dos lugares e dos povos, configurando-se como uma das primeiras ações a agrupar registros que identificam passagens coletivas comuns a um período, lugar e organizações sociais. Esses

arquivos são considerados, nos estudos contemporâneos relacionados às memórias, como um “lugar de memória”. Mais adiante neste capítulo, o conceito de lugar de memória será mais debatido, e parte do capítulo três será reservada para a apresentação de arquivos de Rocque Pennafort que servem tanto como elementos de catalogação de memórias coletivas quanto como lugar que guarda parte das memórias de toda a região do Oiapoque.

A invenção das máquinas de impressão potencializou o surgimento de um grande acervo de memórias para o acesso da humanidade. Em um primeiro momento, ao estudar a obra de Pennafort, tem-se a representação da lembrança de um indivíduo em particular, e ele se vale da possibilidade de recontextualizar com o tempo presente fatos ou lembranças de sua própria história. As lembranças, que são transformadas em memórias, como bem disse por diversas vezes Le Goff (1990), podem sim ser apresentadas como conteúdo coletivo. A obra de Pennafort, em determinados momentos, realiza a catalogação do cotidiano do seu povo e da sua morada.

A viagem era pontual e regulada pela lua, por isso acontecia de 29 em 29 dias, com exceção da última viagem do ano, cujo intervalo era de 45 dias (ZAGHETTO, 2019, p. 125).

A 5 de maio de 1922, a Colônia foi oficialmente inaugurada. À festa pomposa compareceram várias personalidades especialmente convidadas. A placa inaugural foi colocada no prédio sede da Administração com as seguintes inscrições (ZAGHETTO, 2019, p. 185).

Os dois trechos destacados das memórias de Rocque Pennafort mostram o quanto o autor fez uso da catalogação dos fatos e das ocorrências do cotidiano da sua época e lugar. No segundo destaque, além de registrar o evento de inauguração da colônia agrícola de Clevelândia do Norte, é apresentado um recurso que, a partir do meado do século XIX, passou a ser muito utilizado em eventos comemorativos e nas cerimônias de homenagem: o uso de gravuras em placas:

A comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações europeias. Grande domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore se misturam e que espera os seus historiadores (LE GOFF, 1990, p. 464).

Parece apropriado, antes de continuarmos o percurso a partir do século XIX, citarmos a análise feita a respeito da principal evolução do vocábulo “memória” ao longo da história, a partir da Idade Média, e realizar nessas citações algumas ponderações indispensáveis. Le Goff

(1990) apresenta um estudo cronológico da evolução do vocábulo “memória”, ao analisar um estudo realizado por Leroi-Gourhan. A linha temporal aqui estabelecida identifica que o referido vocábulo chega ao seu ápice quando ele passa a representar também um atributo coletivo, a memória coletiva:

No século XIII é acrescentada memorial (que diz respeito, como vimos, a contas financeiras), e em 1320, *mémoire*, no masculino, designando um ‘*mémoire*’ um dossiê administrativo. A memória toma-se burocrática ao serviço do centralismo monárquico que então surge. O século XV vê o aparecimento de *mémorable* nesta época de apogeu das artes memoriae e de renovação da literatura antiga – memória tradicionalista. No século XVI, em 1552, aparecem os *mémoires* escritos por um personagem, em geral de qualidade; é o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma. O século XVIII cria, em 1726, o termo *mémorialiste* e, em 1777, *memorandum* derivado do latim através do inglês. Memória jornalística e diplomática: é a entrada em cena da opinião pública, nacional e internacional, que constrói também a sua própria memória. Na primeira metade do século XIX, presencia-se um conjunto massivo de criações verbais: *amnésie*, introduzido em 1803 pela ciência médica, *mnémonique* (1800), *mnémotechnie* (1836) e *mémorisation*, criados em 1847 pelos pedagogos suíços, conjunto de termos que testemunha os progressos do ensino e da pedagogia; finalmente, *aidemémoire* que, em 1853, mostra que a vida cotidiana foi penetrada pela necessidade de memória. Finalmente, em 1907 o *pedante mémoriser* parece resumir a influência adquirida pela memória em expansão (LE GOFF, 1990, p. 460-461).

O estudo apresentado por Le Goff pondera, por fim, que a principal e mais importante evolução da memória está no fortalecimento dos registros de memórias coletivas, especialmente após a grande Revolução Francesa.

O romantismo reencontra, de um modo mais literário que dogmático, a sedução da memória. Na tradução do tratado de Vico, *De antiquissima Italorum sapientia* (1710), Michelet pôde ler este parágrafo *Memoria et phantasia*: ‘Os Latinos designam a memória por *memoria* quando ela reúne as percepções dos sentidos, e por *reminiscentia* quando os restitui. Mas designavam da mesma forma a faculdade pela qual formamos (LE GOFF, 1990, p. 463).

Na sequência, o início do Romantismo, no século XVIII, tratou o cemitério em boa parte da sua composição como espaço ligado à memória; porém, esse século é marcado, principalmente, pelas comemorações que buscavam ser marcadores das memórias de acontecimentos relevantes. Os arquivos abertos para o acesso do grande público a partir do século XIX, que tiveram como marco inaugural a França e, posteriormente, espalharam-se por boa parte da Europa, abrem um novo momento na história, o acesso público aos arquivos oficiais.

O final do século XIX e o início do XX são marcados por dois importantes movimentos – um ligado à construção de memoriais em homenagem aos soldados mortos na

Primeira Guerra Mundial, uma forma coletiva de cultivar os mortos em que os cultuados desta vez não eram os reis, e sim homens comuns; e o segundo grande evento está ligado a uma nova forma de gravar as memórias, a fotografia, como um acontecimento revolucionário para o registro de eventos e paisagens, uma narrativa visual potente, e com a manutenção da imagem captada a fotografia é mais uma ferramenta que deu consistência para gravar as memórias coletivas, especialmente as memórias comunitárias.

[...] cronológica, ‘ordem das estações’ da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retêm do seu passado as confirmações da sua unidade presente. É por isso que não há nada que seja mais decente, que estabeleça mais a confiança e seja mais edificante que um álbum de família: todas as aventuras singulares que a recordação individual encerra na particularidade de um segredo são banidas e o passado comum ou, se se quiser, o menor denominador comum do passado, de nitidez quase coquetista de um monumento funerário freqüentado assiduamente (LE GOFF, 1990, p. 466).

As memórias de Pennafort, além de transitarem do oral para a escrita, contam com um vasto álbum fotográfico, em que o cenário de Clevelândia do Norte, ainda nos tempos de hoje, é um local de culto memorial aos pioneiros e prisioneiros que morreram durante a saga colonizadora. Com isso, passamos a estudar as memórias não mais como um produto particular de quem as narra e as escreve, e não somente no seu processo de evolução histórica, mas com sua capacidade de ser coletiva.

Em algum momento deste estudo já foi reportado o quanto são ausentes ou pouco conhecidos os dados, as histórias, as narrativas e as memórias que tratam de temáticas que formaram a construção atual da região amazônica. Nesse aspecto, tratando-se do Oiapoque no início do século passado, esses materiais têm ocorrências ainda menos frequentes. Randolfe Rodrigues, ao prefaciar o livro *Selos Postais da República Independente do Cunani* (Baldus, 2019, p. 11), reforça essa ideia de ausência de registros de memórias que tratem das formações históricas, geográficas, identitárias, culturais e literárias pertinentes à região do Amapá:

ESTE LIVRO NOS CONTA a história fantástica de um Brasil ainda esquecido pelo Brasil de nossos tempos. Tanto é assim, que coube a um escritor alemão, Wolfgang Baldus, fazer o resgate desse episódio de nossa memória, sem que nenhum de nós, brasileiros, o tivéssemos feito antes.

Essa ausência de produções com a voz do povo local também é destacada pelo padre Rogério Alicino, na sua obra *Clevelândia do Norte*.

Infelizmente, não temos notícias pormenorizadas daquela faina civilizadora pois a desambição dos obreiros, talvez colaborando inoportuna e injustamente com as difíceis comunicação, naquela época e naquela Região tão acentuadas, impediu a muito de terem ciência dos heróicos sacrifícios da maioria dos desbravadores (ALICINO, 1975, p. 86).

Dito isto, seriam então as memórias de Rocque Pennafort o melhor retrato, a mais apropriada fonte a ser consultada quando o assunto é a formação social, ocupação espacial e constituição cultural colonizadora da região do Oiapoque no início do século XX?

Se olharmos pela contribuição inicial de Candau (2012), certamente o entendimento nos levaria à conclusão de que é um equívoco elevar uma memória individual à condição de memória coletiva ou identidade cultural, uma vez que esse autor define, inicialmente, o fenômeno da memória como uma atividade particular de quem viveu essas experiências; assim sendo, não seria possível ser transmitida para outros.

Entretanto, no momento em que passamos para o nível de grupo ou sociedade, o estatuto desses termos muda ou fica totalmente inválido. Torna-se evidente que a noção de protomemória se torna inaplicável: nenhum grupo é capaz de ter uma memória procedural mesmo que ela possa ser comum, compartilhada pelos membros desse mesmo grupo. [...] Porém, é impossível admitir que essa expressão designe uma faculdade, pois a única faculdade da memória realmente atesta é a memória individual (CANDAU, 2012, p. 24).

No entanto, refutando esse entendimento preliminar de Candau (2012), Le Goff (1990) realizou um importante levantamento de passagem histórica e evolução da memória, reforçando, no seu estudo, o quanto é presente nessa linha temporal a incidência de uma memória coletiva. Por sua vez, Joel Candau (2012) atentou-se inicialmente, em seus estudos, à busca por explicações de como poderia existir uma memória coletiva, uma vez que, a princípio, o referido autor define a memória como uma faculdade individual e intransferível:

No que se refere ao coletivo é um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças. Podemos encontrar na imprensa ou ainda na literatura de valorização do patrimônio, inúmeros exemplos desses enunciados evocando a ‘memória coletiva’ de uma aldeia ou cidade, de uma região, de uma província etc., enunciados que geralmente acompanham a valorização de uma identidade local (CANDAU, 2012, p. 25).

Apesar do apontamento preliminar, o próprio Candau (2012) passa a considerar que o fenômeno da memória coletiva pode até ocorrer, contudo, para ganhar concretude, carece de um processo retórico. Assim, Candau reconhece que a memória tende a transitar do individual para o coletivo: “Por isso, num primeiro momento, deve-se fazer a distinção entre o dizer que

há uma memória coletiva e realmente acreditar que ela exista, ou seja, ela existe no plano discursivo, mas não no concreto” (CANDAU, 2012, p. 35). Para que essa memória se estabeleça e seja tratada como coletiva, a retórica discursiva vai ser determinante.

Nessa seara, Le Goff (1990) argumenta que a memória coletiva desponta em uma crescente desde a Idade Média, já que a construção de monumentos comemorativos e as escritas de registros confirmam essa intenção de se ter uma memória social. “A memória coletiva tomou, no século XIX, um volume tal que se tornou impossível pedir à memória individual que recebesse o conteúdo das bibliotecas” (LE GOFF, 1990, p. 467). Conforme falado anteriormente, o século XIX é o marco inicial do percurso temporal que melhor conversa com o estudo aqui proposto.

As memórias coletivas contribuem para a construção da identidade de um povo com o seu lugar, fortalecendo uma cultura de pertencimento; essas memórias são como sementes plantadas que permitem às diferentes gerações colher e se alimentar dos passados que elas carregam. “A memória nos dará essa ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança” (Candau, 2012, p. 15).

É importante dizer que, ao longo dos textos de Pennafort, ele adota uma postura de narrar com uso de artifícios que possam convencer o leitor: “Chegamos no Limão do Curuá, ponto combinado para o embarque, onde pernoitamos. No outro dia, cerca de 10 horas, lá vem o navio Oyapock” (Zaghetto, 2019, p. 176). A utilização de marcadores de tempo precisos, a indicação de personagem, a localização da cena, são uns dos tantos recursos que o autor Rocque Pennafort utilizou para convencer os leitores de que aqueles acontecimentos narrados são recortes relevantes para todas ou para a grande maioria das pessoas que estavam ali presentes.

Por fim, por mais que Le Goff (1990) e Candau (2012) tenham seguido percursos diferentes, ambos os autores admitem em seus estudos que as memórias coletivas são fontes de empoderamento, principalmente, de comunidades mais marginalizadas: “São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” (Le Goff, 1990, p. 476). Parece-nos um objeto comum que a memória coletiva ganhe força especialmente em meio às comunidades, uma vez que as massas populares se concentram nesses espaços. E se tratando dos tempos contemporâneos, a memória coletiva ganhou ainda mais significância. Mais adiante, trata-se das memórias coletivas, determinantes na consolidação da ciência histórica, sendo ainda base primordial para novas linhas de pesquisa para Antropologia e para as Ciências Sociais.

Em se tratando da memória coletiva e pensando no trânsito constante que a humanidade realiza, muitas vezes em busca de garantia da sobrevivência, esta pesquisa fará uso, também, dos estudos de Paul Little (2011), que trazem valiosas contribuições no campo da conjunção dos conceitos de memória coletiva e migração. Aliás, as memórias de Rocque Pennafort são uma narrativa em constante movimento geográfico, uma história de vida que navegou por vários territórios, antes mesmo da existência do personagem central.

A movimentação das pessoas rumo a outros territórios é tratada por Little (2011) como um ato natural da humanidade, em que essas movimentações, quando são realizadas em massa, geralmente possuem uma motivação trágica, seja por conta de fenômenos naturais ou da ação humana. Esses deslocamentos humanos constantes implicam em uma contínua inquietação de pesquisa, que busca entender as memórias espaciais que esses povos constroem, as raízes culturais e territoriais que os migrantes estabelecem ao longo dessa peregrinação.

A espécie humana é considerada nômade, e os livros, há séculos, carregam registrados em suas páginas esses fluxos que as pessoas fazem. Os livros sagrados de inúmeras religiões catalogam populações de regiões inteiras indo de um ponto a outro; os textos da história também cuidam de passagens em que nações transportaram-se para territórios diferentes da sua pátria. Um exemplo recente são as fugas migratórias do povo afegão para todos os cantos do mundo; o refúgio é uma das linhas de migração e memórias que mais tem tido ocorrências na contemporaneidade.

Para Little (2011), a memória coletiva contribui para a construção de uma identidade multifacetada dos povos que migraram para regiões diferentes das suas de origem. Esses migrantes transportam consigo as memórias advindas de seu ponto de partida e as somam com as novas memórias que serão criadas nesse novo lugar de morada. Para o autor, a memória coletiva é responsável pela criação de raízes espaciais.

O autor Francisco C. Weffort (1988) afirma, ao realizar uma pesquisa na qual teve por objeto o estudo da crescente migração da população nordestina para o estado de São Paulo, a partir da segunda metade do século passado, que parte desse fenômeno migratório pode ser considerado uma movimentação de cidadãos brasileiros refugiados dentro da sua própria pátria. Uma vez que considerarmos que o Brasil tem dimensões continentais, com uma diversidade cultural imensa, não se torna difícil entender que um povo de uma determinada região do país indo para outra região vai facilmente causar estranhezas e encontrar também muitas questões estranhas à sua vivência nesse novo lugar de morada, podendo assim considerar esses migrantes como estrangeiros refugiados dentro de sua própria pátria. Na

próxima etapa, será pontuado como esse processo também ocorreu de duas formas nas terras de Oiapoque na época da empreitada colonizadora.

Antes de ocorrer uma marcha migratória nordestina rumo ao estado de São Paulo (a mais referenciada em estudos acadêmicos), o destino da grande maioria desse povo sertanejo foi a região da Amazônia brasileira. Podem-se até ser encontradas explicações para essa grande movimentação usando o pano de fundo comum que afirma que os nordestinos foram atraídos pela ilusão das riquezas que poderiam ser alcançadas nos seringais, mas na verdade a condição degradante, após anos de uma seca severa que acometeu parte da Região Nordeste brasileira, no final do século XIX, deixou homens e mulheres sertanejos sem alternativa a não ser a de fugir das suas terras.

A chegada desses migrantes, quer seja à região amazônica ou a qualquer outra parte do país, sempre veio carregada de muito sofrimento e, igualmente, muita esperança. As condições em que esses migrantes chegavam a Belém do Pará ou outras cidades metropolitanas amazônicas eram noticiadas nos jornais da época como “deploráveis”. Há registros de que a presença deles nas ruas da capital paraense incomodava as elites econômicas e trazia problemas para o governante local. Com o rápido crescimento do mercado da borracha, a mão de obra barata dos refugiados passou a ser a solução. Sem muitas escolhas, os migrantes nordestinos eram enviados para as brenhas da floresta amazônica.

É nesse cenário que a família Pennafort, recém-chegada do Nordeste, foi encaminhada para trabalhar nos seringais da região do entorno do Arquipélago de Marajó. A maioria dos nordestinos, quando chegava às florestas amazônicas, passava a perceber que a vida em meio à selva não era menos sacrificante do que a vida flagelada no sertão. Com a ajuda dos estudos feitos por Josué de Castro (1984), que mostraram como se encontrava cada região do Brasil a respeito das condições alimentares da população, será possível entender em parte a situação particular da família Pennafort. Coincidência ou não, o autor dedicou boa parte da sua pesquisa à investigação da região amazônica. Existem, nas entrelinhas da obra de Castro (1984), informações que dão conta de como poderia ser diferente a condição de um migrante nordestino, dependendo de para que parte da Amazônia ele fora enviado.

Bosi (2000) aponta que, ao observarmos os processos migratórios, não enxergamos movimentos somente das pessoas; transitam com elas as suas memórias individuais, coletivas e, principalmente, culturais, e essas novas sociedades que vão se formando passam a constituir nesses lugares uma fusão de memória, fazendo desses espaços verdadeiros e vivos lugares de memórias.

É a partir desse ponto de preparação introdutória que passaremos para os dois próximos tópicos de estudos deste capítulo, que irão apresentar as duas fugas migratórias realizadas pelos Pennafort. A expressão “fuga” é utilizada porque as migrações realizadas pelos Pennafort foram realizadas para fugirem da situação de miséria que os cercava. As duas retiradas serão observadas a partir do prisma das construções de memórias espaciais, territorialidade e transferência de culturas. Será apontado ainda o contexto histórico que envolve esses dois momentos de retirada.

1.2 Os Pennafort: memórias de um povo retirante

A fronteira que limita os territórios do Brasil e da França, historicamente, teve um volumoso tráfego de pessoas nos dois lados da fronteira, misturando povos nativos, originários, colonizadores, negros escravizados e outros migrantes que vieram posteriormente habitar essa região. Essa dinâmica de constante trânsito de diferentes povos na fronteira franco-brasileira fornece um volumoso campo de pesquisa, em que podem ser investigadas, por exemplo, as questões relacionadas às múltiplas identidades e à diversidade cultural que pulsam na região de fronteira.

A migração é uma atividade que está historicamente ligada a ações humanas – movimentação que é registrada desde os primeiros eventos históricos. Por diversas razões, as pessoas se deslocam das suas moradas para desbravarem outros territórios. Gonçalves (2001, p. 173) apresenta alguns motivos que levam a humanidade a se deslocar de um lugar para outro:

As migrações costumam figurar como o lado visível de fenômenos invisíveis. Aparecem muitas vezes como a superfície agitada de correntes subterrâneas. Verdadeiros termômetros que, ao mesmo tempo, revelam e escondem transformações ocultas. Os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Os maremotos históricos provocam ondas bravias que deslocam em massa populações e povos inteiros. Numa palavra, a mobilidade humana é em geral um sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está para ocorrer, ou melhor, algo está ocorrendo nos bastidores.

Por sua vez, Little (1994) corrobora esse tema afirmando que a atividade de movimentação constante da humanidade leva a uma condição geográfica de desterritorialização. Por mais que as fronteiras estejam traçadas cartograficamente e estabelecidas legalmente, ainda assim essa determinação geográfica não se sobressai às emergências que continuamente assolam a humanidade. A transição estrangeira torna-se

cada vez mais um elemento comum na construção social dos espaços. Como foi dito na etapa mais acima, o Brasil, devido especialmente às suas dimensões continentais, tem na sua construção histórico-geográfica diversos episódios migratórios em que o brasileiro muitas vezes se assemelha a um estrangeiro, mesmo estando dentro do Brasil.

Esses territórios adentrados por movimentos migratórios passam a compor um novo espaço de memórias desses povos em movimentos. Esse novo lugar de memória abriga as memórias de quem já habitava esses lugares e passará a abrigar também as memórias desses novos moradores que migraram de outros territórios. A interferência e aderência de uma cultura na outra se torna um processo inevitável. Essas interferências em um processo de colonização territorial tendem, muitas vezes, a ignorar as memórias de povos nativos.

Paul Little (1994) destaca a construção de memórias coletivas desses povos que se deslocam de um espaço para o outro. Essa construção coletiva ajuda na adaptação e aceitação dessa nova morada: “Cada povo deslocado procura, de uma ou outra forma, sua realocação no espaço. O processo de criar um espaço novo torna-se, assim, primordial, e se dá, em parte, pela manipulação múltipla e complexa da memória coletiva no processo de ajustamento ao novo local” (Little, 1994, p. 11).

O movimento de migrantes no Brasil vem de bem antes do início da expansão europeia sobre o continente americano. A vinda dos portugueses a partir do século XVI e, posteriormente, a sua movimentação pelo litoral brasileiro, de certo modo, no entanto, trouxe uma nova modalidade de migração para as terras do Brasil. Até mesmo os negros que foram sequestrados do continente africano, ainda que forçados, realizaram um processo migratório, sendo esses deslocados por diversas regiões do continente americano. O tráfego de negros escravizados oriundos do continente africano é categorizado por Little (1994, p. 9): “O terceiro grupo compreende as vítimas de deslocamentos diretos e forçados. O maior exemplo disso, e talvez o mais brutal, na história humana foram a captura e o transporte de vinte milhões de africanos negros no comércio transatlântico de escravos nos séculos XVI a XI”.

A maioria das histórias contadas a respeito do Brasil em ambientes escolares começa a ser contada a partir dos processos migratórios dos portugueses para terras brasileiras, e, como já dito antes, os povos que aqui habitavam tiveram a sua história invisibilizada. Migração e invisibilização compõem ainda hoje a formação do território nacional. A expansão industrial e a descoberta da utilidade do látex motivaram um *boom* migratório dos povos nordestinos em direção à Amazônia brasileira. Nessa movimentação em especial percebe-se que tanto a cultura e as memórias dos amazônidas como as dos nordestinos foram ignoradas, e a única prioridade era a exploração do látex para atendimento a interesses econômicos.

Fim do século XIX – Inicia-se o ciclo da exploração da borracha brasileira na Amazônia, motivado pela Revolução Industrial, as fábricas inglesas importam a matéria prima em grandes quantidades. Entre 1870 e 1900, aproximadamente 300 mil nordestinos migraram para a região para trabalharem nos seringais (FRANCISCO, [20--], [n.p.]).

A migração de pessoas dentro do território brasileiro intensificou-se a partir da segunda metade do século XIX, tendo como principais motivações a pobreza e a escassez de recursos em certas regiões, principalmente em parte da Região Nordeste, e as riquezas ou propaganda de riquezas em outras determinadas regiões, especialmente na região amazônica.

A respeito das diferentes motivações que levam o ser humano a sair da sua morada em busca de outro local para se restabelecer, Little (1994) destaca sete principais grupos: o primeiro grupo consiste em nômades; o segundo grupo é caracterizado pelo fenômeno da diáspora; o terceiro grupo compreende as vítimas de deslocamentos diretos e forçados; o quarto grupo, numa categoria muito ampla, refere-se à migração grupal reativa; a quinta categoria refere-se às migrações colonizadoras; a sexta categoria consiste em migrações laborais temporais; e a última categoria, que cresceu enormemente no pós-guerra, é a migração sobreviventista.

O deslocamento do povo nordestino dentro do território brasileiro tem como motivação um pouco de cada destaque dessas categorias apresentadas por Little (1994). Pode até parecer fora do contexto temporal, mas ainda nos dias atuais tem-se registro de comunidades nordestinas sendo resgatadas de frentes de trabalho análogas à escravidão; são os nordestinos também a principal força trabalhadora que se desloca da sua região para ocupar vagas de trabalhos sazonais.

Ainda que as categorias apresentadas acima sejam identificadas nas motivações das migrações do povo nordestino, ao analisarmos especificamente o processo migratório da família Pennafort, percebe-se que a categoria sobreviventista se sobressai como principal fator para o deslocamento dessa família e de tantas outras que tiveram que abandonar o sertão nordestino, fugindo da grande seca que ocorrera no final do século XIX.

A última categoria, que cresceu enormemente no pós-guerra, é a migração sobreviventista. Neste grupo, entram os dezessete milhões de refugiados no mundo e os exilados políticos e econômicos. Esses grupos representam os casos mais intensos e trágicos de desterritorialização no mundo atual (LITTLE, 1994, p. 10).

Os números da tragédia humana em consequência da grande seca que assolou o sertão cearense no final do século XIX contabilizaram tristes dados pouco vistos na história do Brasil. Esse trágico período nacional foi responsável por memórias que lembram muitas cenas

das grandes guerras, especialmente pela proporção do número de mortes, bem como das pessoas em situação de desterradas.

Num depoimento antigo, dando um balanço das perdas na terrível seca, depoimento transcrito por Edmar Morel no seu interessante livro-reportagem sobre o Pe. Cícero do Juazeiro, encontram-se estas cifras assustadoras: ‘o século dezenove vê dez grandes invernos e 7 grandes secas. Destas a de 1845 tem gravíssimas conseqüências para o gado e a de 1877-1879 torna-se célebre. Ela determina a mortandade de 500.000 habitantes do Ceará e vizinhanças, ou cerca de 50% da população. Nas grandes secas em geral, porém, a média da mortandade não costuma exceder 33%. Dos mortos de 1877 a 1879 calcula-se que 150.000 faleceram de inanição indubitável, 100.000 de febres e outras doenças, 80.000 de varíola e 180.000 da alimentação venenosa ou nociva, de inanição ou mesmo exclusivamente de sede.’ (CASTRO, 1984, p. 236).

A migração foi de longe a maneira mais utilizada na tentativa de ocupação da vasta Região Norte, principalmente no início do século passado. Se, por um lado, a seca castigava o sertão do Nordeste, por outro, no Norte do Brasil as atividades, especialmente, nos seringais estavam em profusão, e a valorização do látex no mercado internacional e os vastos seringais presentes na floresta amazônica eram um convite de esperança para o sofrido povo sertanejo. Somava-se a isso uma larga campanha de incentivo à ocupação dessa região por parte do governo brasileiro. A imagem a seguir, retratada na obra *Geografia da Fome*, de Josué de Castro (1984), mostra bem a triste realidade dos retirantes nordestinos.

Figura 1 – Retirantes da seca de 1877



Fig. 12 — Retirantes da seca de 1877 (Desenho especial de Percy Lau baseado numa gravura original da época.)

Fonte: Castro (1984).

Nessa fórmula, miséria no sertão e riquezas na selva amazônica, o poder político enxergou uma boa possibilidade de solução para a ocupação das vastas áreas do território amazônico. Esse processo migratório ganhou incentivos governamentais e uma forte campanha publicitária na época. Esse foi um deslocamento não só de pessoas, mas que implicou, também, na transportação de costumes, histórias, musicalidade, danças, preferências literárias, culinária etc.

É necessário informar que os encantos prometidos pelos recrutadores de nordestinos eram enganosos, pois os migrantes, quase sempre, encontravam o cenário contrário. Essa esperança frustrada encontrou, muitas vezes, na literatura popular um canal de denúncia e manifesto, como pode ser visto no cordel de autoria desconhecida *O caso do Jary. História Completa*. Essa história fala dos trabalhadores seringueiros maltratados no Vale do Jari (AP) posterior à revolta destes contra o Senador José Júlio de Andrade⁹.

Ainda muito contaram/scenas horríveis, cruéis,/de homens que eram surrados/da cabeça até os pés/vivendo todos captivos/como os presos nas galés./Histórias horripilantes/os desertados contaram/factos cruéis e tyrannos,/que no Jary se passaram,/de crimes muito horrorosos/que nunca se divulgaram (GUILLEN, 2002, p. 230).

⁹ Senador José Júlio foi um dos poucos migrantes cearenses a construir fortunas na região da Amazônia em pouca mais de 40 anos construiu no Vale do Jari um verdadeiro império. Seu auge como empresário e homem público está datada maio menos no mesmo período que os Pennafort migraram para região do Oiapoque.

Nessa primeira perspectiva de discorrer a respeito de como se deu o primeiro deslocamento da família Pennafort é que a sequência deste capítulo vai apresentar como foi registrado nas memórias e na bibliografia de Rocque Pennafort esse traslado realizado do Nordeste em direção às terras paraenses. Para melhor visualizar essa migração, será dada continuidade à transversalização de estudos, registros, arquivos e obras literárias que abordam essas vindas dos nordestinos para a região amazônica.

1.2.1 Fuga migratória nº 1: da seca do sertão ao interior do Pará

A família Pennafort tem sua raiz genealógica oriunda do sertão do Nordeste brasileiro. Como muitos sertanejos, a família liderada pelo patriarca Francisco Pennafort migrou para as entranhas da floresta amazônica, passando a se estabelecer na região conhecida como arquipélago de Marajó (PA). Seguindo o rastro migratório dos Pennafort, passaremos a analisar o primeiro trajeto de fuga da família. Será oportuno apresentarmos referências bibliográficas que aludem a respeito da vinda dos sertanejos para o Norte do Brasil. Por fim, será abordado o contexto dessa fuga migratória a partir da biografia e da memória de Rocque Pennafort.

Em 1900, o coronel da Guarda Nacional Francisco Antônio Pennafort decidiu abandonar o Ceará, castigado pela seca do ano anterior, e se mudou para o Pará, trouxe com ele um grupo de parentes e amigos. Entre estes, seu irmão Antônio Raimundo Pennafort, os sobrinhos Raimundo de Sousa Pennafort e José de Sousa Pennafort com as respectivas famílias (ZAGHETTO, 2019, p. 220).

Antes de iniciar a investigação da migração dos Pennafort, entendo ser necessário realizar um breve levantamento histórico que possa orientar em qual momento historiográfico os Pennafort resolveram abandonar o seu Nordeste, dando notoriedade ao acontecimento diplomático que julgou os limites da fronteira entre Oiapoque e Guiana Francesa.

No ano de 1900, o Ocidente vivia um grande movimento nos centros urbanos, a indústria consolidava-se como a nova ordem mundial, e um dos produtos novos e de grande utilidade para a indústria era a borracha. As disputas no Velho Continente eram fervorosas e cada vez mais apontavam para um embate que viria a envolver todos os cantos do mundo. No Brasil, a Primeira República ganhava corpo e, para tomar conta de todo seu vasto território, era preciso quebrar o distanciamento de algumas áreas ainda desertas na Amazônia. Para esse

feito, foi designado, com o patrocínio do governo federal, o escritor Euclides da Cunha¹⁰, que realizou viagens de expedição pela região amazônica, nos primeiros anos do novo século, com a finalidade de mostrar a região como ela era de fato e, com isso, o Estado brasileiro passou a inseri-la na “linha do progresso”. Euclides foi chefiado por José Maria da Silva Paranhos Júnior – Barão do Rio Branco.

Figura 2 – Euclides assinando termo da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, 1905



Fonte: EUCLIDESITE ([20--]).

É no ano de 1900, também, que o destino do Oiapoque é decidido no tribunal arbitral da Suíça. Graças à cirúrgica habilidade do diplomata brasileiro Barão do Rio Branco, o tribunal suíço deu ganho de causa para o Brasil. O conflito do contestado da fronteira entre Brasil e França finalmente foi juridicamente resolvido. Os jornais brasileiros que circulavam nos grandes centros urbanos noticiaram o feito do Barão do Rio Branco como um ato heroico, causando grande comoção e orgulho nacional. O resultado desse feito foi reportado por Sonia Zaghetto (2019, p. 113), no livro *Histórias de Oiapoque*.

O laudo suíço

A sentença arbitral – chamada de ‘Laudo Suíço’ – foi anunciada no dia 1º de dezembro de 1900 à delegação brasileira e ao embaixador francês M. Bihourd, em Berna. Naquele sábado de inverno, o barão preparou o cenário para a solenidade. Na sala da vila Trautheim, destacava-se o busto em bronze do seu pai, o visconde do Rio Branco, um dos maiores estadistas do Império, seu modelo intelectual e ídolo. Pouco antes do meio-dia, o secretário do Departamento Político da Confederação Suíça, M. Grafina, chegou carregando os 12 exemplares dos considerandos da

¹⁰ Euclides chegou à Amazônia em 1905. Vinha realizar velho sonho. Chefiava a Comissão Brasileira de Limites com o Peru, em momento de certa tensão, conseqüente a conflitos que se verificavam e constituíram capítulo, imenso capítulo, mas ainda capítulo, daquela série de episódios da nossa expansão sobre as terras do sul, onde bolivianos e peruanos possuíam também trechos daquela Amazônia que nós disputávamos, eles a nós e nós a eles (REIS, 2019, p. 47).

sentença e os dois volumes do laudo, assinados pelo presidente Walter Hauser, e pelo chanceler da Confederação, Klinger.

Rio Branco o recebeu e todos se acomodaram. Estavam presentes o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos de Carvalho, e todo o secretariado. O clima de expectativa e tensão não permitia prolongamentos. Grafina fez um pequeno discurso, no qual declarou o objeto da missão de que fora incumbido. Acrescentou que, cumprindo esse dever, podia também dizer que a missão lhe fora muito agradável, uma vez que tinha o prazer de anunciar a decisão favorável ao Brasil: ‘Conforme o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzón é o Oiapoque.’ Vencera a tese brasileira: o rio Oiapoque definitivamente tornara-se o limite entre o Brasil e França.

Coincidentemente, é nesse mesmo ano de 1900 que a família Pennafort resolve sair em retirada do Ceará rumo ao estado do Pará. Os Pennafort, então liderados por Francisco Pennafort, saem do sertão do Ceará decididos a encontrar melhor sorte. Após um longo deslocamento, a família passa a ocupar uma parte da região do arquipélago de Marajó.

A biografia de Rocque Pennafort registra que os primeiros anos da sua família (pais e irmãos), vivendo às margens do rio Charapucu, foram anos de fartura e de gozo de conforto. Segundo Zaghetto (2019, p. 220), “Raimundo e sua esposa Ana viviam confortavelmente”. Às margens do rio Charapucu, os Pennafort ganharam títulos e acumularam prestígio por toda a região. Assim, os Pennafort eram personagens ativos da política de Afuá, onde Francisco foi intendente. “Em 1912, Raimundo Pennafort recebeu a patente de tenente da Guarda Nacional. Seis anos depois tornou-se major. Exerceu, ainda, a função de juiz substituto” (Zaghetto, 2019, p. 220).

Pelo que foi apresentado no cordel já mencionado, tudo leva a crer que os Pennafort tiveram uma condição privilegiada e que exerciam um papel de donatários de seringais; se não todos, pelo menos uma parte da família. A desconfiança de que os Pennafort se tornaram, no interior do Pará, senhores da borracha é demonstrada em dois episódios da narrativa das memórias de Rocque Pennafort.

Uma coisa que não posso afirmar é se o barracão (como eram chamadas todas as casas de comércio de seringalistas) recebeu o nome de São Rocque em homenagem a mim, ou se eu recebi o nome em homenagem ao barracão (ZAGHETTO, 2019, p. 166).

‘Mas mia mãe (era assim que eu a tratava), porque a senhora não quer encontrar com eles?’ Ela respondeu: ‘Meu filho, eles nos conheceram quando a gente estava tão bem. Nós tínhamos barracão tão grande, tínhamos tudo. A gente andava de primeira classe dos navios, com roupas boas, e agora nós vamos feito flagelados. Tenho muita vergonha’ (ZAGHETTO, 2019, p. 176).

Os tempos fartos na região do Marajó padecem junto com o fim da Primeira Grande Guerra. Desse modo, o conforto de outrora deu lugar a buscas de outras atividades e, para

subsistirem, de acordo com Zaghetto (2019, p. 220), “o declínio do comércio da borracha fez o grupo procurar outros meios de vida nas ilhas do Curuá e Viçosa”. Essa constante mudança de local é uma característica presente entre os retirantes nordestinos no início do século passado; contudo, as literaturas históricas demonstram que, apesar da busca, quase sempre os migrantes encontravam uma vida igualmente difícil aqui no Norte.

Durante essa fase econômica, na qual a borracha chegou em certo período a representar 28% do valor da exportação total de todo o país, foi atraída para a Amazônia uma corrente de imigrantes. Levas de aventureiros seduzidos pela miragem de enriquecerem da noite para o dia, com a exploração do ‘ouro branco’, do látex valioso que jorrava como sangue das seringueiras feridas em todo o vale amazônico. A floresta virgem cobrou caro a ousadia desses pioneiros que tentavam arrancar a riqueza maldita do seio da selva tropical. E a sua vingança predileta fora exatamente o beribéri (CASTRO, 1984, p. 93).

Castro realizou um importante trabalho que percorreu todas as regiões do Brasil e montou um diagnóstico a respeito da fome e da condição de cada lugar. Nesse robusto estudo ele nos possibilita enxergar o quanto era penosa e perigosa a vida dos retirantes nordestinos na Amazônia; os dados são conflitantes, mas ao mesmo tempo reafirmam a máxima de que a riqueza do Brasil sempre esteve na mão de poucos. O registro de mazelas e sofrimentos não se restringiu somente a estudos acadêmicos, mas também cantadores de cordel, como os que constam em Guillen (2002), deram voz a esse escancarado flagelo:

Vou manifestar ao público/Um pouquinho da história/Da vida do amazonas/O que gravei na memória/Onde estive seis anos;/Fui feliz contar victoria/La bebi gota de fel/Daquele bem amargoso,/Dei graças a Deus sahir,/Me julgo bem venturoso;/Hoje sei que o Amazonas/É um sonho Vil, enganoso!

Essa literatura popular de denúncia passou a ser representada em todas as regiões de seringais na Amazônia e se tornou o ecoar de vozes de uma massa que, muitas vezes, era privada de suprir suas necessidades básicas e ainda sofria com castigos físicos, sendo literalmente surrada por capangas contratados pelos senhores dos seringais. Podemos observar esse panorama através de Guillen (2002), no cordel *O caso Jari, História Completa*, de autoria desconhecida: “Nunca se viu no Brasil/tão feroz perversidade,/andarem milhões de homens/debaixo da crueldade/e por qualquer ninharia/levando relho à vontade”.

Não consta, no entanto, nos textos de Pennafort esse caráter de denúncia de maus-tratos. Presume-se que, por conta da posição privilegiada da sua família na região do arquipélago de Marajó, não lhe foi interessante tratar dessa temática, ou pelo fato de as memórias de Rocque terem sido um resgate da sua infância, sendo possível que ele não tenha

tido sequer acesso a essa parte dos acontecimentos. Contudo, nem por isso os Pennafort deixaram de registrar suas contribuições culturais no interior do Pará; a cultura de linhagem popular recheada de religiosidades, crendices, costumes e hábitos passeia pelo enredo que marca as vivências dos Pennafort no Marajó: “Mamãe, coitada, vivia sempre fazendo pedidos como estes: ‘Ah meu glorioso São Francisco de Chagas, não permita que a gente vá dar de cara com Santo Onofre ou o Sólon’, ‘Ah meu glorioso São Francisco de Canidé...’, ‘Ah meu Glorioso padim Padre Ciço’...” (Zaghetto, 2019, p. 146).

As preces de dona Ana são heranças trazidas do Nordeste. São Francisco de Chagas, São Francisco de Canindé, especialmente Padre Cícero, são símbolos católicos, ainda hoje, muito cultuados pelo povo nordestino. Por outro lado, assim como já falado anteriormente, os Pennafort, como era de se esperar, também receberam influências dos hábitos dos nortistas na sua cultura. Os hábitos alimentares dos Pennafort mudaram brutalmente, devido à cultura de alimentação diferenciada do amazônida e às possibilidades disponíveis.

Essa alteração na cultura alimentar de boa parte da população que migrou para o Norte do Brasil tem muito a ver também com a atividade econômica pulsante na região. Segundo Josué de Castro (1984), a atividade extrativista da borracha pouco permitia aos retirantes manter as suas culturas de atividades agrícolas de subsistência, pesca para consumo e caça. A ausência de nutrientes foi um dos principais fatores de ocorrência de epidemias na região amazônica no final do século XIX e início do século XX.

Os Pennafort, no entanto, praticavam a cultura da pesca, da caça e, especialmente, da plantação de roças. Contudo, no seu texto memorialista, Rocque chega a revelar a falta de itens alimentares básicos e conta ainda da terra infértil e da dependência de produtos que vinham de Belém (PA). O açaí, fruto da Amazônia, tornou-se indispensável no cardápio dos nordestinos moradores na região do Marajó.

Açaí tínhamos todo tempo. Na época própria tinha em todo canto. E na falta, tinha sempre em terra firme...

O mais difícil de obter era a farinha – alimento que nunca pode faltar em casa de caboclo. O abastecimento era sempre feito para durar meses, mas se acontecia de acabar farinha enquanto as canoas grandes estavam pescando no Norte, a gente dava um jeito com arroz ou fruta-pão. Foi nessa época que me viciiei em tomar açaí com arroz ou fruta-pão (ZAGUETTO, 2019, p. 170).

O açaí, que foi apontado por Rocque como um produto em abundância na região do Marajó e introduzido na cultura alimentar da sua família, é relatado também nos estudos de Castro (1984) como uma das mais ricas e importantes fontes de alimento nativas das terras alagadas da Amazônia. Nesse mesmo estudo, o autor fala também do poder nutritivo da

castanha-do-Pará, mas alerta o quanto esta é indigesta em regiões temperadas como a Amazônia.

Trouxemos esses dois destaques dos estudos de Castro (1984) para embasarmos mais uma possibilidade de por que não se encontra nas escritas de Rocque Pennafort que a sua família sofreu maus-tratos e flagelos no arquipélago de Marajó durante o período do primeiro Ciclo da Borracha. Além dos cargos recebidos do Estado, os Pennafort tiveram a boa sorte também de serem encaminhados para uma das áreas mais ricas em açaizal. Já os nordestinos que foram para a região do Laranjal do Jari, por exemplo, tiveram o infortúnio de terem em abundância a castanha-do-Pará e baixa incidência de açaizais. A chance de os migrantes que foram para a região do vale do Jari terem sido duplamente explorados foi grande, uma vez que estavam numa área extrativista de dois produtos que só tinham valor para o mercado internacional, castanha-do-Pará e látex. Vale destacar que nessa época o açaí era um alimento cercado de lendas e preconceitos e não tinha o atrativo que tem hoje no mercado internacional.

Essas possibilidades foram confirmadas especialmente pelos inúmeros registros de conflitos e fugas ocorridas na área que compreende a região do Vale do Jari. Um personagem como o senador Júlio, além de ter se tornado uma figura folclórica, devido às várias histórias que o rodeiam, é reconhecido também pela sua forma tirana de lidar com os trabalhadores que trabalhavam em suas terras. Castro (1984) aponta nos seus estudos que a má condição de trabalho à qual os seringueiros eram expostos influenciava para uma condição de desnutrição.

Ter tido uma melhor condição de trabalho na sua área de extração do látex possibilitou aos Pennafort a experimentação de uma nova cultura alimentar. Essa interferência cultural vai além do que era colocado à mesa: os modos de cultivo, as técnicas de extração, a manipulação dos alimentos, quase tudo era diferente ou novidade, em comparação aos hábitos que os Pennafort tinham quando habitavam o sertão do Ceará. É visível na obra de Rocque Pennafort que os migrantes nordestinos também prestaram sua colaboração para transformar a cultura do seu novo lugar de morada.

Quanto a essas questões de culturas que são transportadas pelos migrantes e adaptadas e praticadas nesse território longe de suas terras, Ecléa Bosi aponta essas atitudes como um ato de resistência e de preservação das memórias coletivas que esses povos carregam consigo e buscam repassar para sua posteridade.

Em abril e maio algumas ruas mudam de cor: o milho e as abóboras estendem sua folhagem amarelada nos mínimos espaços possíveis. Se o bairro pudesse ele seria semi-rural pois ainda vive tão atraído pelo rural que resiste muito ao cimento, ao

cimentado no quintal que cobre a terra, que amordaça a planta, que queima a sola dos pés, preferindo o terreno bem batido, onde um dia poderá nascer uma roseira, um pé de laranja, um capim (BOSI, 1988, p. 31-32).

Essa mesma resistência retratada por Ecléa Bosi em relação à massa popular que chegava a São Paulo de diversas áreas rurais foi apontada também por Castro (1984) em relação aos sertanejos. No entanto, a exposição feita por Castro (1984) deixa um entendimento de que essa resistência cultural do sertanejo é um dos motivos que agravam a situação de flagelo desses migrantes quando foram tentar melhor sorte na região amazônica.

Escrevendo sobre Euclides da Cunha, o escritor Silvio Rabello retratou a improvisação da colonização amazônica com as seguintes palavras: ‘O sertanejo que se dispusera a penetrar na Amazônia dificilmente conseguia adaptar-se às condições nosológicas da região. Em regra, sucumbe às febres ou ao regime de carência. A terra recém-aberta ao povoamento estava longe de ser um leito macio para seus desbravadores. É ainda um pantanal que espera os mais elementares cuidados de engenharia sanitária. A umidade e o calor são ali meios de cultura ideal aos germes mortíferos. **Por outro lado, nenhum esforço realiza o colono para adaptar-se à sua nova condição de vida. Continua com os seus antigos hábitos: a mesma alimentação, o mesmo vestuário, o mesmo tipo de habitação. A terra e o homem não se aproximam nem se entendem reciprocamente.**’ (CASTRO, 1984, p. 238, grifo nosso).

É evidente que a adaptação a uma região tão diferente da sua realidade não dependia somente do esforço individual dos migrantes nordestinos, que foram jogados à própria sorte na selva amazônica; é um equívoco a análise colocada em destaque no excerto acima. É bem verdade que é comum na história da humanidade a parte explorada e negligenciada ser colocada na condição de culpado da sua própria tragédia; foi assim, por exemplo, no caso dos indígenas que até hoje são tratados como preguiçosos pelo fato de terem resistido ao processo de escravização no período do Brasil Colônia.

Apesar de o fator adaptação ao novo lugar de morada ter pesado para a sobrevivência de boa parte dos nordestinos que vieram residir na região amazônica durante o Ciclo da Borracha, essa dificuldade de adaptação não parece ter atingido a turma dos Pennafort; ao contrário, as narrativas de Rocque Pennafort demonstram que a família se conectou com a região amazônica com facilidade. Como já foi falado, a condição da região, acrescentada ao prestígio recebido pelos membros da família Pennafort, ajudou para que eles tivessem maior sucesso na empreitada migratória.

O grupo se alojou no interior do município de Afuá, no Pará, às margens do rio Charapucu, localizado na ilha do Marajó, na foz do rio Amazônia. Os homens passaram a trabalhar na extração da borracha. Cada família tinha o seu barracão, nome dado às casas de comércio dos seringalistas (ZAGHETTO, 2019, p. 220).

Uma grande alteração e interferência na cultura dos retirantes nordestinos que migravam para o Norte está na mudança da paisagem – antes terras secas e agora floresta fechada, uma imensidão de água, gigantescos rios e igarapé –; é certo que esta muito interferiu, também, no modo de vida dos Pennafort. A substituição das estradas de chão por vias aquáticas mexe com a cultura de deslocamento dos Pennafort. E será pelos caminhos dos rios que a família Pennafort fará pela segunda vez uma migração rumo ao novo e desconhecido. Se antes o motivo de uma grande fuga foi a seca no sertão, agora o declínio do comércio da borracha colocará os Pennafort mais uma vez em deslocamento.

1.2.2 Fuga migratória nº 2: do rio Charapucu ao Oiapoque

Os motivos de as pessoas saírem das suas moradas quase sempre são os mesmos; a saída dos Pennafort do Ceará foi motivada pela seca e situação de fome pela qual a família estava passando na região. Por mais que nos pareça que, nas margens do rio Charapucu (região do Marajó), os Pennafort não chegaram a passar fome, ainda assim, com a crise no comércio da borracha a família começou a correr risco alimentar. Passa a contextualizar com esse cenário a indagação do poeta palestino Mahmoud Darwish compilada da citação do livro *O local da Cultura*: “Para onde devem voar os pássaros depois do último céu?” (Darwish *apud* Bhabha, 2013, p. 227).

Essa questão, sempre tão presente para os povos em situação de despejo, de certa forma assolou também o pensamento dos Pennafort, uma vez que depois de terem fugido da mazela causada pela seca no sertão, com a promessa do governo de elevados ganhos financeiros na Amazônia, agora mais uma vez se encontravam assombrados pela fome. Para onde ir? Não seria a Amazônia o voo da última esperança? Não voando, mas navegando, os Pennafort descobriram que existiam outras últimas nuvens que se colocaram ante de um último céu.

No verão de 1920 o Coronel Pennafort e sua turma de pescadores saem para mais uma viagem ao norte. Chegaram até o Oiapoque e ele resolve entrar, na esperança de encontrar terras melhores em que pudesse localizar sua gente para uma vida menos difícil. Ao chegar em Demonti, ponto em que os pescadores faziam aguada, resolve subir. Vai se informando das condições de vida e, sempre com os olhos na terra, passa por Santo Antônio e Saint-Georges na margem francesa. Santo Antônio já era, naquela época, um deslocamento militar (ZAGHETTO, 2019, p. 172).

É certo que os rios da região Norte, especialmente nas rodas de conversa e na literatura da região, ganham destaque de protagonista. Os vários rios que cortam a região amazônica ganham uma autonomia que muitas vezes os fazem, também, personagem principal. Rocque Pennafort destaca a presença dos rios mesmo antes de tomar consciência da sua existência.

Lá fora – enquanto as águas do rio Charapucu levavam e traziam as moitas de mururé, repletas de frutas de todas qualidades que caíam na margem do rio e serviam de alimento não só aos peixes e jacarés, mas também aos garotos que em suas montarias as iam juntar - no trapiche do barracão, a turma explodia os foguetes e o rifles 44 repetia os tiros, anunciando mais um vivente. O mijo, a cachacinha, corria de copo em copo, boca em boca, fato que se repetia a todo freguês que chegava (ZAGHETTO, 2019, p. 165-166).

Ao resgatar as memórias construídas de maneira comunitária ainda da sua época de menino, Rocque nos conta uma revelação não pretenciosa, a de que os seus parentes, homens e mulheres que fugiram da seca do Nordeste, já não podiam ser identificados somente como sertanejos, pois esses desbravadores formaram uma sociedade das águas. Apropriaram-se de uma habilidade que somada à coragem os levou para além dos rios. A costa oceânica que abrange a costa norte marítima amapaense tornou-se o lugar da busca de proventos dos Pennafort e todos os seus apadrinhados.

O que o coronel Pennafort chamava de sua família era, na verdade, um conjunto de famílias integrado por seus filhos e netos, além dos sobrinhos Raimundo (meu pai) e José, ambos com família bastante numerosa, e muitos outros que viviam a bastante tempo sob sua orientação. Todos eram oriundos do Nordeste brasileiro. Ex-intendente do Afuá, município onde trabalhava desde os primeiros anos de 1900, e possuidor de uma frota de veleiro, Francisco Pennafort começou, desde o princípio de 1919, a viver mais da pesca na região Norte. Em uma de suas excursões conheceu o rio Oiapoque (ZAGHETTO, 2019, p. 171-172).

O movimento de retirada e reinstalação de famílias inteiras e até comunidades em novos lugares é recorrente na história da humanidade. O deslocamento de pessoas em blocos comunitários numerosos favorece de alguma forma a aceitação e adaptação nesse processo de mudança. Para os nordestinos que se realocalizaram na região amazônica, ocupar áreas em grupos numerosos os ajudava a manter parte de suas culturas e, ao mesmo tempo, cooperar com a sobrevivência de cada um.

Segundo Little (1994), essa mudança de território cria memórias espaciais de lugares a que talvez esses migrantes nunca retornem ou onde sequer tenham estado um dia, herdaram essas memórias de territórios dos seus antepassados. Somos conduzidos a acreditar que essa preservação das memórias da terra natal, que são consideradas por muitos dos migrantes e

seus descendentes como as suas verdadeiras vivendas, faz com que os migrantes tendem, ainda que de forma singela, a reproduzir na nova morada um pouco de como era a sua antiga casa. Isso talvez ajude a explicar também por que o coronel Francisco Pennafort e sua turma estavam buscando um novo local para morar: as terras encharcadas da região do Marajó em nada lembravam o sertão cearense, até o cultivo de roça, atividade que faz parte da cultura do povo sertanejo, não prosperava nas terras marajoaras.

O fato de parte dos Pennafort e outros membros do grupo de nordestinos se movimentarem sazonalmente para realizar tarefas de labor em outros territórios, como a pesca na costa Norte do Amapá, configura-se como uma das sete formas de migração apontadas por Little (1994).

A sexta categoria consiste em migrações laborais temporais. Esses movimentos podem ser colocados numa escala de acordo com o nível de formação e qualificação dos migrantes. No lado inferior dessa escala, encontram-se os trabalhadores com pouca educação formal e com qualificação mínima, que migram para os centros urbanos de seu país ou dos países industrializados, onde ocupam empregos de baixos salários (LITTLE, 1994, p. 10).

Como já fora falado mais acima, os fugitivos da seca do sertão não foram muito bem recebidos na capital paraense, e nessa época a principal fonte de riqueza da região amazônica estava na extração da borracha, então esse deslocamento para trabalho temporário em centros urbanos não era uma opção para os Pennafort. A solução encontrada então foi buscar o deslocamento temporário para a costa marítima amapaense como uma alternativa autônoma de trabalho para subsistirem. Foi dessa forma que mais um rio da Região Norte do Brasil tomou as luzes do holofote, o rio Oiapoque. Como todos bons navegadores, nessas viagens era embarcado um almanaque de histórias.

A possibilidade de a cultura de navegação e pesca ter sido adquirida pelos Pennafort através de um processo de troca com os povos originários que habitavam a região do Marajó é muito grande, uma vez que para o sertanejo essas atividades de pesca, seja para distração ou como trabalho, não parece algo da sua rotina, sobretudo a arte de navegar por rios e mares, certamente aprendizados recebidos pelos Pennafort já em terras marajoaras.

O coronel sobe um pouco mais, passa por Martinica, nome que o lugar recebeu de seu primeiro morador, um crioulo oriundo da ilha de Martinique. Logo aportuguesou-se o nome para Martinica.

Entusiasmado com a região, chega com a sua turma até o ponto que mais tarde foi denominado “Sibéria” acima da foz do rio Pantanari. Avança mais um pouco, até praticamente o pé da cachoeira Gran Roche.

No meio do estirão entre a ilha Barbosa e a cachoeira, encontra um morador de nacionalidade inglesa, casado com uma brasileira, tendo um filhinho de poucos anos de idade. O morador era Theodore Nicolau, inglês da ilha de Santa Lúcia (Antilhas), com sua mulher Maria Cecília, nativa da região, e o filho Estevão Enrique

(Estevinho). No local havia um porto bonito, formado por uma grande pedra de granito branca. Em terra firme havia um coqueiro alto, já bastante antigo (ZAGHETTO, 2019, p.172).

As terras oiapoquenses desde 1900 já tinham sido arbitradas como pertencentes ao território brasileiro, contudo os nomes dados às localidades partem dos poucos moradores que lá habitavam, tudo indica a urgente necessidade de construir a presença da nação brasileira na fronteira franco-brasileira. Esse debate há tempo ocupava espaço nas casas políticas nacionais. A decadência do mercado da borracha a partir de 1912 também desafiava o meio político para encontrar soluções viáveis para o amontoado de pessoas que se mudaram para as regiões de seringais durante o auge do primeiro ciclo da borracha.

A descrição dos moradores mais antigos e dos habitantes que residiam na região do Oiapoque comprova a tese aqui defendida de que a fronteira do Oiapoque não é construída por linhas limítrofes, e sim por extensos territórios de abrigos históricos de diversos povos. Ainda nos dias atuais é comum e numerosa a presença de estrangeiros residindo no Oiapoque, franceses ou de outras nacionalidades. A respeito desse encontro de povos já no início do projeto de povoamento da região, Zaghetto (2019) destaca:

Integrantes do Grupo dos chamados Negros da Selva os Marron - que também incluem Djuca, Matawai e Bonis - os samaracás do Oiapoque se destacavam pela força física e pela produção de um refinado artesanato em madeira. Suas peças decorativas, utensílios domésticos e canoas tinham entalhes elaborados e gravações de rara beleza. Os serviços dos samaracás eram disputados, especialmente por exploradores e garimpeiros, dada a sua perícia em navegação e habilidade em transpor as cachoeiras dos rios do Amapá e da Guiana (ZAGHETTO, 2019, p. 137-138).

O mundo era encontrado na região do Oiapoque, só não se fazia efetivamente presente o Estado brasileiro “Na fronteira franco-brasileira, os sopros de renovação não chegavam” (ZAGHETTO, 2019, p. 132). Vinte anos depois do laudo suíço é que de fato Oiapoque passou por um processo inicial de estudos, que teve como responsável para comandar tal missão o engenheiro Gentil Norberto. Nos primeiros meses de 1920, o engenheiro começou, com a sua comissão de colonização, o trabalho na fronteira franco-brasileira. Coincidiu com o desbravamento que a turma do coronel Francisco Pennafort estava realizando na região. Ao retornar ao Oiapoque, coincidiu a sua chegada com a do engenheiro Gentil Norberto e a sua turma avançada, que ali estavam com a finalidade de fundar a Comissão Colonizadora da Zona do Oiapoque – mais tarde Núcleo Colonial Cleveland (ZAGHETTO, 2019, p. 173).

Mais uma vez o Estado brasileiro e seu projeto de povoação vão atravessar o destino dos Pennafort. Apesar de o velho Francisco Pennafort ter chegado com sua tropa de pescadores bem antes de qualquer pretensor da faixa de terra demarcada em Oiapoque, quando ele e sua turma retornaram da pesca em alto-mar já havia uma comissão instituída pelo governo federal, almejando o mesmo local pretendido e previamente demarcado pelos Pennafort. No entanto, de forma mansa e pacífica, o chefe da delegação e o patriarca dos Pennafort entraram em um acordo que em um primeiro momento era vantajoso para ambos os lados.

O velho Pennafort já estava com um grande roçado pronto e um barracão preparado quando surgiu a turma pioneira encarregada de fundar o núcleo agrícola, por coincidência, o engenheiro chefe se agradou do mesmo pedaço de terra para instalar a sede da Colônia. Os dois homens entraram em negociação e finalmente tudo ficou mais ou menos acertado: a Colônia seria instalada no local, Gentil Norberto indenizaria as benfeitorias (desmatamento) feita por Francisco Pennafort e este se encarregaria de arranjar pessoas para a colonização do Oiapoque - o que veio ao encontro da vontade do velho Pennafort (ZAGHETTO, 2019, p. 173).

Como bem frisou Litter (1994), a colonização agrícola é uma das formas de deslocar pessoas na tentativa de ocupar mormente regiões de fronteiras em um processo de migração nacional. Ainda nessa seara, Litter destacou que esse processo de colonização agrícola geralmente é estabelecido dentro de um processo de imposição do Estado.

Ao chegar com a notícia de ter encontrado um novo lugar, segundo as memórias de Rocque, as rodas de conversa e contações de narrativas diversas se multiplicaram entre todos os moradores da localidade do Rio Charapucu, versões do imaginário popular foram surgindo. Como um recontar do mito do Eldorado, Oiapoque foi ganhando a condição de rica e farta terra, uma miragem de esperança na vista dos retirantes que mais uma vez precisavam fugir das terras que não lhes ofereciam o suficiente para sobreviver.

Enquanto o velho Pennafort e sua turma deixam o carregamento de peixe salgado e levam outro para Belém, o boato causa maior reboliço. uns recebem a notícia com desconfiança, outros com alegria. Diz-se “Lá no Oiapoque a gente junta dinheiro com a mão.” Outros falam: “Vamos fazer muita farinha. A terra dá cada mandioca que mete medo na gente. Lembro-me que um advertiu: “Tem uma coisa: vai ser ruim para se botar uma armadilha. A terra é muito dura para se enfiar um mourão ou moirão são esteios (um ou dois) que se coloca no chão para neles fixar a arma. “O difícil é se falar com aqueles crioulos que moram do outro lado do rio”, uns arriscavam. Alguns mais sabidos adiantavam: “Tem uma coisa: lá vai ter escola para todos os meninos” (ZAGHETTO, 2019, p. 174).

Essas contações de histórias são momentos comuns em comunidades interioranas. Esses momentos apresentam e guardam uma literatura que é falada e ouvida e quase nunca é

escrita e lida; esses tipos de fenômenos sociais são características que ainda hoje marcam a vivência do povo amazônida. No Oiapoque de hoje, as notícias que chegam de outros lugares ou os fatos locais que são noticiados ainda encontram as frentes das residências como o ponto de disseminação de notícias.

Mais que uma roda de conversa aleatória, o grupo do coronel Francisco Pennafort estava a transmitir para seus familiares e demais membros da comunidade o que eles tinham presenciado e, especialmente, o acordo que o representante do governo, engenheiro Gentil Norberto, tinha proposto para o grupo. O fato de destacarem as proximidades com os crioulos residentes em Saint-Georges já apontava para a fusão de culturas que estava por vir. O acordo firmado entre Francisco Pennafort e o engenheiro teve como pilar a propaganda do governo a respeito das terras oiapoqueenses.

A propaganda do governo falava de uma terra fértil, de águas abundantes. Ali plantariam, colheriam, os filhos iriam à escola e todos teriam à sua disposição um pequeno hospital. O sacrifício de erguer uma cidade em meio a selva valeria a pena - era o pensamento geral. A maioria tinha fugido da seca e se empregado nos seringais do Pará, onde a vida era duríssima e o regime de quase escravidão. Febres, mosquitos, picada de serpente - a natureza da Amazônia ameaçava. No Oiapoque tudo isso os esperava, mas as terras seria deles, as promessas eram muitas e havia uma ajuda de custo para os agricultores (ZAGHETTO, 2019, p.137).

A zona do Oyapock é das mais férteis do nosso País. O Correio da manhã da mesma data comenta: “Contém o Oiapoque granito, quartzo, calcário e minérios de ferro, mais de setenta qualidades de madeiras preciosas, um solo de aptidões incalculáveis, prestando-se a todas as culturas, como as do arroz, café, milho, feijão, mandioca, algodão banana, fumo, abacaxi, laranja, caju, araçá, é resultado dos climas mais variados, de um magnífico sistema hidrográfico e de grandes possibilidades virtuais (ALICINO, 1971, p.81)

A humanidade é atraída pela possibilidade de ter um lugar para chamar de seu; a casa, a terra para cultivar e uma renda financeira para suprir as suas necessidades e as de suas famílias são convites que soam como presente de vida, e os poderes políticos constituídos sabem como poucos o quantos essas questões são prioritárias para as pessoas mais vulneráveis. Não foi a promessa de riqueza que fez os Pennafort partirem mais uma vez, foi a esperança de uma vida mais segura e digna.

Litter (1994) trata essa tática de propaganda como um objeto quase comum em todos os cantos do mundo. Ele indica ainda que a baixa densidade populacional nas regiões de fronteiras leva os governantes a propor essas fórmulas mágicas para atrair pessoas com a intenção de aumentar o número populacional e fortalecer a presença e soberania dessas regiões, e que geralmente essas colônias são planejadas para terem como atividade principal a

agricultura. No caso do Oiapoque esse projeto de ocupação contava com o incentivo financeiro oferecido pelo governo federal.

A população que já estava na região do Oiapoque antes do projeto de colonização não inspirava confiança para as pretensões do governo. O período de território contestado e a forte proximidade da população com os franceses deixaram o chefe do projeto de colonização escabreado: “A nossa moeda era por eles recusada. Uma lavadeira a quem enviei uma cédula de 5 mil-réis para pagamento de pequena dívida, rejeitou-a, exigindo franco” (Zaghetto, 2019, p. 135). É evidente que esses levantamentos feitos a respeito do hábito e dos comportamentos dos moradores locais foram importantes para a busca de pessoas fora do território da fronteira, com intento da implantação da colônia, mas é bem verdade também que os povos nativos das regiões de fronteiras são negligenciados historicamente nesses projetos de colonização.

A migração colonizadora num contexto de nation-building coloca outro desafio para a construção de uma memória coletiva espacial. As fronteiras, além de serem espaços geográficos com pouca densidade demográfica, são também construções ideológicas, onde as virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas, às custas das memórias espaciais dos habitantes originários da região (nas Américas quase exclusivamente os povos indígenas), que, juntamente com as práticas culturais, são negadas ou denegridas (LITTLE, 1994, p. 13)

É importante destacar que, no caso da colônia agrícola de Clevelândia do Norte, parece-nos que o migrante e a comissão responsável pela implantação da colônia entenderam logo na sua chegada que sua sobrevivência estava estritamente ligada à relação que iriam estabelecer com todos os povos que ali já habitavam, inclusive os do lado francês. E por mais que Rocque Pennafort trate os seus parentes e migrantes como pioneiros, mesmo assim é perceptível em suas memórias que os colonos estabeleceram uma relação de constante troca.

A partida dos Pennafort rumo ao Oiapoque foi carregada de esperança. O impacto da chegada mostrou como os mais velhos que estavam pelo menos no seu segundo episódio de fuga carregavam vivas as memórias do tempo de Nordeste, o simples tatear do chão lhes projetava para uma cena de nostalgia: “Mesmo assim, alguns desceram. Sem sapatos, que eram artigos de luxo. Os que moravam no Arquipélago do Marajó tiveram a primeira surpresa: Os pés descalços, acostumados à maciez da lama, doíam ao pisar no solo duro. Quem vinha do sertão não estranhou” (Zaghetto, 2019, p. 137). Resgatar memórias espaciais de antigas moradas faz parte desse processo de instalação em territórios diferentes.

De todas as propagandas de fértil solo feitas nas campanhas do governo e replicadas pelos empolgados pioneiros da Colônia Agrícola de Clevelândia, quase todas ficaram no campo da narrativa. Com o passar do tempo, houve o fracasso no cultivo da terra “A cultura

da mandioca rendeu raízes de tamanho muito superior à média - notícia que o governo tratou de divulgar por todo o país - mas as demais culturas não deram os resultados esperados” (Zaghetto, 2019, p. 143). Esses resultados passaram a consumir também o espírito de coragem e esperança demonstrados inicialmente pelos colonos.

E chegou a vez da nossa família. O primeiro foi um primo de nome Valdomiro, filho do chefe da turma, o coronel Francisco Pennafort. Este, desgostoso com o fato e ante a dificuldade decorrente da impropriedade da terra, voltou a operar a sua frota de pesqueiros.

Ficou baseado numa feitoria que havia construído na foz do igarapé Jenipapo, no rio Cassiporé, de onde, tempos depois, voltou doente, somente para morrer e fazer companhia para seu filho no cemitério São Carlos. Daí em diante, a família sofreu - como era natural - um tremendo descontrole (ZAGHETTO, 2019. p. 189).

Little (1994), em seus estudos, já alertava a respeito da tendência de fracasso nesses projetos de colonização de regiões fronteiriças. Ele conta que o excesso ideológico contido nesses projetos e a desvalorização dos saberes dos já residentes dessas localidades contribuem para o fracasso. Contudo, mais uma vez, o projeto de Colonização do Oiapoque teve uma questão a mais a ser levada em consideração: o que era para ser uma colônia agrícola do nada foi transformada em uma colônia penal.

Primeiro vieram prisioneiros políticos, numa segunda remessa vieram também criminosos comuns. “E o que mais complicou a vida foi que juntaram aos revoltosos 158 criminosos comuns de todas as espécies que estavam nas penitenciárias do Rio de Janeiro. Esta foi uma medida infelizmente das autoridades brasileiras” (Zaghetto, 2019, p. 196). Rocque nomeou esse episódio como “Clevelândia, campo de concentração”. A essa altura os colonos não recebiam mais a ajuda de custo do governo, tinham terras inférteis, e agora o Inferno Verde se fazia real.

Em meio a um surto de doenças que dizimou centenas de deportados em pouco tempo, para os migrantes nordestinos, que em busca de uma vida melhor se propuseram a participar da construção de uma cidade no meio da selva amazônica, ficou de herança uma memória de trauma por terem presenciado fúnebres episódios. Com esses traumas dos colonos e com os prejuízos a eles causados, ninguém se incomodou, o que não é de se estranhar considerando que ainda hoje poucos se importam com os povos que vivem na Amazônia.

Diferentemente, no entanto, do que se possa imaginar, a transformação da Colônia Agrícola de Clevelândia em prisão não se fez só de traumas. As memórias de Rocque, que representam uma memória coletiva, contam das constantes trocas e aprendizados estabelecidos entre os prisioneiros e os moradores locais, fala de colaborações por parte dos

prisioneiros na assistência aos serviços de saúde e ativa participação conjunta em atividades culturais locais e algumas escapadas para os eventos do outro lado da fronteira. Os deportados contribuíram até nas atividades econômicas do lado francês. “E por toda parte se encontrava deportados trabalhando. Como disse antes, nas usinas francesas, desde Gabarret, Saint-Georges até o alto Oiapoque. E nas brasileiras, desde Taparabiu, Martinica, Pontanari, Clevelândia ou Alto Oiapoque” (Zaghetto, 2019, p. 199).

A deportação de prisioneiros para Clevelândia marcou a presença de mais uma categoria de migrantes na região, e “O terceiro grupo compreende as vítimas de deslocamentos diretos e forçados” (Little, 1994, p. 9). Os Pennafort e os demais pioneiros que foram trazidos para povoar a região de Oiapoque, de certa forma, podem ser categorizados como povos que migraram dentro da categoria de prisioneiros, uma vez que esses povos vieram para essa região cativos pelas mentiras e falsas promessas do Estado brasileiro.

O que os poderes políticos não esperavam era que boa parte desse povo resistiria e permaneceria na fronteira franco-brasileira, até mesmo alguns prisioneiros após a anistia, tornando-se, assim, história, literatura, lendas e heróis que foram além da fronteira. Clevelândia de hoje é um lugarzinho nostálgico, lavado por uma maré mansa que carrega, ao vazar, um pouquinho das tristes memórias deixadas no tempo em que foi transformada em prisão e, ao encher, lentamente nos faz lembrar que o tempo aqui passa sem pressa e que a vida desse lugar não pode cair no esquecimento. O pioneirismo dos Pennafort e dos demais desbravadores da sua época não só ajudou a construir uma cidade; ao erguerem Clevelândia do Norte em meio à selva amazônica, construíram mais que uma vila, edificaram um templo guardião de memórias. Clevelândia é hoje um legítimo lugar de memória.

2 NARRATIVAS HISTÓRICAS E NARRATIVAS LITERÁRIAS PRESENTES NA OBRA DE ROCQUE PENNAFORT

A estreita relação estabelecida ao longo dos anos entre literatura e história, composta a partir de vários estudos apresentados por diferentes teóricos, como Paul Ricoeur (1997), Jonathan Culler (1999), Le Goff (1990), Zappone e Wielewicki (2009), entre outros, virou um campo de pesquisa que não se esgota e merece ser explorado à medida que novos debates e estudos a respeito são apresentados, bem como devem ser revisados e criticados aqueles já explorados em outro momento. A obra de Rocque Pennafort¹¹ nos parece ir além de um texto de memórias. Ao visitar esses textos, deparamo-nos também com um produto literário/histórico. As memórias de Pennafort apresentam, de certo modo, um conjunto de lembranças e/ou de criações próprias do seu relator, contudo essas memórias trazem em suas pautas também relatos históricos misturados com narrativas puramente ficcionais.

Autores como Paul Ricoeur (1997) e Jacques Le Goff (1990) sugerem entendimentos a respeito dos estudos da narrativa histórica e ficcional que as colocam, em dado momento, conectadas, contribuindo entre si e com o que se aproximam. Em outras análises desses mesmos pesquisadores, o texto literário e o texto histórico são segmentos narrativos colocados em concorrência/competição um com o outro. É nessa perspectiva que será apresentado um momento conceitual que trata do texto histórico e também das narrativas literárias. Em ambos os debates, será lançada mão dos estudos contemporâneos realizados pelo professor e pesquisador Marcelo Lachat (2019).

O segundo momento desta etapa analisará a obra de Rocque Pennafort, aproximando-a, sempre que possível, das análises conceituais dos textos histórico e literário, fazendo uso, além da obra de Pennafort, dos estudos de Zappone e Wielewicki (2009), Culler (1999), Ricoeur (1997), entre outros. Ainda nesta seção, serão apresentados outros textos que, de alguma forma, ajudam a contar a história da região amazônica, especialmente do espaço territorial compreendido mais ao norte do Brasil, e que estabelecem, ainda que indiretamente, diálogo com as memórias de Rocque Pennafort. No oportuno, discutiremos a relação com a obra do padre Rogério Alicino e a do historiador Carlo Romani, sendo inserida nessa conversa também uma obra literária do romancista marajoara Dalcídio Jurandir.

¹¹ Rocque Pennafort narrou suas lembranças do seu tempo de infância, mas acrescentou na sua obra vozes de outras testemunhas que estiveram na saga colonizadora de Clevelândia do Norte.

2.1 Narrativas históricas

Com a sequência estabelecida acima, tratamos a respeito da história e do seu processo de formação e transformação forjado ao longo do tempo. Com isso, apresentamos também o estudo das narrativas produzidas pela história. A história é um ramo de investigação considerado complexo, de entendimento desafiador, no qual são raros os momentos de concordância entre aqueles que investigam suas características, contudo, a grande maioria dos pesquisadores dessa temática está convencida de que a ambiguidade faz parte da construção dessa ciência. “Falar de história não é fácil, mas estas dificuldades de linguagem introduzem-nos no próprio âmago das ambiguidades da história.” (Le Goff, 1990, p. 17). Essa ambiguidade aqui apresentada relaciona-se, até mesmo, com a possibilidade que o termo “história” nos dá, podendo a história ser a ciência que investiga os acontecimentos que podem ter sua veracidade comprovada ou simplesmente a história de um enredo inventado, fantasioso, fictício. Le Goff (1990) utiliza os estudos de Keuck (1934) para mostrar a origem da palavra História.

A palavra ‘história’ (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico [Keuck, 1934]. Esta forma deriva da raiz indoeuropéia *wid-, weid* ‘ver’. Daí o sânscrito *vettas* ‘testemunha’ e o grego *histor* ‘testemunha’ no sentido de ‘aquele que vê’ (LE GOFF, 1990, p. 17).

Marcelo Lachat, no seu artigo “Como se Narra a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador”, de 2019, reafirma o que outros estudiosos já apontavam, que Heródoto¹² é precursor da história dentro dos passos iniciais das civilizações. Heródoto concebe a história como o ato de “investigação (*historie*) do passado” (Lachatt, 2019, p. 64). Diferente do sentido originário e do conceito dado pelo “pai da história”, Le Goff (1990) aponta outros dois conceitos para história: “o objeto de procura é o que os homens realizam” e “Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na realidade histórica ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula” (Le Goff, 1990, p. 18).

Lachat (2019) aborda, ao longo de todo seu artigo “Como se Narra a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador”, uma certa arte histórica, como uma prática letrada do século XVII. Nessa dita arte histórica, são identificadas duas autoridades, os historiadores e os preceptistas, sendo que não é rara a ocorrência de as duas atribuições serem exercidas pela mesma pessoa de forma simultânea, ou seja, o autor admite, em sua investigação, que na

¹² Heródoto, o pai da história, não teve muitos filhos; os escritores da Antiguidade clássica, no seu conjunto, preocupavam-se tão pouco com o futuro, como com o passado (LE GOFF, 1990, p. 77).

construção dos textos históricos pode o autor inserir elementos de sua imaginação; e o inverso também é possível. Entre os preceptistas das Letras antigas, Marcelo Lachat (2019) destaca as contribuições de Aristóteles e, na sequência, o autor apresenta a diferença entre poesia e história e, para isso, vale-se, também, do conceito de Aristóteles que fala do papel da verossimilhança: “não é ofício do poeta narrar o que aconteceu, é, sim o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível a verossimilhança e a necessidade”. É nessa esteira que Lachat (2019) passa a falar do gênero narrativo que se divide em três partes.

[...] baseia na exposição das ações ou dos fatos, tem três partes – fábula, história e argumento. Desse modo, a história, diferenciando-se da fábula e do argumento, define-se como ‘ações realmente empreendidas, mas em época distante de nossa lembrança [memória] (LACHAT, 2019, p. 64-65).

Pode-se reforçar, então, com a citação, que ao longo dos séculos se perpetuou a ideia de que a história está fixada no contar dos acontecimentos do passado e que a existência do fenômeno histórico está explicitamente relacionada aos registros de memórias. Mais adiante, essa proposição será refutada ao passo que o percurso temporal da análise do ofício do historiador e do papel do memorialista serão mais bem destrinchados; cabe resgatar o que já foi dito, preceptistas e historiadores muitas vezes são ofícios distintos, porém podem ser exercidos por um único sujeito da narração. Antecipando um pouco o que ainda será apresentado, pode-se dizer que um orador ou escritor de memórias carrega consigo, além do atributo do memorialista, o papel de contador de histórias, sejam “fatos reais” ou as consideradas ficcionais/imaginárias.

Desse modo, se Le Goff (1990) e outros pesquisadores afirmam que até o termo “história” é ambíguo, e Lachat (2019) reafirma a existência da divisão do gênero narrativo em grupos distintos, cabe, ao observarmos os estudos de Ricoeur (1997), acrescentar a esse debate que, ao unir historiografia e a narrativa ficcional, torna-se possível refigurar o tempo.

O problema será, então, mostrar como a refiguração do tempo pela história e pela ficção se concretiza graças a empréstimos que cada modo narrativo toma do outro. Esses empréstimos consistirão no fato de que a intencionalidade histórica só se efetua incorporando à sua intenção os recursos de ficcionalização que dependem do imaginário narrativo, ao passo que a intencionalidade da narrativa de ficção só produz os seus efeitos de detecção e de transformação do agir e do padecer assumindo simetricamente os recursos de historicização que lhe confere as tentativas de reconstrução do passado efetivo (RICOEUR, 1997, p. 176-177).

Esse ato de reconstruir o passado, segundo Le Goff (1990), pode ser realizado por historiadores profissionais ou não; o autor, no entanto, alerta quanto ao cuidado com a ambiguidade da história do tempo passado sendo construído e contado no tempo presente.

Esta dependência da história do passado em relação ao presente deve levar o historiador a tomar certas precauções. Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária para o respeitar e evitar o anacronismo (LE GOFF, 1990, p. 25).

Seguindo nessa linha, quando Ricoeur (1997) trata da poética da narrativa trazendo à luz história, ficção e tempo, ele argumenta que história e ficção no tempo cósmico são opostos, contudo é na fenomenologia do tempo que essas se encontram. Analisar a relação de história real e ficção requer certo cuidado, uma vez que ambas exercem importante função social.

A ficção, ainda segundo Ricoeur (1997), não pode ser caracterizada como uma narrativa de escopo negativo e irreal; uma vez que exerce a função de revelar e transformar o cotidiano e a vida, ela passa a revelar também uma das suas tantas características positivas.

A história há tempo que vem sendo abordada como uma ciência, a “ciência da história”. Essa história contemporânea exerce, principalmente, uma função social: “No passado, podia acusar-se os historiadores de conhecerem apenas a gesta del-rei. Hoje já não é assim” (Le Goff, 1990, p. 131). A história passou a cuidar também das memórias de sociedades antes ignoradas, culturas de comunidades marginalizadas, bem como de temáticas regionais. Ricoeur (1997), por sua vez, contrapõe mostrando os cuidados que devem ser tomados, especialmente com os excessos de arquivos e documentos históricos disponíveis nos meios telemáticos.

Vale destacar, no entanto, que essas reclamações de Ricoeur (1997) a respeito da credibilidade de certos arquivos e documentos não são uma problematização específica dos tempos atuais. Lachat (2019) conta que muito do que foi produzido ao longo dos séculos não pode ser dado como registro histórico fidedigno aos acontecimentos narrados, no entanto, o autor alerta que o importante nesse processo, especialmente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII era a verossimilhança contida nas narrativas históricas, ou seja, a narrativa se aproxima daquilo que foi fato.

Com essa constatação, é possível ratificar, ainda mais, o quanto o próprio termo “história” é ambíguo, pois o reconhecimento de que aquilo que foi narrado ao longo dos anos

como fato histórico pode ter sido em parte ou integralmente manipulado por criações imaginárias é, de certa forma, a admissão de que a narrativa ficcional está presente também dentro do texto histórico, o real e o imaginário a serviço do contar das histórias das nações ao longo dos séculos.

Ainda nesse sentido, Le Goff (1990) traz nos seus estudos as pontuações de Paul Veyne, o qual afirma que a história é “um conto de acontecimentos verdadeiros”. Ricoeur (1997), ainda que usando outros termos, reafirma essa tendência de que as narrativas históricas e as ficcionais contribuem uma para a existência da outra. Ele coloca ainda que a grande questão dessa relação vai ser como a ficção e história farão esse processo constante de troca e colaboração.

Chegamos aos estudos dos textos históricos na contemporaneidade. Ainda hoje a história continua com a forte característica de ser um contar do passado quase sempre escrito no tempo futuro aos fatos. Essa narrativa no tempo posterior dos fatos afasta a história da possibilidade de ser uma reprodutora fidedigna das narrativas das ocorrências históricas, frustrando a intenção tecnicista de muitos historiadores. É ausente, ainda nos tempos atuais, uma história disciplinada e voltada ao contar dos fatos do cotidiano, reforçando a preferência dos historiadores em revirar e recontar o passado. No entanto, é necessário destacar que as técnicas de investigação, somadas aos avanços das tecnologias que estão à disposição dos pesquisadores, permitem a construção de uma retórica histórica bem mais consubstanciada por parte dos historiadores profissionais.

Chartier (2010) conta que o historiador deixou de ser reprodutor do passado e exercita agora o atributo de compreender e interpretar, e que agora não cabe mais somente aos historiadores o direito de reivindicar os domínios e as posses da contação, da escrita, das gravuras e dos outros meios de registro dos fatos do passado.

Nossa obrigação não é mais a de reconstruir a história, como o exigia um mundo, por duas vezes levado à ruína, mas a de entender melhor e aceitar que, nos dias de hoje, os historiadores já não têm o monopólio das representações do passado. As insurreições da memória, tanto como as seduições da ficção, fazem-lhes fortes concorrências (CHARTIER, 2010, p. 12).

As memórias individuais e coletivas, por sua vez, ganharam espaço nesse novo momento, exercendo atualmente um papel diferente dos estudos da história na Antiguidade, nos quais as memórias eram uma das principais ou até mesmo a única fonte dos historiadores. A memória passou a contribuir agora especialmente com o resgate e o não esquecimento da

história de inúmeras sociedades e diferentes culturas, dando a oportunidade para historiadores ou testemunhas dos acontecimentos de recontar narrativas que antes eram ignoradas.

É certo que não estamos afirmando que a ciência histórica de agora não continue realizando cortes e descartes, que por vezes negligenciam o contar de roteiros de acontecimentos históricos, e na maioria dos casos as histórias ignoradas são as de comunidades geograficamente e socialmente mais periféricas. Daí a importância dada atualmente para as memórias, individuais e coletivas, assim como para a história ficcional. Aliás, não é coincidência que boa parte das histórias da região amazônica seja dada por conhecida, revelada e apresentada a partir dos relatos de viagem, romances, cordéis e memórias de testemunhas diretamente envolvidas com esse lugar. Amazônia e periferia são termos que se assimilam; mais adiante, as memórias de Rocque Pennafort serão analisadas e criticadas também dentro dessas perspectivas.

Depois de uma primeira mutação que, na própria Antiguidade, fez passar a história, do mito coletivo à procura de um conhecimento desinteressado da pura verdade, está a dar-se uma segunda mutação, na época atual, porque os historiadores ‘pouco a pouco tomaram consciência de que tudo era digno de história: nenhuma tribo, por minúscula que seja, nenhum gesto humano, por insignificante que pareça, é indigno da curiosidade histórica’ (PAUL VEYNE, 1968 p. 424 *apud* LE GOFF, 1990, p. 141).

A história e tudo que se produz nessa ciência passou a conversar e realizar trocas com diversas outras áreas. “E, fazendo isto, permitiria lançar uma ponte entre a história das ciências e a da filosofia, da literatura e talvez da arte” (Le Goff, 1990, p. 136); essa ponte permite, de certa forma, que as memórias de um personagem interiorano, caboclo, do extremo norte do Brasil ganhe relevância investigativa, cabendo assim à investigação histórica se articular com outras dimensões do conhecimento. Essas fusões passam a contribuir com o campo investigativo dessas ciências que se encontram em processo de troca constante.

Assim, com esse processo de trocas entre a história e outras áreas da ciência e do conhecimento, é possível encontrar e admitir dentro dos textos de memórias de Rocque Pennafort rastros que podem guiar para uma investigação histórica do período dos anos iniciais do projeto da Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte. Esses mesmos rastros permitem também traçar um caminho que catalogue essas memórias como um produto individual que fale da cultura daquele povo, os migrantes nordestinos, pioneiros na construção da Colônia de Clevelândia. Podem ser localizados ainda nessas memórias de Rocque Pennafort vestígios que nos apresentem a criatividade ficcional de quem as escreveu, e essas escritas são reconfiguradas a partir do contexto de quem as lê.

2.1.1 Tessitura histórica em Rocque Pennafort

Quanto à análise do texto de Pennafort a partir das teorias históricas, podemos colocar em conversa com as memórias de Rocque Pennafort os conceitos de rastros como elemento para construção e validação da historicidade de uma narrativa. Segundo Ricoeur (1997), ao perseguir rastros de arquivos, documentos e outros elementos, torna-se essa busca um ato capaz de reconfigurar o tempo.

O rastro é, assim, um dos instrumentos mais enigmáticos pelas quais a narrativa histórica ‘refigura’ o tempo. Ela o refigura construindo a junção que efetua o recobrimento do existencial e do empírico na significância do rastro. Sem dúvida, o historiador, enquanto tal, não sabe o que faz ao reconstruir signos como rastros. Ele pertence, para com eles, numa relação de uso. É ao frequentar os arquivos, ao consultar documentos, que ele se põe a rastrear o passado tal como foi (RICOEUR, 1997, p. 209).

As memórias de Rocque Pennafort foram consultadas pelo historiador Carlo Romani: “Segundo Rocque, os primeiros marinheiros que chegaram foram alojados na casa recém-construída pelo fiscal de rendas João Tataia, logo na entrada da vila, em frente à avenida Rio Branco” (Romani, 2011, p. 2015). Esse rastro deixado a partir dessas memórias serviu para Romani produzir documentos que compõem o acervo da história do Brasil, mais particularmente a história que se passou em Clevelândia do Norte a partir da década de 20 do século passado.

Para essa análise das tessituras históricas presentes nas narrativas de Pennafort, o trabalho em pauta irá dialogar com as obras de Romani¹³ (2003-2011) e com a obra do padre Alicindo¹⁴ (1971), ambos autores que escreveram textos com intenção histórica. Nessa seara, transversalizar essas obras com as memórias de Rocque ajuda a responder e melhor exemplificar a hipótese de que a obra de Pennafort faz parte do acervo de arquivos históricos do Oiapoque e do Brasil.

Mais que contribuição para o contar da história do Oiapoque, as memórias de Pennafort muitas vezes apresentam-se como fonte histórica primária, são relatos que conversam direta ou indiretamente com outros arquivos. Essa participação direta das narrativas de memórias como material para compor e percorrer o processo e as

¹³ Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2003), mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e graduado em História pela Universidade de São Paulo (1994).

¹⁴ Padre Alicino fez parte da PIME Amapá, tendo seu serviço de evangelização no Amapá reconhecido pela igreja católica.

transformações históricas de lugares e populações que pouco atraíram a atenção dos historiadores passaram a ser permitidas dentro da ciência histórica contemporânea a partir das reclamações que contestam a soberania do historiador como o único capaz de revirar o passado, conforme já dito mais acima.

À medida que Rocque vai contando relatos da sua memória, ele navega junto a esses textos num pedaço da história do Brasil, pouco contada ou simplesmente negligenciada. Parte das poucas histórias reportadas a respeito do Oiapoque do início de sua ocupação urbana sofreu explícitas desfigurações, que precisam ser reestruturadas por quem viveu parte da história da fronteira franco-brasileira.

Em dado momento, a narrativa das memórias de Pennafort contribui com textos e arquivos históricos que circulam em meios acadêmicos, livros e na imprensa nacional e internacional. Em outras passagens, as memórias de Pennafort refutam, contrapõem informações prestadas a respeito do período do início do processo de ocupação urbana da cidade de Oiapoque. Bem verdade que são poucos os materiais que abordam a temática histórica da fronteira-franco brasileira passada dentro da temporalidade e contexto contado e vivido por Rocque Pennafort.

Os fatos históricos são percorridos de diferentes formas dentro do texto de Pennafort. Chama a atenção como são bem detalhados alguns episódios que ocorreram durante o período da Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte, a forma como foram apresentados esses registros, aproximando esses textos da atuação atual do pesquisador do ramo da história. “Eles pretendem que todo o fenômeno da atividade humana seja estudado e posto em prática, tendo em conta as condições históricas em que existe ou existiu” (Le Goff, 1990, p. 144).

A obra de Pennafort reconta acontecimentos históricos já conhecidos. Esse recontar acontece a partir das peculiaridades e influências desse novo locus da fala do autor/narrador. É nesse sentido que a análise das contribuições históricas será realizada, também contextualizando com o que foi escrito por Carlo Romani e Padre Rogério Alicino (1971), a fim de mostrar de quais diferentes formas foi contada a história do Oiapoque dos anos de 1920 até aproximadamente 1953. A inauguração da estrada¹⁵ que liga Clevelândia à sede da cidade de Oiapoque em 1953 é o último ato histórico contado nas memórias de Rocque.

¹⁵ Assim narrou Rocque Pennafort a conclusão da ponte que interliga Clevelândia do Norte: “Quando terminei, quase as 18 horas do dia 24 de agosto, as obras principais e o fim do aterro ainda estavam longe, porém o meu compadre me garantiu que só largaria o serviço quando o aterro encostasse na ponte, e a passagem de veículos fosse permitida. Às 6 horas da manhã o meu compadre chegou em casa e disse-me: Serviço pronto” (ZAGHETTO, 2019, p. 218).

A obra do Padre Rogério Alicino, intitulada “Clevelândia do Norte, corajosa e patriótica iniciativa pela nacionalização e povoamento das fronteiras do ex-contestado Franco-brasileiro”, foi publicada pela Biblioteca do Exército, no ano de 1971, e é dotada de narrativas que hora e outra se aproximam daquilo que Lachat (2019) identificou ao analisar os textos de Frei Vicente do Salvador, análise esta que aponta que, para favorecer o corpo político, esses textos do frei continham pontos de censuras ou de elogio, sempre visando favorecer o império e a igreja.

O texto do padre Alicino decerto possui uma grande contribuição para o contar da história de Oiapoque, no entanto, uma vez que o ano da publicação da obra de Rogério Alicino (1971) ocorreu no período em que o Brasil tinha como forma de governo o regime militar e que a editora que publicou a obra “Clevelândia do Norte” era a editora do exército, existe assim grande chance de Alicino não ter tido total liberdade na escrita e na apresentação fidedigna dos resultados da sua investigação histórica, tendo como período e local dos estudos os tempos da formação e colonização de Clevelândia do Norte. Essa hipótese de interferências ou de compromisso em atender demandas do governo se reforça em alguns trechos do livro escrito pelo padre.

O caminho estava aberto. A empresa iniciada. E o Governo, conscientemente inteirado da importância econômica e política da causa, veio apoiando-a moral e financeiramente.

[...]

Aos albores de 1921, a Comissão Colonizadora do Oiapoque, confortada e sustentada pela efetiva solidariedade do Governo Federal, passou a atuar sua segunda fase de trabalhos.

[...]

Vista reafirmada, com esta autorizada intervenção e sua qualidade estrutural para a realização de seus objetivos fundamentais, a Colônia Militar do Oiapoque, à frente o seu Comandante, jogou-se ao trabalho para transformar o plano ‘em realidade palpável’ (ALICINO, 1971, p. 84-85; 108).

Mesmo que a obra de Alicino (1971) tenha sofrido algum tipo de desvio, ainda assim essas escritas têm grande significância para a ciência histórica contemporânea, pois somente com os conceitos da história atual é que lugares tão às margens dos grandes centros ganharam essa relevância investigativa. É provável que a obra de Rogério Alicino tenha motivado Rocque Pennafort a tirar as suas memórias do campo da oralidade e transferi-las para a eternidade da escrita, lembrando que, segundo Rocque Pennafort, ele começou a passar as suas memórias para a escrita a partir do ano de 1975¹⁶.

¹⁶ O Oiapoque tornou-se seu principal assunto desde 21 de novembro de 1975, quando um juiz federal, Rubens Oliveira, ao ouvi-lo contar trecho de sua vida, sugeriu-lhe que escrevesse um livro autobiográfico.

Ao comparar as obras de Padre Alicino, Romani e Pennafort, percebe-se que a Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte é o elemento comum desses estudos. O tempo investigado também é comum a esses trabalhos, contudo a abordagem e o método se diferenciam nesse processo. Esse dinamismo de produção da história com diferentes formas é próprio também de uma ciência da história mais contemporânea.

Numa apresentação na ordem cronológica inversa, Romani é, dos três autores, quem realizou a pesquisa mais recente a respeito dos pioneiros e da antiga colônia de Clevelândia do Norte, dando vida a um dos conceitos mais longínquos a respeito da história, no qual defende que “a história é um contar do passado”. Para fazer esse contar do passado, Romani se valeu dos arquivos do Padre Alicino bem como das memórias de Rocque Pennafort.

Reconstituindo a história do núcleo de Clevelândia, o nome pelo qual ficou conhecido o local, encontramos a versão oficial realizada em 1970 pelo Padre Rogério Alicino. Mesmo permanecendo na vila militar como convidado da Companhia de Fuzileiros da Selva, o relato do padre não deixa dúvidas quanto ao tratamento dado aos presos que lá foram enviados: ‘a chegada, dentro em prazo breve, de mais de mil pessoas, criou problemas de peso na vida da Colônia. [...] Em primeiro lugar, escassearam os alojamentos. O Engenheiro Gentil Norberto mandou construir outras casas, além de um grande barracão situado perto da atual serraria, ajudando-se da mão de obra dos próprios presos. [...] A fim de desfrutar de toda a mão de obra, agora até de sobra, foi construída, perto do lugar denominado Sibéria, uma usina para a extração da essência de pau rosa [...] Os presos, de seu lado, não deixaram de empecilhar a vida da Colônia. Entre eles havia duas categorias: os políticos e os criminosos; estes em maior número e de ‘péssimos antecedentes’, segundo afirma o Senador Calmon (ROMANI, 2003, p. 116).

Ainda que tenha acessado as escritas de Alicino, usando-a muitas vezes como fonte de sustentação de seus estudos, Romani não se furtou em criticar e até, de certa forma, levantar suspeitas à total credibilidade das histórias relatadas na obra *Clevelândia do Norte, Alicino, o biógrafo do Exército* (Romani, 2003, p. 117). Conforme dito mais acima, a história, hoje, permite criticar e, por que não, recontar, tirando das mãos de sujeitos ou grupos isolados a absoluta e exclusiva autoridade de contar os fatos do passado que formam parte da história dos povos.

Romani conversa em seus textos com ambos os autores, Alicino e Rocque, no entanto, ao visitar as escritas dos textos destes, a respeito dos primeiros anos de Clevelândia, percebe-se que as conversas que esse pesquisador busca estabelecer com os textos de Rocque e Alicino sempre vêm acompanhadas de comentários particularizados, que parecem ser construídos a partir de conspirações interpretativas. A opinião do pesquisador não é desimportante e, cada vez mais, nos tempos atuais, essas opiniões preenchem os textos da história; no entanto, ao emitir opiniões, deve ter-se o cuidado de preservar a integridade dos

acontecimentos e fatos históricos, salvaguardando assim o máximo da verdade histórica e evitando veementemente o anacronismo que possa vir a aparecer nesses comentários.

Das duas obras aqui analisadas e comparadas, dentro desse objetivo de buscar as contribuições históricas contidas nas memórias de Rocque Pennafort, as obras do historiador de ofício Carlo Romani (2003-2011) são as que aglutinam maior contato entre a história e o produto da imaginação. Por exemplo, quando ele coloca os Pennafort como elite dentro da colônia agrícola de Clevelândia ou até mesmo quando nomeia o padre Alicino de “biógrafo do exército”, essas questões ele não consegue sustentar em seu discurso ao longo do seu texto com a apresentação de evidências, e isso, mais uma vez, traz a questão da interferência que o contexto do ato da escrita pode causar no resultado final de uma investigação histórica. E, como fora alertado no parágrafo acima, deve-se ter cuidado para não deformar aquilo que de fato compõe a história de um lugar e das pessoas que ali residem ou transitam.

Na Amazônia, a ausência e quase total inexistência de registros documentais das formações dos povoados que foram sendo constituídos ao longo das políticas de ocupação da região foi reclamada pelo Padre Alicino, quando direcionou a sua pesquisa para Clevelândia do Norte na década de 20 do século XX. O Padre Alicino, diferentemente de Romani, não usou o método de consultas a outras obras de escritas históricas a respeito de Clevelândia do Norte; o padre se valeu das consultas em arquivos da imprensa e do governo e ainda fez importante trabalho de campo coletando testemunhos de memórias de moradores mais antigos na região de Oiapoque.

Não aparece na obra do padre Alicino que ele tenha entrevistado Rocque Pennafort, no entanto, alguns registros históricos catalogados na obra *Clevelândia do Norte* constam também nas memórias de Rocque, podendo assim os dois terem se valido do mesmo rastro. “De forma também indireta sabemos que o hospital ou, ao menos, uma enfermaria provisória, estava funcionando no Centro Agrícola de Clevelândia no mês de setembro de 1921” (Alicino, 1971, p. 88). O funcionamento do serviço de saúde, por exemplo, também foi mencionado nas memórias de Rocque Pennafort: “Criou-se a Agência dos Correios e o Serviço de Saúde, com a dotação de um excelente hospital, com enfermarias, médicos, farmacêuticos e enfermeiros” (Zaghetto, 2019, p. 185).

Essas coincidências nos registros apresentados pelos dois autores demonstram que as memórias de Rocque não tratam de um produto exclusivamente particular¹⁷ constam nessas

¹⁷ Na biografia de Pennafort constam os relatos de que Rocque buscou consultar outros personagens para reafirmar seus relatos: “Buscando informações para suas memórias, escrevia a amigos, copiava documentos e buscava dados e fotografias” (ZAGHETTO, 2019, p. 247).

escritas vozes coletivas, e o acesso a essas memórias é indicativo de que, mesmo com tantas inovações, a velha prática de consultar as memórias continua sendo um importante local de investigação histórica. Demonstra, também, que, sob ares de suspeita, o trabalho de Alicino (1971) tem certa credibilidade científica, valendo-se de métodos investigativos que são capazes de apontar comprovação de veracidade dos fatos por ele narrados. A exemplo, ele busca respostas para a sua investigação em fontes documentais e publicações da imprensa na época.

Em se tratando das fontes oriundas especialmente da imprensa, Alicino (1971) tem o cuidado de alertar que essas informações passam pelo tratamento dado aos textos jornalísticos: “Os informes que chegavam da fronteira por meio de cartas, ofícios ou relatórios, os quais infelizmente não podemos alcança senão pelos seus tópicos essenciais atiladamente frisados e realçados pela literatura jornalística da época” (Alicino, 1971, p. 80).

Essa disposição em alertar que os textos que ele acessou através da imprensa não eram uma fonte primária foi demonstrada mais de uma vez; em “A imprensa nacional com fartura de comentários” (Alicino, 1971, p. 80), quando ele fala “fartura de comentários” fica a ideia de que as notícias eram contaminadas com opiniões. Esse cuidado com as fontes e, especialmente, com as possíveis contextualizações que essas podem ter vindo a sofrer foi tratado mais acima quando esse estudo suscitou o alerta feito por Lachat (2019) e por Ricoeur (1997).

Além dos fatos narrados que de alguma forma se repetem tanto no estudo histórico de Alicino como nas memórias de Pennafort, esses dois textos, por várias vezes, também se aproximam pela sua forma narrativa e pela sua predisposição em abordar outros elementos que vão além da ciência histórica. Pennafort e Alicino escreveram textos em ações distintas, no entanto, essas duas escritas estabeleceram diálogos com temáticas das ciências sociais, da disposição geográfica da fronteira Franco-brasileira e deram destaques também a elementos culturais que se passavam na época.

Numa capelinha feita de ‘guleta’, denominação creoula a uma espécie de ripa de madeira, junto a casa de dona Raimunda, celebravam-se ladainhas em honra ao Divino Espírito Santo e de São Benedito. Qualquer dia santificado era motivo para uma ladainha, e qualquer ladainha justificava uma festa popular. Com isso, Martinica era sinônimo de animação e atraía os moradores de Clevelândia (ZAGHETTO, 2019, p. 193).

De Clevelândia, entretanto, chegaram mais frequentes visitas à casa do crioulo, que com sua gaita tocada habilmente, se tornará chamariz para quantos gostassem de uma alegre diversão, senão ‘brincadeiras’, noturnas após um dia de trabalho. O lugarejo animava-se à noitinha e voltada a se envolver no silêncio, noite funda,

quando as águas dos rios se alisavam atrás da estria da última canoa que se afastava na escuridão (ALICINO, 1971, p. 116).

Os autores, ao escreverem os excertos acima citados, abordaram nos seus registros históricos elementos da cultura popular que se passava naquele período e era própria dos habitantes que residiam à margem direita do Rio Oiapoque. No entanto, nos dois recortes, o personagem histórico que promove esse momento de vida cultural não é um brasileiro, mas um crioulo francês, mostrando o quanto o passado ainda prevalecia no ex-território contestado, o trânsito e a estadia continuavam intensos dos dois lados, dinamizando uma miscigenação¹⁸ e imbricação de povos pouco vista em outra faixa do território brasileiro.

No entanto, não foi somente de proximidade que se constituiu a relação entre os textos de Pennafort e Alicino; há um vasto acervo de novos acontecimentos nas memórias de Pennafort que até então não era conhecido. Por exemplo, não foi documentado pelo engenheiro Gentil Norberto¹⁹, ou pelo menos não se teve notícia, de que o terreno o qual a comissão colonizadora escolheu já havia sido pretendido, e iniciada uma benfeitoria pelo senhor Francisco Pennafort e seus companheiros de pesca, esse crédito foi somente noticiado a partir da publicidade das memórias de Roque.

O velho Pennafort já estava com um grande roçado pronto e um barracão preparado quando surgiu a turma pioneira encarregada de fundar o núcleo agrícola. Por coincidência, o engenheiro chefe se agradou do mesmo pedaço de terra para instalar a sede da Colônia. Os dois homens entraram em negociação e finalmente tudo ficou mais ou menos acertado: a Colônia seria instalada no local, Gentil Norberto indenizaria as benfeitorias (desmatamento) feitas por Francisco Pennafort e este se encarregaria de arranjar pessoas para a colonização do Oiapoque – o que veio ao encontro da vontade do velho Pennafort (ZAGHETTO, 2019, p. 173).

Se para o padre Alicino faltaram relatos da façanha inicial dos trabalhos pioneiros de Clevelândia, para Roque as riquezas de detalhes desse tempo sobram em sua narração. Para que a riqueza desses textos tenha suas contribuições históricas enxergadas por completo, faz-se necessário ater-nos aos detalhes que, em muitos estudos, são colocados às margens. O que faz dessas memórias um elemento histórico único não são os relatos já conhecidos ou que dentro de uma investigação já seriam naturalmente um lócus da pesquisa; emergem nessa fala do passado locais, personagens, acontecimentos, que jamais teriam viajado para os tempos de hoje se esses relatos de histórias não tivessem sido apurados e escritos por quem de fato viveu

¹⁸ Ao albor do segundo cinquentenário dessa façanha povoadora registra-se prenúncio de franco desenvolvimento quanto à economia, ao povoamento e também à **mestiçagem** (ALICINO, 1971, p. 131).

¹⁹ Chefe da missão colonizadora de Oiapoque.

a história. A experiência de povoamento da faixa de fronteira do Oiapoque exige que a voz que a conte saia do meio dos pioneiros que se lançaram a executar essa árdua tarefa.

Quem se importaria em relatar como se deram os detalhes de deslocamento dos colonos, se não um representante do povo da fronteira que viveu e habitou os primórdios da Colônia de Clevelândia do Norte? Qual outro meio, se não as memórias desse pioneiro, que se preocupou em contar o período em que Clevelândia do Norte foi utilizada como colônia penal? Aliás, contar até contaram, como já foi dito antes, no entanto a intenção em noticiar para a imprensa, defender o governo ou atacá-lo, fez desse contar uma trincheira com batalhas de versões.

Adeus rio do Oiapoque
Sepulcro dos infelizes
Ao ouvir minhas preces,
Até as pedras se maldizem
Já não vejo minha mãe
Pois me falta liberdade
Quanto é triste ter saudade
Quanto é triste ter saudade! (ZAGHETTO, 2019, p. 203).

Pennafort contesta a versão dada pelo padre Rogério Alicino ao enredo construído em torno dos versos acima apresentados. O padre diz no seu livro que o prisioneiro político condenado à morte cavou a sua própria cova e que precisou cantar os versos para ser liberto. Rocque Pennafort, por sua vez, ao falar ligeiramente dessa passagem, afirma que “Honestamente não endosso esta versão, nem mesmo outra qualquer de maus-tratos generalizados” (Zaghetto, 2019, p. 203).

A história de Clevelândia vista a partir das narrações de Rocque ganham novo tom, como ele mesmo diz: “É fácil de imaginar. Porém eu não imaginei: vivi a realidade” (ZAGHETTO, 2019, p. 197). A história contada a partir de um vivenciador da própria história é um caminho utilizado desde a Antiguidade, e, segundo Le Goff (1999), conceituar o testemunho foi um dos pontos de partida para transformar a atividade do historiador em ofício científico. “Os momentos essenciais parecem-me ser o período greco-romano do século V ao I a.C., que inventa o ‘discurso histórico’, o conceito de testemunho, a lógica da história, e funda a história na verdade [...]” (Le Goff, 199, p. 111).

Mais tarde a ciência histórica exigiu que o testemunho se articulasse com outros elementos que corroborem para comprovação daquilo que foi apresentado através de narrativas de testemunho. A forma de Rocque se apresentar e narrar como testemunho não se fez de maneira aleatória; quase tudo que pode ser extraído dessas memórias como tessitura a

serviço da história tiveram registros que reforçam a sua existência. Esses testemunhos serviram também para nortear o trabalho de historiadores, como já foi apresentado neste bloco dos estudos.

A fotografia²⁰, que tem grande importância para a ciência histórica moderna, é um dos elementos que contribuem de forma significativa no momento de julgar o testemunho de Rocque. Alguns registros são do acervo particular de Rocque, mas outras fotografias compõem acervos de diferentes arquivos públicos e particulares. Um bom exemplo de testemunhas que podem ter sua credibilidade histórica certificada por registros fotográficos está nas fotos tiradas do cotidiano dos colonos em meio aos prisioneiros, realizando diversas tarefas juntos, e isso corrobora a vasta argumentação de Rocque em defesa de que os prisioneiros deportados para Clevelândia do Norte conviviam soltos e misturados aos colonos e que a história das constantes torturas contra os prisioneiros não se sustenta.

Figura 3 – Os prisioneiros jogando futebol na Colônia Agrícola de Clevelândia



Fonte: Zaghetto (2019, p. 428).

²⁰ O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica (LE GOFF, 1990, p. 466).

Figura 4 – Prisioneiros e Moradores compartilham espaço em Clevelândia



Fonte: Zaghetto (2019, p. 428).

Figura 5 – Prisioneiros trabalhando na construção de vias públicas de Clevelândia



Fonte: Zaghetto (2019, p. 426).

A fotografia é uma das grandes invenções que contribuiu para a evolução da ciência histórica, uma vez que é capaz de “guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 1990, p. 466). Assim, muitos dos registros que se perdiam ou eram esquecidos com o tempo ganharam nas fotografias um lugar de guarda, uma narrativa constituída a partir da captura de imagens reais. As memórias de Roque, em contato com memórias fotográficas

de Clevelândia do Norte nos tempos em que foi transformada em prisão, potencializaram uma a outra, emprestando entre si as suas verdades históricas.

Não se pode creditar a Rocque qualquer discurso que não seja aquele sustentado nos fatos que a sua memória ou investigação veio insurgir. Assim como ele defendeu que os prisioneiros não viviam debaixo de torturas e nem encarcerados, exceto pelas condições naturais do lugar, ele também se preocupou em apresentar as situações de flagelos e maus-tratos que esses prisioneiros receberam durante o trajeto até chegarem a Clevelândia. Essa honestidade narrativa lhe rende autoridade e razão histórica:

E para completar, ao chegarem a Santo Antônio do Oiapoque, como as conduções existentes transportavam apenas uma pequena quantidade, o comando da escolta resolveu que o percurso até Clevelândia seria feito, em sua grande maioria, pela estrada, acompanhando a linha telefônica. O caminho estava em péssimas condições, com vários pântanos, igapós e cursos d'água para transpor. Apenas o rio Pantanari tinha canoas para fazer a travessia. Esta medida não agradou a ninguém em Clevelândia (ZAGHETTO, 2019, p. 196-197).

Em dado momento, Rocque Pennafort declarou: “Ah!... desculpem. Não tenho pretensões de contar ou historiar as revoluções brasileiras, não tenho mínimas condições para isso” (Zaghetto, 2019, p. 201). Mal ele sabia que, ao contar o que testemunhou dentro da Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte, a qual segundo ele “passou a ser depósito de pioneiros” (Zaghetto, 2019, p. 199), ele prestou importante contribuição para a história nacional e passou a ser um marco para as versões contadas a respeito desses episódios. Rocque não era membro do governo nem era um dos prisioneiros, não parece ter tido motivos particulares para tomar algum tipo de partido. A versão de Rocque a respeito do que aconteceu com os prisioneiros das revoluções de 1922 e 1924 e com os outros prisioneiros comuns, logo que desembarcaram em Clevelândia do Norte, são relatos isentos de interesses em promover defesas de algum dos lados. O desterro desse prisioneiro teve o destino informado por vários meios de comunicação, porém o que aconteceu a partir do desembarque dos desterrados, essa é uma parte da história que ficou com uma lacuna, que só fora em parte preenchida após a publicação das memórias de Rocque Pennafort.

Falar, nos tempos atuais, dessas memórias é trazer as lembranças do passado, como foi dito por Lachat (2019), e essas lembranças possibilitam várias ramificações de investigações de fatos históricos, atribui forma à cartografia de toda a região que essa narrativa de memórias percorreu. Das tantas ramificações possíveis destacam-se, nesses textos de memórias, a introdução de temas que aparentemente são vistos como irrelevantes e de pouca contribuição para a história.

Exemplo de ramificações de fatos históricos que podem ser apurados, mas que passam despercebidos aos olhos de boa parte dos historiadores, é o da atuação, interferência e papel das companhias marítimas dentro do processo de consolidação das colônias agrícolas e dos projetos de ocupação da região amazônica. Uma vez que toda a vasta região amazônica teve nas embarcações o principal meio de locomoção de gente e produtos, as empresas que exploravam esses serviços tinham e têm até hoje um relevante papel, que, no entanto, pouco aparece nas narrativas históricas.

Rocque Pennafort, ainda que sem profundidade investigativa, por diversas vezes em seus relatos destacou a presença e atuação das companhias de transportes marítimos que navegavam na região de Oiapoque. Relatou também a respeito das embarcações de propriedade do poder público que frequentaram na época os rios do Oiapoque:

Depois de identificar o número de famílias e de pessoas que se mudariam para a colônia agrícola, Francisco Pennafort voltou ao Oiapoque, e já nos primeiros meses de 1921. Acertou com *Doutor* Gentil Norberto o embarque de sua gente, no navio *Oiapoque*, da Amazon River, em junho, no porto de Limão do Curuá (ZAGHETTO, 2019, p. 174-175).

Nossa maior diversão minha e de meus irmãos, moradores de um barracão isolado na margem de uma ilha situada na margem esquerda do canal do norte do rio - era ver mensalmente a passagem de um dos navios Oiapoque ou Cassiporé, da antiga Amazon River, em sua viagem Belém-Oiapoque. Os navios habitualmente passavam entre 8 e 10 horas da manhã (ZAGHETTO, 2019, p. 167).

O navio Cuiabá do Lloyd Brasileiro, fundeou ao largo da barra do Oiapoque e de lá o navio da Amazon River, Oiapoque, fez o transbordo dos passageiros, para Santo Antônio, ponto final da linha deste (ZAGHETTO, 2019, p. 194).

Essas companhias participaram da movimentação migratória interna ocorrida na região; os seus arquivos, se ainda existirem, podem guardar nos seus cadernos de registros de embarque e desembarques o quantitativo, os nomes das pessoas que chegaram e que saíram do Oiapoque entre os anos de 1921 e 1925, e assim poderia ser estimado, o mais próximo possível, o quantitativo de pessoas que migraram para o Oiapoque no período da Colônia Agrícola.

Outro destaque encontrado nas leituras das memórias de Rocque Pennafort dá conta da presença soberana da igreja católica durante todo o processo do início do povoamento de toda a região do Oiapoque. Não se tem registros de outra instituição religiosa que tenha marcado presença na região do Oiapoque nos tempos em que se passou a criação da Colônia Agrícola.

Ainda que a presença e atuação da igreja católica tenha sido tratada de forma abreviada, sem muita profundidade, o simples fato de ter as suas atuações citadas nas

memórias de Pennafort reforça a longínqua interferência e participação da igreja na ocupação, também, do território amazônico. No entanto, essa é mais uma das tantas partes da história da região que não foi investigada ao ponto de esse fenômeno histórico ter sua ocorrência bem destrinchada.

Existe um mundo de possibilidades a ser investigado a partir da obra de Rocque Pennafort. Esses textos são frestas de luz abertas para a ciência histórica, e sua condição multifacetada permite abrir debates que vão além da fronteira do Oiapoque e da Guiana Francesa. Essa dimensão vai desde os acontecimentos que tiveram e têm grandes repercussões nacionais e internacionais, até mesmo aqueles fatos e acontecimentos que representaram e representam importância histórica somente e especialmente para a população local.

A história da região amazônica do início do século XX não pode mais ser contada sem levar em consideração as contribuições prestadas pelas memórias de Pennafort, seja para aprofundar a investigação tendo como base esses relatos ou para dedicar críticas e provar controvérsias. Pennafort, com os seus textos, tornou-se referência central quando se trata de trabalhos que objetivam estudar o processo de implantação da Colônia Agrícola de Clevelândia e tudo que se passou antes, durante e após o início dessa empreitada.

2.2 Narrativas literárias

Seguindo o percurso traçado no início deste capítulo, passamos a falar agora de literatura, arte literária e ciência da literatura. Pretende-se investigar a construção e a evolução do termo “literatura”, vocábulo que levou muitos séculos para ter os significados conceituais que carrega nos tempos atuais e que passa, ainda hoje, por constantes mudanças e transformações. Posto isso, pode-se adiantar que muitas obras tidas hoje como literárias foram erigidas a essa condição com o passar dos anos. “Uma obra como a Eneida de Virgílio, que hoje é estudada como literatura, era tratada de modo muito diferente nas escolas antes de 1850” (Culler, 1999, p. 29). No ano de 2009, as escritoras Mirian Zappone e Vera Wielewicks realizaram uma pesquisa investigativa que buscou desde a origem e os primeiros usos do termo “literatura” até chegar aos conceitos de literatura que conhecemos atualmente, e Culler (1999) prestou muitas contribuições também na busca de encontrar melhores definições para a ciência literária.

Segundo Zappone e Wielewicks (2009), a palavra “literatura” deriva do latim *litteratura*, que é uma imitação do grego *Grammatiké*. As autoras afirmam que a ideia moderna de literatura passou a ser formulada no século XVIII e desenvolveu-se ao longo do

século XIX. Marcelo Lachat (2019), em seu artigo “Letras e Literatura: Continuidade e descontinuidade”, corrobora esse entendimento:

Posto isso, é preciso lembrar que o termo ‘letras’ deriva etimologicamente da palavra latina littera, a qual traduz a grega gramma, significando ambas uma letra qualquer do alfabeto. Já o plural latino litterae, equivalente ao grego grammata, pode ter três sentidos principais: o de carta, sendo sinônimo de epistula; o de escritos em geral; e o de instrução ou cultura. Desenvolvendo essa discussão etimológica (LACHAT, 2019, p. 48).

Pesquisadores que buscaram os rastros da literatura afirmam que, antes dos conceitos atuais, a literatura era relacionada somente à ação de realizar leituras por aqueles que sabiam ler. O termo, assim, nesse contexto, não era relacionado à arte e muito menos a uma ciência, mas sim ao conhecimento, aos atributos e às habilidades de ler. “Antes de 1800, literatura e termos análogos em outras línguas europeias significavam **textos escritos** ou **conhecimento de livros**” (Culler, 1999, p. 28, grifo do autor).

A criação da máquina de imprensa foi um marco revolucionário, cujos textos, segundo Zappone e Wielewicki (2009), passaram a ser produzidos de forma mais específica; contudo, no século XV, o número de pessoas com letramento era uma pequena e privilegiada parcela da população.

Em meados do século XVIII, a literatura ainda era conceituada como uma atividade atribuída às áreas ligadas ao conhecimento. Entretanto, nesse mesmo século, o conceito de literatura já começou a ter maior inclinação para a análise e a valorização dos aspectos estéticos daquele fenômeno. Lachat (2019) aponta que essa predisposição estética existe e ganha terreno com o passar dos anos, consolidando-se a partir do fortalecimento da sociedade burguesa. Ainda hoje, o requisito estético de um texto é um parâmetro que tem relevância na avaliação de se um texto tem ou não características para ser compreendido como literatura. No entanto, para a maioria dos teóricos literários, não é só de elementos estéticos que se forma a escrita literária, e definir o texto literário puramente pelos seus aspectos estilísticos é reduzir o campo da produção literária somente a um público tido como elitizado.

Em seguida, surgem e ganham força as chamadas literaturas nacionais. Zappone e Wielewicki (2009) destacam o alerta feito por Williams (1979):

Williams (1979) chama atenção para o fato de esse ‘gosto’, que passou a aquilatar como literários certos textos, possuir uma base caracteristicamente burguesa e subjetiva, de forma que podia ser aplicado, sem reservas, tanto a textos como a vinhos: ‘Gosto em literatura poderia ser confundido com ‘gosto’ em tudo o mais, mas, dentro dos termos de classe, as reações à literatura foram notavelmente

integradas, com a relativa integração do público leitor (WILLIAMS, 1979 *apud* ZAPONE; WIELEWICKI, 2009, p. 20).

Façamos uma breve pausa na linha do tempo que está por ora sendo apresentada para reforçar e articular que a literatura só tem esse tratamento “de arte” há pouco mais de dois séculos, para a parte ocidental do mundo, mas se fizermos um recorte superficial, a grande maioria das pessoas ao redor do mundo sequer tem contato, consciência ou interesse pela literatura, aliás, ainda é considerável o número atual da parcela da população mundial sem nenhum letramento²¹.

Retornando ao percurso do tempo, no final do século XIX e início do XX, a literatura passou a ter um novo desdobramento, ocorrendo agora uma tentativa de definir tal conceito de forma objetiva. Segundo Zappone e Wielewicki (2009), esse modelo encontrou nos formalistas russos, na primeira década do século XX, seus principais protagonistas e disseminadores dessa teoria. Culler (1999) também aborda, em seus estudos, a presença dos formalistas na construção histórica identitária da literatura.

Os formalistas russos dos primeiros anos do século XX salientaram que os críticos deveriam se preocupar com a literariedade da literatura: as estratégias verbais que a tornam literária, a colocação em primeiro plano da própria linguagem, e o ‘estranhamento’ da experiência que elas conseguem. Redirecionando a atenção dos autores para os ‘mecanismos’ verbais, eles afirmavam que ‘o mecanismo é o único herói da literatura’. Ao invés de perguntar ‘o que diz o autor aqui?’ deveríamos perguntar algo como ‘o que acontece com o soneto aqui?’ ou ‘que aventuras acontecem ao romance nesse livro de Dickens?’ Roman Jakobson, Boris Eichenbaum e Victor Shklovsky são três figuras-chave nesse grupo que reorientou os estudos literários para as questões de forma e técnica (CULLER, 1999, p. 118-119).

Esse modelo não ficou em alta por muito tempo, pois diversas críticas às linhas teóricas dos formalistas foram sendo entoadas, dentro de uma onda crescente.

Em todas essas versões do formalismo, o locus e o significado da arte não estão na intenção do artista, nem no que a obra de arte poderia representar, nem no que ela talvez expresse. Em vez disso, a natureza e o significado da arte estão no relacionamento formal ou estrutural dos elementos manifestados na própria obra de arte. E assim, a interpretação válida consiste principalmente em elucidar essas formas e estruturas (WILBER, 2001, p. 102).

Assim, segundo Zappone e Wielewicki (2009), a discussão de o que é ou como conceituar literatura sofreu um novo deslocamento; agora a literatura não pode mais ser identificada como tal unicamente com a rotulação do texto como literário ou não. Essa nova

²¹ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos).

perspectiva conceitual passou a entender que o texto, para ser ou não literário, dependia da relação estabelecida entre este e a classificação dada pelo leitor.

Não tardaram, entretanto, as reações a essa visão objetiva ou essencialista de literatura. Muitos autores começam a questionar se, efetivamente, o que caracterizava a literatura eram certas ‘propriedades internas’ dos textos. Assim, a partir da década de 60 do século XX, começam a surgir várias reações a esse ponto de vista, cujos argumentos centrais podem ser encontrados nas relações entre a literatura e seus leitores, já que muitos autores observam que os fatores distintivos de literariedade, defendidos pelas correntes textualistas, não eram exclusividade de textos literários, podendo também ser encontrados em textos de natureza referencial. Assim, o ponto de discussão sobre o que é literatura desloca-se da esfera do texto e de suas ‘propriedades peculiares’ e passa para a esfera do leitor, uma vez que o texto só existiria a partir do ato de leitura dos leitores e o seu significado só emergiria através de um ato interpretativo (ZAPONE; WIELEWICKI, 2009, p. 23).

Ganha força agora uma nova corrente, que passa a colocar em foco a figura e a perspectiva do leitor em que a vivência, os contextos sociais e econômicos, as relações culturais, o espaço geográfico e o tempo atribuídos ao sujeito leitor passam a ser decisivos para a análise de uma obra literária. Culler nos ajuda a entender melhor essa nova relação:

Para o leitor, a obra é o que é dado à consciência; pode-se argumentar que a obra não é algo objetivo, que existe independentemente de qualquer experiência dela, mas é a experiência do leitor. A crítica pode dessa maneira assumir a forma de uma descrição do movimento progressivo do leitor através de um texto, analisando como os leitores produzem sentido fazendo ligações, preenchendo coisas deixadas sem dizer, antecipando e conjecturando e depois tendo suas expectativas frustradas ou confirmadas (CULLER, 1999, p. 120).

O entendimento do crítico literário brasileiro Antonio Candido (2006), que sintetiza essa questão do funcionamento e da construção da literatura, define a literatura como um produto coletivo que retrata ou ilustra a sociedade e a época às quais está atrelada, tendo como atores principais a tríple participação autor-obra-público.

É certo que a literatura para a região amazônica tem sido uma ponte vital para o marco existencial desse lugar; as obras literárias, intencionais ou não, produzidas na região ajudam a criar lugares antes desconhecidos do mundo, apresentam costumes e redesenham paisagens. Romances, cordéis, poesias, relatos, lendas, causos populares, entre outras narrativas, revelam as particularidades desse lugar, desde o princípio da ocupação/invasão da região com os relatos de Frei Carvajal, por exemplo, e até hoje as narrativas feitas na Amazônia revelam um mundo pouco conhecido, “Amazônia”.

Importante destacar que essa constatação não tem a intenção de dizer que as narrativas produzidas na Amazônia e sobre a Amazônia se reduzem somente às criações regionais. Pelo contrário, há tanta riqueza narrativa presente em todo o território amazônico, que os

estudiosos da literatura e de outras formas narrativas ainda não acessaram material suficiente, ou não deram a atenção devida para fundamentar críticas e análises que permitam ampliar o conhecimento a respeito desses textos; aliás, esse pouco estudo direcionado à produção da escrita literária amazônica nos parece um tanto proposital.

No dia em que os críticos, catedráticos e o meio acadêmico começarem a perceber com mais frequência esses textos e passarem a permitir que ocupem os espaços que facilitam o acesso à leitura (editoras, livrarias, bibliotecas, salas de aula etc.), aí sim, a literatura terá acrescentado mais um quilate à sua estrutura histórica.

Das tantas outras correntes teóricas e históricas que poderiam ser acrescentadas a esse debate, é cabível trazer, para fechar esta etapa, uma tendência mais recente, que muito conversa com a proposta deste estudo e especialmente se relaciona com o que foi dito no parágrafo acima: trata-se do crescente movimento que passa a dar mais atenção aos discursos das minorias. As escritas de latinos, afrodescendentes, ribeirinhos, povos indígenas, refugiados, moradores de comunidades, entre outros ocupantes das camadas mais desprivilegiadas, ganharam algum espaço, como destacou Culler (1999, p.126, grifo do autor):

O principal esforço se centrou em reviver e promover o estudo da escrita negra, latina, asiático-americana e nativo americana. Os debates têm a ver com a relação entre o fortalecimento da identidade cultural de grupos específicos, ligando-a a uma tradição de escrita e à meta liberal de celebrar a diversidade cultural e o 'multiculturalismo'. [...] As tentativas de gerar teorias do **discurso das minorias** tanto desenvolvem conceitos para a análise de tradições culturais específicas quanto usam uma posição de marginalidade para expor os pressupostos do discurso da **maioria** e para intervir em seus debates teóricos.

Alfredo Bosi (1996) traz nos seus estudos uma contribuição que acrescenta mais elementos a esse apontamento de Culler (1999). Ele conta, após refinada análise, que as instituições não são donatárias do destino a ser tomado pela arte e pela literatura, esse poder emana em um espaço natural e liberto, próprio da arte e das letras.

Para esse universo e, em geral, para todo trabalho criador, o essencial é assumir uma atitude de respeito e de esperança. Não é o estado, nem a Universidade, nem a Igreja, nem a Imprensa, nem qualquer das instituições conhecidas que deverá encarregar-se do destino das letras e das artes (BOSI, 1996, p. 344).

É nesse novo lugar, de rompimento com a escrita e análise literária feita somente por uma parcela dita catedrática, e com essa autorização de liberdade e autonomia que se torna favorável o exercício de imersão nos estudos dos textos de Roque Pennafort. Será pouco

provável o acesso a textos escritos a partir de localidades tão às margens quanto as narrativas produzidas na Amazônia, margens que se acentuam significativamente quando a autoria desses textos é de propriedade dos descendentes desse lugar²².

2.2.1 Tessitura Literária em Rocque Pennafort

Chegou o momento de articular as narrativas de Rocque Pennafort com as teorias que sustentam os conceitos e a cronologia temporal dos estudos da narrativa literária. Os recortes extraídos dos textos de Rocque serão colocados em analogia com as teorias e análise anteriormente apresentadas, com o fim de entender quais narrativas o autor nutriu nesses destaques.

Como tantos outros viajantes, a inquietude e curiosidade compuseram o roteiro de vida do ainda menino Rocque, as vias líquidas²³, estradas d'água tão comuns na vida do nortista, em especial dos ocupantes mais ao norte da Amazônia, transportaram por muito tempo as lembranças, as experiências, as histórias e até o esquecimento daquilo vivido pelo ilustre caboclo amazônida Rocque Pennafort.

Se, para boa parte de quem navegou e as registrou em narrativas, as viagens feitas pelas extensões dos rios e florestas da Amazônia foram um atributo de intenção geopolítica, religiosa, expedicionária e até mesmo científica, para Rocque Pennafort nenhuma dessas intenções foi acrescentada nas suas narrativas. Ao analisar os textos de Pennafort, percebe-se que o autor buscou, de uma certa forma, não permitir que a saga dos pioneiros da ocupação da Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte caísse no esquecimento e que os feitos daqueles tempos primórdios de ocupação fossem reconhecidos na identidade do miscigenado povo oiapoquense.

Mas como analisar então aspectos literários em um texto de memória o qual o autor não escreve com a intenção de ser um texto literário? Valendo-nos daquilo já afirmado por Wilber (2012, p. 104), “A obra de arte existe em contextos dentro de contextos dentro de contextos infinitamente”. É analisando as entrelinhas das memórias de Pennafort que essa etapa da pesquisa busca apresentar as contribuições desse texto para a literatura local, transportando-a para o presente, evitando o anacronismo.

²² Essas margens são muitas vezes estabelecidas e desenhadas pelas mãos de uma dita elite cultural, que tem, numa perspectiva nacional, o Sul e Sudeste do Brasil como concentração dessas autoridades culturais impositivas.

²³ Oiapoque na década de 20 do século passado não possuía infraestrutura de estradas terrestres, sendo assim o acesso pelos rios, se não o único, o principal meio de chegar e sair da região. Ainda hoje a entrada pela boca do oceano e o trânsito nos rios do Oiapoque são intensos e preenchem os dias e as noites da cidade.

Foi apresentado no bloco das teorias e levantamentos históricos e conceituais a respeito da literatura que esta sofre mutação conforme o tempo em que se apresenta, o local, a ordem mundial do momento e, principalmente, a influência de mundivivências de quem acessa essas narrativas. Assim, é possível investigar as contribuições literárias amazônidas na obra de Pennafort, ainda que essa obra tenha sido classificada, inicialmente, como um registro de memórias. Corroborar esse entendimento, ainda, outra afirmativa de Wilber (2012, p. 100): “Mas imediatamente acrescentam que o artista poderia ter, ou existir em, estruturas de intenção inconsciente, e essas estruturas inconscientes, em geral fora do alcance da percepção dos próprios artistas”. O artista, memorialista e narrador da história, Rocque Pennafort, apresentou-nos em suas memórias a arte literária, possivelmente de forma inconsciente.

Um dia, o coronel Silvino Coelho de Sousa, auxiliar de escrita, estando com dor de cabeça, foi até o médico e pediu um remédio. Disse o Dr. Joaquim Paula ‘toma um comprimido de quinino de manhã e outro de noite’. Silvino, retruca: ‘Não é febre não, doutor. É dor de cabeça’. O médico novamente, por não ouvir bem, acrescenta: ‘então toma dois comprimidos de uma vez’. Silvino falando mais alto, insistiu: ‘é dor de cabeça, doutor!’ Só então ele ouviu e disse: ‘há rapaz, isto é, porque tu não trabalhas...’ Silvino não se conteve ‘doutor, por que a sua cabeça não dói?’ (ZAGHETTO, 2019, p. 212).

Logo acima estamos diante de uma citação retirada das memórias de Pennafort, e não, essa passagem não trata de um caso²⁴ do interior, pelo menos não deveria ter sido conduzida para esse canal literário. Na verdade, essa cena é parte de um importante episódio da história de Clevelândia do Norte; o autor trata da emancipação da Colônia Agrícola, que em pormenores estabeleceu o quase total abandono do estado brasileiro com os colonos e todos que dependiam do estado para continuar estabelecendo a ocupação oficial do Brasil na fronteira.

Se por vezes Rocque, ainda que sem intenção, apresentou textos com tom literário, outras vezes, o autor teve intencional imaginação literária, estabelecendo inclusive uma interrogação a respeito do seu letramento²⁵, apresentando por sua vez uma habilidade muitas vezes encontrada somente em escritores considerados catedráticos. As tessituras narradas por Rocque Pennafort nos remetem às afirmativas de Paul Ricoeur (1997, p. 177): “Desses intercâmbios íntimos entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica, nasce o que chamamos de tempo humano, e que não é se não o tempo narrado”.

²⁴ Os casos são narrativas que brotam no meio popular e têm por característica a ironia e a presença de um enredo com desfecho bem-humorado, geralmente carregando uma pitada de regionalismo.

²⁵ Rocque progredia somente à custa de seus esforços. No final de 1924, aos doze anos, depois de cursar a terceira série, deixou a escola: precisava trabalhar. Ao prestar o exame final, recebeu como prêmio um livro intitulado *Vida prática*. Esse livro passou a ser o seu constante companheiro (ZAGHETTO, 2019, p. 222).

O plano geográfico não poderia faltar na fotografia narrada por Pennafort. Essa tendência é muito potente e utilizada quando se escreve literatura da e na Amazônia; é difícil – quase improvável – ecoar falas de dentro da Amazônia e não temperar com o clima único que brota do coração das florestas e rios desse lugar: “Preguiça tinha de mais. Era sair pela margem, olhando para cima, nos galhos de siriúbas, para vê-las” (Zaghetto, 2019, p. 170). No entanto, a abordagem de Pennafort ao descrever a geografia e demais peculiaridades da sua região foge da tendência da maioria dos autores: o exótico, destaque presente nos textos de estrangeiros que estiveram de passagem ou mantiveram estadia permanente na Amazônia, não é incorporado na narrativa de Pennafort. Trazer para a luz das escrituras amazônicas o foco pitoresco também é uma vocação de autores que sequer estiveram na região. É visível o quanto caminhar às margens dos rios, passar por árvores e bichos é comum para o autor.

Prosseguimos viagem rio acima e meia hora depois passávamos a tal ilha, já conhecida como Ilha Barbosa, nome do seu ocupante. À frente, avistava-se o que pensávamos ser o fim do rio: a cachoeira Gran Roche. Com várias ilhas formando um paredão, dava a impressão que o rio terminava (ZAGHETTO, 2019, p. 181).

Parece que, pelo fato de Pennafort ser genuinamente amazônida, erradicado nas terras e rios do Oiapoque, chegando à região ainda no período de sua consolidação como território brasileiro²⁶, isso tenha influenciado o foco da sua escrita, tornando a leitura dos seus textos experiências diferentes de quase tudo o que foi produzido como literatura e retratos históricos, geográficos e culturais da região que ele habitou. Rocque, em alguns momentos, estabeleceu um diálogo direto com o leitor: “Como o caro leitor pode ver, naquela época o filho de pobre não tinha tempo para vadiar” (Zaghetto, 2019, p. 184).

À medida que se avança na leitura dessas memórias, fica perceptível o quanto é orgânica e identitária a ligação de Rocque com os contornos do Oiapoque. É também por esses fatores identitários, que vimos na seção anterior, que as histórias dos lugares, contadas pela voz dos grupos minorizados, começaram a conquistar mais espaços e receber devida importância no campo da pesquisa histórica, social, cultural e literária. Rocque Pennafort conseguiu, em diversas passagens, ilustrar ambientes naturais com transformação urbana,

²⁶ Ainda que as linhas de fronteiras entre Brasil e França tenham sido definidas após emissão do parecer arbitral em Berna, na Suíça, o convívio entre brasileiros e franceses continua aquecido ao ponto de ser comum até nos dias atuais ambos os povos transitarem nos dois lados sem causar estranheza. “Para batizar um filho ou assistir a uma missa, atravessava a fronteira para encontrar os serviços religiosos na paróquia de Saint-Georges” (ZAGHETTO, 2019, p. 190).

usando uma sequência de escrita limpa e coesa, sem perder o vocabulário local, com um domínio narrativo surpreendente²⁷ quanto a espaço, personagem, cena e tempo.

Lá embaixo, próximo à foz do rio, a Vila Demonti – muito mais antiga que Clevelândia – já tinha a vida administrativa organizada: Posto Fiscal Federal, subordinado à alfândega de Belém; Agência dos correios; e Coletoria de Rendas Estaduais, a cargo de Severino Teixeira do Amaral. Todas estas repartições funcionavam em ótimas casas de madeira de lei, cobertas com telhas marseilha, o que dava aspecto bem urbanizado à pequena vila (ZAGHETTO, 2019, p. 185).

Em um breve trecho, no qual o autor objetiva comparar a estrutura da Colônia Agrícola de Clevelândia com a de Vila de Demonti, ele consegue fornecer elementos que vão além desse movimento analógico entre os povoados. Ao começar o parágrafo dizendo “Lá embaixo” propositalmente ou não, o autor utiliza-se de uma linguagem regional, facilmente compreendida pelos nortistas; na sequência, mais uma vez, ele se vale da comunicação com tempero regional “próximo à foz do rio”, indiretamente mostrando que os moradores e a vida nesse lugar se transportavam pelo rio e faziam moradas às margens do rio, rio abaixo, rio acima. Ao descrever os locais de funcionamento das repartições públicas na Vila de Demonti, o autor permite ao leitor transportar o imaginário e tatear a estrutura dessas casas. Essa arquitetura descrita é facilmente encontrada na região ainda hoje, principalmente nas comunidades que se formam nas ribeiras dos rios.

Figura 6 – Procissão religiosa na Vila Demonti



Fonte: Zaghetto (2019, p. 452).

²⁷ A forma narrada de Pennafort é surpreendente principalmente pelo fato de este ter estudado somente as séries iniciais do ensino primário.

Sobre esse domínio narrativo, como disse Culler (1999, p. 89): “Quem fala com que autoridade? Narrar uma história é reivindicar uma certa autoridade, que os ouvintes concedem”, autoridade essa própria tanto para o historiador profissional como para o contador de histórias reais ou ficcionais. No entanto, a utilização de recursos narrativos de descrição do local, que permitem ao leitor entrar no ambiente, descer o rio e apalpar com os imaginários as edificações cobertas por “telhas marselha”, esse atributo é característico principalmente dos roteiristas de histórias ficcionais. Na Amazônia, escritores como Dalcídio Jurandir²⁸ recorreram e muito a esses recursos, conseguindo, através de seus romances, dar vida e destaque a uma localidade até então desconhecida dos grandes centros políticos, econômicos e urbanos do Brasil.

Major sonhava reformar a casa. Aquele chalé havia sido uma coisa apressada, não tinha saído como imaginara. E mostrava a planta da verdadeira casa, talvez mesmo a casa em projeto fosse mais real que o velho chalé. O novo chalé estava todo desenhado e pintado mesmo. Era bonito e grande. Alfredo, com a sua bolinha, descia para o seu tanque, onde prendia seu gado de tucumã e armava a casa nova no lugar da casa velha. Major tinha planta para uma pocilga dos Polland China, para um apiário, para uma grande horta bem aterrada e estrumada onde tivesse muita couve e quiabo (JURANDIR, 1991, p. 105-106).

Entre o chalé dos sonhos do major e a infraestrutura da Vila Demonti, reside um objeto comum, o de aguçar o imaginário do leitor e lhe permitir construir o seu próprio desfecho da história que está sendo contada. Zappone e Wielewicki (2009), bem como Culler (1999), já trouxeram contribuições nesse sentido, inclusive foi mostrado que essa perspectiva do leitor corresponde a uma das defesas teóricas da literatura, em que o leitor é o protagonista do ato literário. Tanto Roque quanto Dalcídio parecem que estão a cumprir a missão de apresentar a Amazônia a partir de um prisma ainda pouco visitado pela literatura.

Diferentemente de Pennafort, Dalcídio escreveu seus romances objetivando entregar um produto da literatura, no entanto esses romances também servem como importantes documentos, que, de certa forma, ajudaram na criação da região da Ilha do Marajó (PA). Esse breve espelhamento entre os fragmentos dos textos de Pennafort e Jurandir demonstra que os textos históricos e os textos literários também estão a serviço de outras dimensões de estudo. “Da mesma forma, parece senso comum que o texto literário seja plurissignificativo, possibilitando várias leituras” (Zappone; Wielewicki, 2009, p. 29).

²⁸ O escritor marajoara Dalcídio Jurandir foi assim definido pelo crítico literário Alfredo Bosi: “enfim, dos mais complexos e modernos de todos, o marajoense Dalcídio Jurandir”.

O único momento que a paisagem do Oiapoque, de certa forma, parece ser estranha para Rocque Pennafort é na sua chegada à Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte, quando ele está em trânsito após o transbordo do navio que os transportara da região da Ilha do Curuá até atracar no trapiche de Santo Antônio.

Depois de uma hora de viagem, surge a maior dificuldade: uma corredeira. Jamais nenhum de nós tinha visto uma ‘pororoca’ que não saía do lugar ‘Taca remo negada’. E nada. Íamos subindo, subindo, e quando chegava no ponto culminante, a correnteza jogava a gente para o meio do rio e lá íamos de volta (ZAGHETTO, 2019, p. 180).

O destaque acima está longe, evidentemente, de ser uma estranheza ao ponto de o narrador apresentar ao leitor um lugar exótico carregado de imagens que, em muitas produções relacionadas à Amazônia, endeusam demais ou demonizam ao extremo o lugar. Essa elocução tem sua importância por demonstrar que as letras apresentadas por Rocque não se atêm a meramente reproduzir o que comumente já era escrito. Ainda que a beleza do lugar salte à vista, mesmo que as peculiaridades geográficas e paisagísticas sejam diversas e convidativas, mesmo assim, essas características não roubam o espaço dos outros elementos partícipes dessa narrativa.

Essa característica de saber narrar, garantindo um lugar harmônico na escrita entre espaço, tempo, sequências, enredo e personagens, faz da obra de Rocque Pennafort um elo que promove um encontro perfeito, que segundo Candido (2006) é indissolúvel, “Obra-autor-leitor”. Esse encontro só foi possível graças à iniciativa de Sonia Zaghetto, que organizou e publicou os escritos de Rocque, permitindo assim o encontro e reconhecimento de obra e autor com um público posterior aos tempos do autor.

O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. Os artistas incompreendidos, ou desconhecidos em seu tempo, passam realmente a viver quando a posteridade define afinal o seu valor. Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra (CANDIDO, 2006, p. 47).

Podem até acontecer esses encontros entre autor-obra-público nas obras literárias criadas a partir das experiências de viajantes que navegaram pelos rios da Amazônia, por exemplo, no entanto as passagens inverossímeis e os excessos de comparações afugentam, principalmente, o contato do leitor com uma Amazônia menos carregada de estranheza. Trechos inteiros de obras escritas a partir de relatos de viagem levam o imaginário do leitor para um território de uma suposta Amazônia desconexa e distante do que é a Amazônia de

fato. Mesmo uma obra meramente ficcional deve cumprir minimamente um papel social, como propôs Candido (2006) em seus estudos.

Percebe-se, em vários momentos, no texto de Pennafort a estética comunicativa, elemento esse tão cultuado por Antonio Candido (2006) e outros teóricos que defendem que arte literária só pode assim ser classificada se obedecer a padrões estéticos. Importante destacar que a estética observada nesse estudo das escritas de Pennafort destoa dos padrões cultuados por parte dos críticos literários; o belo dessas pautas está no simplório modo de dizer do caboclo que deslizou as letras com as verdades fictícias vistas e sentidas só por aqueles que respiraram a inspiração que brota na mata amazônica.

Oiapoque parece ter tocado e inspirado profundamente a alma de Pennafort; se nas suas memórias ele não apresenta explicitamente um personagem de ficção, pode-se, contudo, identificar ficcionalidade em boa parte de sua narração, e Rocque Pennafort, por sua vez, desempenha tríplice papel em seus textos, autor-narrador-personagem.

Como narrador da história, Rocque mescla a sua posição. Em determinados momentos ele narra na primeira pessoa, sendo ele narrador/personagem da história: “Poucas horas de viagem e começa o jogo do mar e a imensidão do oceano. Eu capotei logo e só fui me aguentar de pé já no outro dia, na entrada do amapá” (Zaghetto, 2019, p. 177). Em outros momentos, ele narra na terceira pessoa: “Francisco Pennafort voltou a sua casa, para avisar e preparar sua família e amigos para uma nova Jornada” (Zaghetto, 2019, p. 174). No entanto, a todo momento o autor e narrador faz questão de deixar claro que ele faz parte daquela história, todavia ele não se coloca como o dono da história, livrando o texto da possibilidade de ser encarado como autobiográfico. Fica claro também que o lugar “Oiapoque” é o personagem principal.

Na abertura da segunda parte do livro *História de Oiapoque*, em que discorre a respeito das memórias de Pennafort, Sônia Zaghetto assim descreveu: “As memórias de Rocque Pennafort têm um tom narrativo por vezes poético, mas sempre preocupado em informar, com precisão, os fatos que testemunhou” (Zaghetto, 2019, p. 164). Ao limitar que a voz poética aparece só “por vezes” ao longo das memórias de Rocque Pennafort, Zaghetto (2019) emite uma certa modéstia na sua análise.

Pois bem, uma história que tem como primeira cena o personagem/narrador descrevendo o próprio nascimento não pode ser encarada como uma escrita em intervalos distantes e fragmentados de estética. São textos completos construídos com dados possivelmente reais, mas contados num tom ficcional, mais uma vez, assim, reafirmando que história e ficção podem residir num mesmo texto, sem que uma tome da outra a sua voz.

Parto na Amazônia

Rocque Pennafort
Afuá, Pará. 1911

Naquele 25 de Novembro de 1911, por volta de 14h30, no quarto grande do barracão todo fechado, a parteira iniciava os serviços indispensáveis a que mais um vivente surgisse nesse mundo de meu Deus.

Deitada na cama de ferro, larga, bem espaçosa, com um pequeno gradil na parte dos pés, e um outro gradil, vistoso, na cabeceira, cujas pontas terminaram em enfeites metálicos dourados, a mãe – Ana de Sousa Pennafort – se preparava para, pela terceira vez, cumprir a sua sagrada missão: multiplicar a espécie humana sobre a Terra.

Chegada a hora, a parteira suspende o bebê pelas pernas, dá-lhe uma palmadinha provocando o necessário choro (dizem que todos os bebês ao nascerem precisam chorar, a fim de que o ar penetre rapidamente enchendo os pulmões) e diz entusiasmada: ‘é homem’).

É evidente que contar a cena com detalhes do seu próprio nascimento não está somente na categoria de uma memória fruto de lembranças particulares. Essa narrativa se torna possível com a contribuição de relatos e lembranças de terceiros, ou com a utilização de uma narrativa puramente ficcional. Por mais que a cena do parto de Rocque Pennafort tenha sido relatada a ele por alguma testemunha, ainda assim Rocque, ao narrar a sua versão, recorre a diversos elementos literários, dando um ar de ficção a toda a história.

O texto “Parto na Amazônia” é o cartão de apresentação das memórias de Rocque. Há de se observar, além de tudo o que já foi dito a respeito desse texto de abertura, que reside na contação desse episódio um verdadeiro tesouro. Há vários trechos que expõem a cultura ribeirinha da época e que ainda hoje é muito vista em diversas comunidades do interior do Norte do Brasil. “A parteira suspende o bebê”; pelas mãos das parteiras veio ao mundo uma nação de amazônidas. São vários outros elementos da cultura nortista presentes nesse texto e em outros.

Essa voz literária preenche quase todas as memórias contadas por Rocque, parece ter sido uma escolha do autor essa estratégia de narrar. Desde os títulos (“Parto na Amazônia”; “Um navio passa ao longe”; “O menino, a onça e o fim do medo...”) até os desfechos das narrações, ainda que fossem episódios nacionalmente conhecidos, o modo como essa memória é narrada vem carregado de literalidade.

O Itamarati, em comunicação ao Interventor do Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, recomendava que fosse feita uma investigação acerca de possível contrabando de armas através da fronteira do Oiapoque, e destinado ao movimento revolucionário paulista, já em organização, e que explodiria 1932.

No dia seguinte, pela manhã, foi bonito ver o povão apinhado no trapiche e na margem do rio, assistindo à manobra e à decolagem daquele bicho de alumínio que voava. Porém, o melhor mesmo foi, para a garotada, na véspera, à tarde, juntar no

rio as latas de gasolinas e óleo lubrificante que a tripulação jogou fora depois de abastecer o aparelho (ZAGHETTO, 2019, p. 206).

O texto acima inicia com a característica de um recorte de uma notícia, no entanto, o narrador, que também é o autor, faz questão de colocar incrementos que preencham a narração com uma mesclagem de notícia e a criação do imaginário; o avião virou “bicho de alumínio” e os olhos dos leitores conseguiram enxergar nas laudas as crianças de Clevelândia do Norte nadando rumo aos tesouros descartados no rio.

A cultura e os costumes populares também povoam o texto de Rocque: “De noite, sempre ia pilotar a canoa para o velho pai ou para os irmãos mais velhos na caça ou na pesca²⁹”. Ainda que mais à frente seja especificamente discutida essa temática cultural e regional nas memórias de Rocque Pennafort, é importante pontuar que, ao analisar esse texto de memórias dentro da perspectiva literária, as observações de cunho cultural se acrescentam a essa análise. Esse texto preenchido de elementos culturais foi capaz de falar das revoluções ocorridas no Brasil no início do século XX, como se parte dessas revoluções tivesse sido causos que se passaram no interior do Amapá, genuína cultura popular a serviço da literatura.

Os estudos literários não estão comprometidos com uma concepção do objeto literário que os estudos culturais devem repudiar de técnicas de análise literária a outros materiais culturais. Tratam os artefatos culturais como ‘textos’ a ser lidos e não como objetos que estão ali simplesmente para serem contados. E, inversamente, os estudos literários podem ganhar quando a literatura é estudada como uma prática cultural específica e as obras são relacionadas a outros discursos (CULLER, 1999, p. 52-53).

É necessário dizer ainda que ambas as abordagens caminham juntas dentro das memórias de Rocque, cultura e literatura, e essa questão não é uma propriedade unicamente dessa obra. No entanto, devido ao fato de contar a respeito do início da ocupação colonizadora de Oiapoque, esse menu de apresentações feitas na obra de Rocque Pennafort se torna um produto de resgate literário e cultural inédito. Como bem disse Germana Araújo Sales (2022) ao prefaciá-la obra *Literaturas do Norte: Vozes e escritas da Amazônia*:

Os povos ancestrais, índios e negros, responsáveis pela miscigenação que abriga em nossa pele traços, cultura e língua, fundamentam os capítulos desta coletânea, que apresenta um espaço ainda em fase de apresentação a um Brasil branco e submisso às culturas estrangeiras e com extremo desconhecimento da sua ancestralidade. A Amazônia, carente de atenção quanto à sua representação enquanto floresta, ainda há muito a percorrer e se fazer reconhecer como ambiente de intelectuais, produtores de uma cultura que se revela nas Letras, na música e nas demais artes. **Para se fazer respeitar, carece se fazer conhecer e bem representar.** Eis aqui, parte da divulgação acerca da produção intelectual da Amazônia em letras, para além da

²⁹ O Sul tem os gaúchos; o Nordeste, os jangadeiros e vaqueiros – o Norte tem os canoeiros (MORAES, 1964, p. 59).

floresta, mas inspirada e nascida nessa mata, dona de tanto encantamento, em cores, lendas e sons. (SALES, 2022, p. 15, grifo nosso)

Esse papel, já dito antes, de fazer conhecer esse lugar tão pouco apresentado, faz este estudo a respeito das memórias de Pennafort relevante para a divulgação das letras produzidas no extremo norte do Brasil; a cultura nortista, como bem disse Germana Sales (2022), está abrigada na pele do povo amazônida. Essa cultura estampada na pele, visível a olho nu, precisa da literatura para ir além dos olhos daqueles que aqui habitam ou visitam, e a literatura é capaz de dar notoriedade ao desconhecido e marginalizado.

Se, enquanto textos históricos, as memórias de Pennafort percorreram uma rígida cronologia temporal, como texto literário elas se apresentam com uma sequência própria de um bom romance: vai do nascimento à esperança, passa pelas dificuldades, chega ao fundo do poço e encontra um novo caminho. Ainda que alguns capítulos tenham sido escritos compromissados com a ciência da história, em dados momentos, Rocque Pennafort quis vestir seu texto de literatura.

Por fim, para encerrar esta seção a respeito do texto das memórias de Pennafort na perspectiva de obra literária, deixamos o entendimento conclusivo de Zappone e Wielewicki: “Assim, as histórias lidas ajudam a produzir novas histórias, únicas para aquele leitor. E isso, afinal, é literatura”. As memórias de Rocque Pennafort são uma via de recontextualização contínua, um convite para reprodução imagética dos seus leitores. A esse texto escrito para resgatar memórias orais que ganhou esse papel de histórico-literário acrescenta-se também o exercício da representação que é perceptível no enredo, nos seus personagens, no autor e, sobretudo, no lugar ao qual essas memórias se referem.

3 A REPRESENTAÇÃO NAS CARTAS, ARQUIVOS E MEMÓRIAS DE ROCQUE PENNAFORT

As Memórias de Rocque Pennafort, a sua vida enquanto homem público, a sua trajetória como cidadão amazônida, tudo foi se tornando representação. Resgates da oralidade, anedotas replicadas, memórias compartilhadas, cartas postadas ou recebidas, fotografias tiradas, homenagem recebidas, discursos proferidos, quase tudo em Rocque Pennafort passou a representar o Oiapoque. Não à toa, Rocque por inúmeras vezes afirmou “não ouvir falar de Oiapoque e sim eu vivi o Oiapoque”; pode-se afirmar que Rocque Pennafort se tornou, por toda a sua representação, a personificação do seu lugar.

Este último ato deste estudo dedicou-se especialmente a tratar do papel da representação contida na figura de Rocque Pennafort, buscando sempre observar os meios que ele utilizou para exercer esse papel. Uma figura tão singular para todas as narrativas do Oiapoque do passado e do presente precisou ser contada por outros, e Rocque Pennafort foi narrado muito além das suas memórias.

O interesse que Rocque Pennafort passou a despertar por parte de alguns estudiosos que têm por objeto analisar o Oiapoque do passado é facilmente justificado quando interligado esse personagem com o que afirma Roger Chartier (1991, p. 183): “Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos”. O fato de Rocque ter perpassado por tantos acontecimentos no extremo norte e em outras localidades do Brasil e fora do país, muitas vezes, colocou-o no centro dos acontecimentos, acrescentando a tudo isso o seu papel protagonista na cena política amapaense. Assim, a sua figura ficou ainda mais projetada, permitindo-lhe a condição de representante das narrativas desses lugares por onde passou. É lógico que a sua história construída no Oiapoque é bem mais consistente.

O romancista se isola. O lugar de origem do romance é o indivíduo isolado, que não é mais capaz de se expressar dando exemplos de suas preocupações mais importantes e que como ele mesmo não recebe conselhos, não pode dá-los. Escrever um romance significa levar o incomensurável a extremos na representação da vida humana. Na plenitude dessa vida, e através da representação dessa plenitude, o romance evidencia a profunda perplexidade em que vive (BENJAMIN *apud* BHABHA, 2013, p. 260).

Rocque não se dedicou a escrever um romance, no entanto a forma como suas memórias foram contadas, os enredos, o tempo, o espaço e os personagens, muitas vezes se remete a uma narrativa de um bom romance, o que já foi inclusive tratado no capítulo anterior. Como bem avaliou Walter Benjamin (*apud* Bhabha, 2013, p. 260), “Na plenitude

dessa vida, e através da representação dessa plenitude, o romance evidencia a profunda perplexidade em que vive”, as memórias de Rocque Pennafort representam a vida do povo oiapoquense, e essas memórias são fontes literárias que alimentam o imaginário dos leitores a respeito de um tempo passado que, no entanto, é encarnado a todo momento nos dias atuais.

Quem vai ao Oiapoque ou mora lá tem a oportunidade diária de ver a imagem de um rio tal qual descreveu Rocque; redemoinhos e mansidão ainda se encontram nas mesmas águas, como se o tempo não tivesse passado. As chegadas e partidas são diárias; por mais que a expansão rodoviária tenha aumentado significativamente o transporte terrestre, são as pequenas embarcações, as quais Rocque muitas vezes pilotou, que transportam as pessoas de um lado para o outro e fazem do Oiapoque uma fronteira em constante movimento.

Candau (2012), ao falar de representação, destaca que o tempo nas comunidades, principalmente as tradicionais, não serão taxados pelo tempo engessado do calendário, e na grande maioria das vezes esse tempo é marcado pelo período da passagem de personagens que representam a existência desse local. É comum nos meios mais periféricos as ocorrências reais ou não serem representadas por figuras emblemáticas, “Era homem de uma época em que se faziam favores sem esperar recompensa” (Zaghetto, 2019, p. 265). Rocque Pennafort virou um marcador do tempo na ativa Oiapoque, contudo, esse personagem que ajuda as pessoas desse lugar a se situar dentro de um fenômeno social do tempo não ficou estancado no passado.

3.1 A voz do povo Oiapoquense

No tempo de Rocque Pennafort, quando a população do Oiapoque precisou, encontrou na fala de Rocque Pennafort um cuidador fiel. No entanto, mais do que avaliar esse ativista em defesa do Oiapoque, neste bloco vamos analisar, na obra de Rocque Pennafort e também na sua biografia, como o nome do personagem Rocque Pennafort se tornou o próprio povo do Oiapoque. Mais que isso, vamos analisar nesta etapa como Rocque pode ser classificado também como uma figura que representa e é voz de todo o povo amazônida que vive às margens dos rios, mas que também é empurrado para as margens sociais.

As memórias de Rocque começam a ser contadas dando vida a seres muitas vezes invisíveis, e encontram nas narrativas literárias a luz para serem percebidos. Quem nos dias de hoje, por exemplo, lembra da existência da parteira, mãos que aparam vidas recém-chegadas ao mundo? Se essa pergunta for feita nas cidades grandes, é provável que muitos não saibam quem é esse ser elevado a divindade, mas se tratando de localidades distantes, comunidades

ribeirinhas, aldeias indígenas, é certo que todos os moradores vão saber o endereço de uma parteira.

Quando Rocque narra o trabalho da parteira, ele não conta somente a história desse nascimento, na feita que essa narrativa vai chegando aos leitores dessas memórias, em uma análise simples, percebem-se os meios precários com que esses serviços de parto eram feitos nessa época, e é possível enxergar ainda a ausência do serviço de saúde nessas localidades ribeirinhas.

Quando o leitor ou ouvinte dessas memórias realiza uma análise mais apurada desse simples trecho, ele pode ter a erudição de que o tempo parece que parou e, passados mais de 100 anos, esse lugar na região do Marajó que representa todas as paragens da Amazônia continua à espera de cuidados e de atenção do Estado brasileiro. Uma narrativa de memória, que tentou dar um tom mais literário para o momento de um parto, na verdade pode ser avaliada como uma literatura de denúncia.

Nesse trecho da narrativa do Pennafort, a parturiente se torna mais um ser místico, de tantos outros que encantam e preenchem os roteiros das histórias no norte do Brasil, a emissária da vida manipula poderes dados especificamente para quem representa divindades aqui na terra. Esse mundo separado entre escritor e leitor permite que a simplória parteira se torne uma heroína de superpoderes nas memórias de Rocque Pennafort. “Chegada a hora, a parteira suspende o bebê pelas pernas, dá-lhe uma palmadinha provocando o necessário choro (dizem que todos os bebês ao nascerem precisam chorar, a fim de que o ar penetre rapidamente enchendo os pulmões) e diz entusiasmada: **É homem!**” (Zaghetto, 2019, p. 165).

Para esses momentos particulares, Rocque apresentou outros personagens que passam despercebidos, as cuidadoras pós-parto, os compadres do mijo, tudo que é contado são encontros que remetem aos hábitos e costumes das regiões ribeirinhas do norte do país, não se trata de uma representação universalizada, e sim desse lugar. Um estado de memória coletiva de povos que não cabem em conceitos universais.

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade. Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações

e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 1991, p. 183-184).

Pertencimento, posse, donatários de sua cultura, seus modos de vida, é assim que Chartier (1991) retrata a representação autônoma sem a imposição e a estratificação do Estado, a comunidade decide o que de fato ela representa. O nascimento de um novo ser nesse local e nesse tempo narrado por Rocque Pennafort não passa pelo atendimento hospitalar, por serviços pré-natal; o parto e a recomendação pós-parto, nas paragens às beiras dos rios da Amazônia, são atributos de parteira.

Quando as memórias de Rocque falaram do senhor Estado brasileiro, este estava representado em uma roda de conversa de caboclos esperançosos, gabando-se do novo lugar que viriam passar a habitar. Contavam uma lenda já eternizada desde os relatos dos primeiros viajantes, que para tirarem vantagens pintavam a Amazônia como uma inesgotável e fácil fonte de riquezas. Essas conversas cheias de inverdades contadas pelo Estado e reforçadas no meio jornalístico fizeram os Pennafort e todos os seus agregados embarcarem rumo ao desconhecido. Não se trata somente da migração isolada de um povo, diz respeito à representação de todos os brasileiros pobres que, de uma forma ou de outra, são constantemente ludibriados e enganados pelos poderosos donatários do Estado. Essas ocorrências se estendem ao longo da existência dessas terras chamadas Brasil, o que demonstra o quanto essa memória não se finda nos fatos do passado.

A instalação de um projeto no coração da Amazônia sem sequer consultar os povos que já habitavam esses lados daqui não é uma novidade e hoje é uma temática super atual. Quando as memórias de Rocque jogaram luz sobre a comissão designada a implantar a colônia agrícola na região da fronteira, ele alertou o quanto os povos tradicionais são ignorados pelo Estado, e o quão é longínquo o silenciamento e desprezo dos povos da floresta. Mas é no fracasso dessa empreitada colonizadora que essa memória situa o quanto esse despreço aos povos e seus saberes custam caros para o Estado.

O desembarque dos prisioneiros que chegam a Clevelândia do Norte, sem nenhum aviso prévio, reforça a ideia de que as pessoas que estavam desbravando aquelas terras, tirando do papel o plano de ocupação nacional da fronteiras, pouco importavam para o Estado brasileiro, ao ponto de o governo transformar um projeto de colônia agrícola numa terra de despejo, onde depositava seus desafetos e opositores políticos e, de contrabalanço, ainda presenteava os colonos de Clevelândia do Norte com envio de presos de crimes comuns junto aos presos políticos.

Figura 7 – Chegada dos Prisioneiros em Clevelândia do Norte



Fonte: Zaghetto (2019, p. 418).

A grande maioria dos presos representa uma nova camada social instalada na recém-criada Clevelândia do Norte. Nessa memória particular que trata de bens sociais, culturais e históricos coletivos, no decorrer da sua história, conforme vai sendo contada, ele vai apresentando seus personagens e a classe que eles representam. A equipe responsável pela implantação e funcionamento da Colônia eram homens a serviço do Estado, já os colonos, tidos como pioneiros, eram famílias famigeradas recrutadas pelo Estado, e, por sua vez, os deportados eram prisioneiros do Estado.

De maneira diferente, todos os habitantes que ocuparam a Colônia de Clevelândia estavam numa situação de cativos, uns com direito a certas condicionais, outros atrelados à espera do tempo ou da coragem para uma fuga, porém os colonos eram cativos a um fio de esperança de que dias melhores estavam por vir. Os migrantes são representados pelo personagem da vida real Rocque Pennafort, que é, em todo o enredo, mesmo quando ocupa posto político de destaque, a representação do amazônida trabalhador, disposto a realizar as tarefas laborais mais penosas e assumir desafios íngremes, a exemplo, o cargo de prefeito de uma cidade sem proventos suficiente para se manter.

Quantos e quantos migrantes não têm a sua história de labuta representada pelas memórias de Rocque? E quando este revela que ainda criança tinha que trabalhar para ajudar no sustento da casa, ele está falando também de milhares e milhares de brasileirinhos.

Quando cheguei ao Oiapoque, ainda não havia completado 10 anos de idade, porém já tinha a pretensão de ser homenzinho. Já carregava pedra e areia para vender à comissão. A pedra carregava na cabeça limpa, doía muito; a areia a gente carregava dentro de latas, doía menos. Mesmo com aquela idade já ajudava na broca da roça e na plantação do roçado. De noite, sempre ia pilotar a canoa para o velho pai ou para

os irmãos mais velhos na caça ou na pesca. Como pretendia ser homenzinho, prestava atenção e observava tudo (ZAGHETTO, 2019, p. 184).

A imagem descrita acima, captada das memórias de Rocque, é a imagem da maioria das crianças que moram no interior da região amazônica. Geralmente, a diversão e o lazer desses pequenos vêm atrelados à responsabilidade do trabalho, e se percebe inclusive que em várias passagens Rocque fala dos trabalhos que fazia ainda criança em um tom de orgulho, e essa sensação de grandiosidade por ser trabalhador desde novinho é nutrida pela maioria das famílias pobres brasileiras. Esse orgulho em ter sido uma criança trabalhadora é na verdade uma representação de um orgulho nacional das famílias pobres brasileiras; quantas mães e quantos pais já não falaram um dia em plenos pulmões de orgulho “O meu filho trabalha desde criança”.

Todas as vezes que as memórias de Pennafort contaram a respeito do cotidiano às margens do rio Charapucu ou na Clevelândia do Norte em construção, ele não se apegou a uma escrita descritiva formal cheia de detalhes históricos, ao contrário, ele cuidou de trazer seus relatos para dentro de um ambiente de escrita informal, recheado de elementos que identificam o jeito caboclo de se expressar. Seus textos têm cheiro de mata úmida que rodeia casebres de madeira com piso de assoalho suspenso, a modo de não permitir que a maré cheia os inunde. Casinhas habitadas por pessoas simples de história de vida única. As memórias escritas de Rocque Pennafort foram assim: o falar do povo caboclo que o cercou. Até nisso essa memória se atentou em bem representar a Amazônia.

3.2 Uma correspondência para o mundo

Para se fazer presente, Rocque se correspondeu com o mundo e, quando esteve longe do Oiapoque, Rocque Pennafort escreveu cartas para a sua casa. Se a partir da oralidade Rocque construiu um belo acervo a respeito do Oiapoque, foi com sua máquina Olivetti que ele fez do Oiapoque um lugar menos distante dos demais brasileiros e do mundo. Suas correspondências carregavam a simplicidade que lhe fora peculiar pela vida inteira, e esteve presente também nas linhas de suas cartas o amor e devoção que este guardava por Oiapoque.

A carta tão utilizada para dar conta ao mundo da existência de lugares é a mesma que se corresponde os casais apaixonados; esse meio comunicativo já fora o principal meio de falar com quem está distante, muitas vezes como única ligação daqueles que estavam longe de casa. A biografia de Rocque Pennafort mostra que, apesar da sua forte ligação com Oiapoque, ainda assim por diversas vezes ele precisou ficar por muito tempo distante da sua terra amada.

Quase sempre os períodos afastados do Oiapoque eram por conta do seu trabalho, apontando assim que ele também passou por processos de migração laboral. Outra questão que o colocou longe do Oiapoque está relacionada a problemas de saúde.

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memórias não têm referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou histórica; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. Templum: recorte no indeterminado do profano - espaço ou tempo, espaço e tempo - de um circuito do interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (NORA, 1993, p. 27).

As cartas podem ser esse lugar de memória, relatado por Nora, uma vez que uma carta, por mais simplória que seja, pode carregar inúmeras significações e ser também o lugar de guardados de lembranças que podem ser representações coletivas. Parece que Roque sabia da função coletiva e de memória que uma carta pode ter. Com trocas de correspondências, Roque buscou os personagens que estiveram no processo de Colonização do Oiapoque, mas que com o tempo voltaram para o Ceará. Nessas trocas de correspondências, Roque Pennafort objetivava construir as narrativas de memórias com a participação de várias vozes. Importante destacar que essa empreitada foi realizada por Roque em um período que sua saúde estava definhando.

Franquito, em carta de 19 de junho de 1979, confirmou várias datas e episódios, inclusive o casamento de alguns membros de famílias do Oiapoque com os deportados de 1924, “Lembro bem do Sargento Pisato, que casou com uma das filhas do João Januário; e também do Juca, que casou com a segunda. O sezino, filho de João da Mata, de Afuá, veio deportado também. Era sargento da Marinha. Este faleceu aí na Clevelândia. O padrinho Antônio Pennafort foi intendente de Afuá dois anos, morrendo de repente. Então o papai Francisco assumiu no lugar dele os dois anos que faltavam e depois foi eleito na próxima eleição e aí tirou mais quatro anos” (ZAGHETTO, 2019, p. 247)

Esse meio de comunicação, a carta, já foi tratado, segundo Le Goff (1990), como um documento que era utilizado para comprovar a veracidade histórica dos fatos e acontecimentos: “o bolandista Daniel van Papenbroeck, pioneiro como Mabillon da crítica histórica na segunda metade do século XVII, recomendara o estudo das velhas cartas *ad historicam probationem* **com os fins de prova histórica**” (Le Goff, 1990, p. 538, grifo do autor). Mas as cartas também preenchem o campo das narrativas ficcionais, por exemplo, os

romances epistolares (romances em forma de cartas), ou são colocadas no meio das histórias no desenrolar dos enredos:

Mas as moças rodopiaram na varanda e saíram. A varanda envelheceu com a ausência de Irene, Rosália e Henriqueta. Bitá, na sala, abriu uma caixinha — feita pelo Eutanázio — e desamarrava uma fita azul. Eram as cartas do Ezequias. A carta do Ezequias que lhe mandava dizer... As lágrimas pesam nos olhos. Oh, por que não se deu toda para Ezequias, por que não o perseguiu, e convenceu-o de que sociedade e Dolorosa não eram nada diante do seu desejo de ter uma casinha arrumada e sair daquela casa onde Raquel chama-a de eterna noiva... (JURANDIR, 1991, p. 136).

No entanto, para Rocque Pennafort, parece claro que as suas cartas exercem múltiplas funções: romper a distância e afagar a solidão – “Graças a Deus estou bem. Sentindo, como é natural, a consequência de encontrar-me sozinho, cercado apenas por estranhos, lembrando-me que tenho tantos parentes e amigos, todos distantes” (Zaghetto, 2019, p. 237), matar a saudade – “Em carta datada de 1 de janeiro de 1965, ao seu amigo Coco, chefe da tribo caripuna, desabafou: minha vida aqui em Macapá não tem significado como vida humana” (Zaghetto, 2019, p. 236) – e, principalmente, foi um meio que Rocque encontrou de se fazer lembrado e criar com essas escritas uma espécie de memorial do Oiapoque:

Em um artigo, lamenta o desaparecimento dos locais históricos do Oiapoque. Demonti, ou Ponta dos Índios, foi o primeiro agrupamento humano a marcar de fato e de direito a presença nacional na fronteira Oiapoque; Santo Antônio do Oiapoque foi o segundo e Clevelândia do Norte foi o terceiro. Demonti desapareceu há alguns anos. Foi o primeiro a desaparecer. Santo Antônio também já desapareceu, há pouco tempo. Foi o segundo na ordem de desaparecimento. Será que chegou a vez de Clevelândia? Deus queira que a cadeia de infelicidade seja quebrada (ZAGHETTO, 2019, p. 243).

Essa carta, que virou artigo de jornal, denuncia a falta de cuidado com os principais símbolos nacionais brasileiros na região do Oiapoque; mais que isso, até: o trecho destacado acima traz um sentimento de pertencimento à terra oiapoquense. É uma carta ainda que diz a respeito das memórias de lugar, e quando essa narrativa falou dos locais que estão desaparecendo ela garantiu que esses lugares continuassem a existir e ter significado coletivo para o povo da fronteira.

A carta esteve na vida de Rocque Pennafort até quando ele se despediu deste plano terreno; se não foi ele quem escreveu, coube aos amigos e admiradores assim o representarem. Em uma dessas cartas, o padre Jorge Basile, em homenagem fúnebre, destacou bem todas as representações contidas em Rocque Pennafort, e esse texto foi publicado no ano de 1984 no jornal *Marco Zero*. No texto, o padre deu destaque à figura de Rocque Pennafort: “Dentista de confiança absoluta do caboclo do Cassiporé” (Zaghetto, 2019, p. 225). A carta

do padre segue até o fim falando dos vários feitos realizados em vida pelo Rocque, porém quem vai ao Oiapoque nos dias de hoje vai encontrar vários membros da comunidade realizando esses atos heroicos.

Passados mais de trinta anos da morte de Rocque Pennafort, as suas correspondências continuam a ser postadas, endereçadas para o mundo inteiro, especialmente, para as pessoas que gostam de sentir a simplicidade da vida entoada em palavras.

A Chico Caboclo, no dia 18 de maio 1979, Rocque fala sobre a saudade do Oiapoque: Recordo com saudade os dias que passei aí com os amigos, aproveitando a natureza como ela é, respirando o ar puro da selva amazônica e comendo o peixe pegado na hora. A vida aqui no meio dessa civilização criminosa em que vivemos, não tem a beleza natural que se desfruta aí. Não fosse o isolamento que se tem que enfrentar, eu jamais trocaria essa vida daí por essa daqui (ZAGHETTO, 2019, p. 218).

Assim, as cartas de Rocque Pennafort compõem parte desse quadro do mundo de representações em que esse personagem pode ser inserido, não fugindo da sua característica de caboclo amazônida, mas não se resumindo somente a tal. Essas correspondências endereçadas ao tempo presente representam as lembranças de um lugar, Oiapoque, que muitas foram salvas graças às trocas de cartas feitas por simples cidadãos.

3.3 Rocque Pennafort: discursos, fotografias e ações para posteridade

Se para Chartier (1991) um indivíduo é elevado à condição de representação coletiva quando ele se torna “ato”, então Rocque Pennafort se construiu com o tempo esse ser de representação. Nos seus discursos, quase sempre construídos no ambiente político, e alguns disponíveis na obra de Zaghetto (2019), o tom utilizado é de uma fala coletiva e ao mesmo tempo preocupada em instruir.

Os discursos de Rocque nas diversas ocasiões eram construídos no entorno de sólidos valores éticos e voltados para o bem-estar dos cidadãos. Um desses discursos no Dia da Criança, foi feito na escola da cidade e endereçado aos pais dos estudantes. O prefeito focou o seu discurso em duas frentes: a formação intelectual e ética das crianças e uma didática explicação sobre a importância de providenciar os documentos dos filhos. Ensinou aos seus ouvintes – em uma época na qual não se dava tanta importância a certidão de nascimento – toda a cadeia de ascensão social e construção da cidadania que se inicia com o registro de nascimento (ZAGHETTO, 2019, p. 232).

Ao pensar que a essência desse discurso destacado acima está centrada numa questão ainda não superada nas comunidades interioranas, em especial as longínquas e as isoladas, e

que em meados do século passado os discursos de Rocque, na época prefeito, centraram-se no tema cidadania, esta preocupação demonstra o quanto esse personagem conhecia a realidade do seu povo e a sua preocupação com a melhoria da situação marginal em que a sua comunidade se encontrava.

Outra marca de Rocque Pennafort ao discursar estava na sua dedicação em demonstrar para seus ouvintes o quanto a boa conduta era importante para o bom convívio urbano e que os atos individuais deveriam estar pautados no bem-estar coletivo. No discurso alusivo à semana da comunidade, ele falou uma frase emblemática, que se tornou a sua marca: “É necessário um comportamento perfeito das autoridades. Proceder de outra maneira é desservir à comunidade a que se pertence” (Zaghetto, 2019, p. 233). Essas convicções servem até hoje como exemplo a ser cobrado pela população das autoridades políticas do Oiapoque dos tempos atuais.

Os elaborados discursos com teor político, que visaram levar para o povo conforto e orientação, não foram a única forma de Rocque falar com o povo e passar a ser falado pelo povo. Seu jeito pitoresco de ser também foi representado por outras maneiras verbais de se comunicar, e assim surgiram várias cenas e ocasiões que produziram um almanaque de anedota envolvendo o nome de Rocque Pennafort.

Outra história bastante conhecida no Oiapoque, nos anos 70, relacionava-se ao caráter bonachão do prefeito. Foi igualmente reproduzido no programa da rádio Difusora:

“Um avião dos Serviços Aéreo Cruzeiro do Sul, que fazia a linha internacional com escala em Oiapoque, tinha aterrissado no aeroporto local. Na boleia do caminhão da Prefeitura estava Rocque. O comandante da aeronave, com pressa de seguir viagem para Caiena e vendo o caminhão parado, gritou:

- Ei, moço, encosta o caminhão para receber a carga.

Rocque, calmamente, engrenou a marcha a ré e devagarzinho encostou a taipa do caminhão no avião. Recebeu a carga, assinou o recibo e, quando já ia se afastando, ouviu o agente da Cruzeiro do Sul dizer:

- Ih, rapaz quem está dirigindo o caminhão é o prefeito. E você gritou com ele!

O piloto caiu das nuvens. Muito desconcertado, dirigiu-se a Rocque e pediu desculpas.

O prefeito apenas riu.

- Deixe disso. Não aconteceu nada de mais. Você não me conhecia e eu estava na boleia do caminhão. Não custou nada eu encostar no avião e receber a carga” (ZAGHETTO, 2019, p. 258).

Essas histórias, além de mostrar o quanto Rocque era popular e até folclórico dentro do Oiapoque, reforçam ainda o entendimento que vem sendo apresentado ao longo deste trabalho de que esse personagem não se deteve somente no ambiente regional de suas moradas; suas histórias e seus contributos narrativos há tempo passeiam além da faixa que

limita o Oiapoque. Ter sido narrado numa rádio de ondas longas na década de 70 do século passado é praticamente passar a ser conhecido por boa parte da população amapaense.

Os discursos e as anedotas encontraram nas fotografias das cenas urbanas e interioranas o complemento desse ato popular de comunicação adotado por Rocque, que, como dito antes, tornou-se o ato do próprio Oiapoque. Capturou através da fotografia momentos importantes da transformação da sociedade oiapoquense, foi guardião também de muitas dessas narrativas que utilizaram a imagem em vez das palavras. De todas as narrativas captadas em fotografia, temos certeza de que aquelas que representam o encontro de todos os povos, a confraternização dos Pennafort com todas as etnias e as transformações locais, são as mais marcantes e que melhor conversam com a figura da representação contida nas narrativas de Rocque.

As fotografias selecionadas e apresentadas a seguir contam um pouco da vivência da época dos tempos de Pennafort, como um gesto de nostalgia, ao olhar as fotografias, elas causam a impressão de que estão a nos dizer: naquele tempo Oiapoque era assim.

Figura 8 – Foto do Primeiro casamento de Cezarlina com Manuel Januário³⁰



Fonte: Arquivos dos Pennafort.

Em uma conversa via mensagem por WhatsApp no dia 25 de novembro de 2023, Sonia Zaghetto disse: “Essa é a foto do primeiro casamento de minha avó. Eu amo essa foto.

³⁰ Manuel Januário faleceu de hepatite no dia 30 de outubro de 1933. Quase quatro anos depois, em 29 de abril de 1937, Cesarlina casou-se com Rocque Pennafort.

E a razão é porque ela representa aquilo que lhe disse sobre a minha infância, eu via as pessoas de diferentes etnias fazendo parte de nossas vidas igualitariamente. A foto é de 1929”.

O álbum de família é tratado por Le Goff (1990) como um lugar de memória, onde se busca não deixar cair no esquecimento as ocasiões especiais. No entanto, nessa fotografia de uma cerimônia de família, esse lugar de memória foi conduzido à condição de memória comunitária.

Rocque Pennafort, desde o começo da dissertação de suas memórias, apresenta-se com a imagem de homem inserido e envolvido com o seu povo e seu lugar, e, como já foi dito algumas vezes neste trabalho, o Oiapoque é um território em que vários povos, diversas etnias, múltiplas culturas se encontram. Esses encontros entre os Pennafort e os povos que habitam a fronteira franco-brasileira foram sendo textualmente narrados de maneira muito sutil.

As memórias de Rocque fizeram entender que a história que estava sendo contada não se tratava só dos Pennafort, essa conversa abarcava todos que ali viviam. Os arquivos fotográficos narram também com clareza essa harmônica convivência; essas fotografias cumprem ainda o papel de congelar o tempo, o ato e o lugar onde esses encontros foram por ela capturadas.

Figura 9 – Rocque dançando Turé³¹ junto ao povo indígena



Fonte: Arquivos dos Pennafort.

³¹ Dança ancestral dos povos indígenas do Oiapoque, comumente esse ritual ocorre no início do plantio das roças nessas comunidades entre os meses de setembro e novembro.

Mais que uma liderança, Rocque fez parte da vida do povo, esteve envolvido na sua cultura. Esse dinamismo, em querer viver ativamente a vida da comunidade na qual ele esteve inserido, acompanhou-o pela vida inteira; nos seus planos de retorno ao Mazagão essa presença na cena cultural fica aparente, “Logo passou a Planejar outras viagens. Primeiro para Mazagão Velho onde foi assistir a festa de São Tiago” (Zaghetto, 2019, p. 205).

O cargo de prefeito lhe permitiu transitar ainda mais por toda Oiapoque, e literalmente ele viajou pelos quatro cantos do município, buscando conhecer de perto a realidade de cada paragem: “Fazia visitas frequentes às aldeias indígenas do Oiapoque – dos galibis kali’na e marworno, caripunas e palicures, além dos povoamentos do rio Cassiporé, a Vila de Taperebá e a Vila Velha. Ele mesmo – piloto hábil – conduzia a embarcação” (Zaghetto, 2019, p. 230).

Figura 10 – Rocque e os Indígenas da etnia Palikur



Fonte: Zaghetto (2019, p. 436).

A convivência e comunhão de Rocque Pennafort com os povos indígenas foi um legado transmitido para seus filhos e demais familiares, e Rocque herdou dos seus antecedentes esse jeito de conviver em harmonia com todos. A própria condição de isolamento territorial já direciona o oiapoquense a buscar a comunhão um com o outro independente das diferenças.

Figura 11 – Encontro de Héli Pennafort e amigos indígenas do Oiapoque



Fonte: Arquivo da Família Pennafort.

Figura 12 – Ney Pennafort mapeamento do projeto RADAM³² e indígenas do estado do Pará



Fonte: Arquivo da Família Pennafort.

³² Criado pelo Governo Federal na década de 1970, o projeto RADAM tinha o objetivo de mapear todas as riquezas naturais, minerais, o solo e fazer uma cartografia da região amazônica.

Figura 13 – A criança agachada é Sonia Zaghetto, Aldeia Galibi Kali'na



Fonte: Arquivo da Família Pennafort.

O envolvimento de Rocque com os povos indígenas foi tamanho que ele e sua esposa meio que adotaram o seu afilhado Francisco Iaparra, que passou a morar com os Pennafort desde os seus 7 anos de idade.

Figura 14 – Chico Iaparra junto com a família Pennafort



Fonte: Arquivo da Família Pennafort.

Nas suas escritas, cartas, discursos e memórias, Rocque sempre gostou de enfatizar a importância da escola, o quanto a educação tinha um papel transformador. “Fundou escolas em praticamente todas as localidades em Oiapoque, e em algumas delas ele mesmo trabalhou na construção” (Zaghetto, 2019, p. 231). Essa obsessão em oferecer acesso à educação para todos, independente da localidade, ficou gravado no seu álbum de fotografia.

Figura 15 – Rocque e Geraldo Lod na construção da escola da aldeia Galibi



Fonte: Zaghetto (2019, p. 440).

Figura 16 – Rocque Pennafort na frente da escola da Aldeia Curipi³³



Fonte: Arquivo da família Pennafort

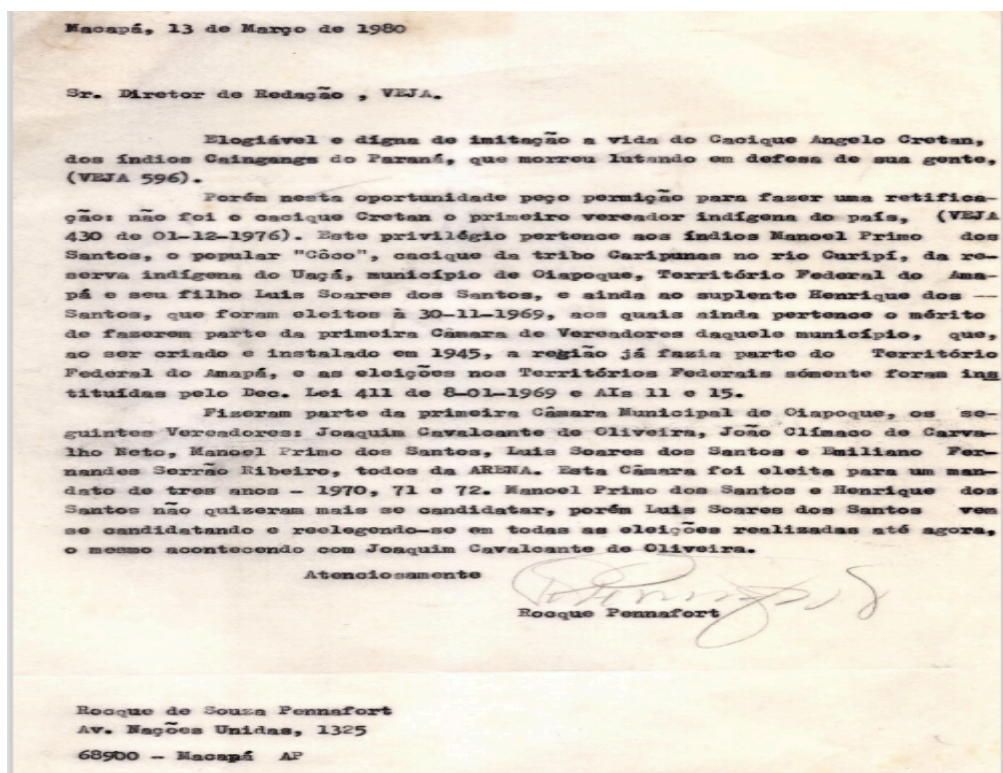
³³ Na altura do quilômetro 50 da BR 156 encontra-se a aldeia Curipi – Povos Indígenas da etnia Karipuna.

Entre as inúmeras correspondências enviadas por Rocque, há uma em que ele fala com ar de orgulho por ter contribuído com a construção de escolas em áreas remotas do município de Oiapoque.

Fiquei imensamente satisfeito em receber notícias do Urucaú [...] e saber que a Escola, que me deu tanto trabalho de fazê-la, está funcionando [...] Quando estou passando por aí, por cima, indo e voltando do Oiapoque e do alto sempre vejo o prédio da Escola se sobressaindo na montanha, então tenho a satisfação de mostrar a todos os companheiros de viagem: ali tem uma escola que, no meu programa de Administração do Município, fiz construir. Será uma grande felicidade para mim, se um dia puder chegar aí para uma visita, e encontrar a escola cheia de crianças estudando, aprendendo a ver este Brasil imenso, a conhecê-lo mesmo sem o ver. Assim ficarei perfeitamente recompensado do esforço que fiz, dos dias intermináveis de chuva que apanhei subindo o rio, levando material para a construção (Carta de 7.11.1965). (ZAGHETTO, 2019, p. 231).

A representação e a defesa dos povos da floresta se tornaram para Rocque uma militância constante, ele não queria saber quem estaria confrontando, mas qualquer movimento de injustiça contra as comunidades indígenas, especialmente do Oiapoque, ele se tornava um advogado de primeira hora. Foi assim no episódio em que a revista *Veja* errou ao noticiar que o primeiro indígena eleito no Brasil era um indígena do Paraná.

Figura 17 – Carta de Rocque Pennafort endereçada à revista *Veja*



Fonte: Arquivo da Família Pennafort.

Rocque foi um aliado também dos povos do outro lado da fronteira, e mais uma vez manteve uma forte relação com a camada social mais vulnerável. Sua biografia mostra que sempre tratou com urbanidade e bom trânsito as autoridades políticas da Guiana Francesa, no entanto, ele construiu uma relação próxima e de forte convivência com as pessoas simples do povo Saramacá. Os Saramacá são descendentes de negros escravizados que fugiram das plantações da Guiana Holandesa. Esse povo vive no lado francês do Oiapoque, num povoado chamado Tampak, são todos negros, grandes artesãos e famosos canoeiros. Grupo que ainda nos dias de hoje sofre preconceitos especialmente por conta da sua cor de pele e pela prática religiosa de matrizes africanas.

Figura 18 – Rocque Pennafort e Camby (do povo Saramacá)



Fonte: Arquivo da Família Pennafort.

Os Pennafort tinham e ainda hoje têm uma relação tão respeitosa com o povo Saramacá que, segundo relatos de Sonia Zaghetto, essa relação se tornou tão forte que Camby, Saramacá que aparece na fotografia acima, pediu para ser batizado na igreja católica e escolheu Rocque para ser seu padrinho, e mais, quando foi tirar seu registro de nascimento em Saint-Georges utilizou o sobrenome Pennafort.

As narrativas fotográficas oportunamente apresentadas só reforçam o entendimento de que Rocque Pennafort se tornou uma representação do povo oiapoquense. Se juntarmos todo o eco narrativo de que Rocque fez uso, não será exagero afirmar que o texto escrito, as rodadas de conversas reproduzidas e as fotografias falam de um representante de todas as pessoas que estão às margens sociais, lutando pela sobrevivência, em especial os povos da

Amazônia. O personagem Rocque Pennafort dá conta também, nas diversas formas como foi narrado, de um ser em extinção no Brasil, o político honesto, e representar essa categoria cada vez mais rara coloca Rocque num *status* de herói nacional. Mas o que faz dele um herói de verdade é bem mais que ele ter sido um político correto, o que lhe faz herói é ter sido a voz silenciada por tanto tempo de um povo que ainda hoje é negligenciado, o povo da fronteira franco-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oiapoque, por muito tempo, foi-me apresentado como o começo do Brasil. O monumento à Pátria, que indica o Oiapoque como marco inicial do Brasil, carrega em sua estrutura parte do Hino Nacional brasileiro e a seguinte frase: “Aqui começa o Brasil”. Esse monumento, inaugurado ainda na década de 40 do século passado, dividiu os destaques nas feiras científicas nos meus tempos de escola com outros dois importantes símbolos do estado do Amapá: a fortaleza de São José e o monumento Marco Zero do Equador (o meio do mundo). Esse lugar chamado Oiapoque permaneceu por muito tempo sendo importante para mim simplesmente por ser o começo do Brasil.

Precisou operários que navegavam nas estradas do Amapá (pirateiros) contarem que o início do Brasil era um lugar vívido e cheio de encantos; ainda assim, as notícias e histórias desse lugar sempre foram muito vazias, com recortes históricos quase sempre marginalizando o povo e o território. A estrada difícil de transitar, os meios de vida extremamente caros, os garimpos e as casas de prostituição eram quase tudo do pouco que se contava desse lugar. Um dia, um dos meus três irmãos mais velhos, não recordo qual, contou que durante a aula daquele dia um professor tinha falado que Clevelândia do Norte tinha sido uma das prisões mais cruéis e intransponíveis, e assim se formou no meu imaginário o retrato supremo de Clevelândia do Norte.

Oiapoque e Clevelândia do Norte são nomes de lugares estranhos para quase todos os brasileiros, e a maioria daqueles que não escutam com estranheza o nome desses lugares ainda assim pouco sabe da sua trajetória. É comum em meio aos amapaenses responderem que não conhecem o Oiapoque, e alguns declaram que não têm vontade de um dia viajar até lá. Sempre que comento a respeito da minha vivência no Oiapoque com outra pessoa, e essa porventura traz algo pejorativo a respeito do Oiapoque, logo desconfio de que se trata de alguém que desconhece o extremo norte do Brasil. Algo interessante que se constata ao conversar com a população que mora na sede do município do Oiapoque é que parte dessa população não visita Clevelândia há muito tempo ou nunca sequer foi lá; considerando que ir de carro da sede do município até Clevelândia é um percurso de aproximadamente dez minutos, constata-se assim um desinteresse por parte da população pelos seus símbolos identitários.

Contudo, a proposta deste estudo é ainda mais estrita, em vez de analisar o Oiapoque como um todo buscaram-se, nas memórias de um personagem do seu passado, Rocque Pennafort, os elementos narrativos históricos, literários e memorialistas que dessem conta de

apresentar neste tempo presente o enredo desse lugar ainda tão desconhecido. Falar desse personagem que é ainda mais anônimo do que o lugar e o povo que ele representa se mostrou uma difícil tarefa a ser realizada.

A história de Rocque Pennafort, mesmo para mim que sempre fui fascinado pelo tema Oiapoque, era uma história desconhecida. Mesmo quando residi por oito anos no Oiapoque, nunca sequer ouvi falar da existência de Rocque Pennafort; se alguém falou, passou-me despercebido. Isso demonstra um pouco do descaso local com suas memórias.

O livro de Sonia Zaghetto, *Histórias de Oiapoque: com o arquivo e as memórias de Rocque Pennafort*, apresentou para o mundo um representante de um lugar invisibilizado. Eu fui um dos descobridores de um Oiapoque diferente, através das viagens feitas nas páginas dessa obra que conta o passado, mas que é carregada de contemporaneidade. Essa viagem que margeia, toca, sente um pedacinho do mundo com todas as suas particularidades culturais e identitárias, permitiu-me realizar descobertas que antes dessa movimentação de páginas eu não era suficientemente capaz de fazer.

O nascedouro dessa tarefa, até aqui percorrida, definiu bem seu elemento principal a ser estudado: “análise literária, histórica e memorialista, presente nas memórias de Rocque Pennafort”. No entanto, ao longo da manipulação desse objeto, outros elementos, quase que de forma natural, foram se acrescentando a esta dissertação, muito por conta das inúmeras vezes que visitei a obra de Pennafort. Sem perder o foco, essas novas questões foram acrescidas ao debate, acontecimento que já é esperado uma vez que o mundo do leitor é enxergado com olhos dinâmicos e em constante alteração.

Esta noção parece central para a história cultural, desde que seja reformulada. Esta reformulação, que enfatiza a pluralidade dos empregos e das compreensões e a liberdade criadora — mesmo regulada — dos agentes que não obrigam nem os textos nem as normas, distancia-se, em primeiro lugar, do sentido que Michel Foucault dá ao conceito, ao tomar “a apropriação social dos discursos” como um dos procedimentos maiores através dos quais os discursos são dominados e confiscados pelos indivíduos ou instituições que se arrogam o controle exclusivo sobre eles. Distancia-se também do sentido que a hermenêutica da apropriação, pensada como o momento em que a “aplicação” de uma configuração narrativa particular à situação do leitor refigura sua compreensão de si e do mundo, logo sua experiência fenomenológica tido como universal e subtraída a toda variação histórica. A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1991, p. 179-180).

Nesse prisma de descontinuidade dos pensamentos universalizados é que chegamos a este bloco final, que visa não apresentar uma conclusão definitiva a este estudo, e acredito que nem seja possível tal feito, porém tenta-se aqui deixar a abertura inicial de um caminho que deve continuar sendo desbravado por mais estudos a respeito dos mundos aqui abordados.

Desse modo, o texto apresentado como memórias não necessariamente se reduz ao rótulo do seu título “As memórias de Rocque Pennafort”, pois, como bem disse Ricoeur (1993, p. 323), “A mesma obra pode, assim, ser um grande livro de história e um admirável romance. O espantoso é que esse entrelaçamento da ficção à história não enfraqueça o projeto de representância desta última, mas contribua para sua realização”. Assim, nesse processo de entender as representações apresentadas na obra de Pennafort, de uma certa forma vi representado também boa parte do que já vivi na Amazônia. Essa sensação de estar representado em um texto de memória só se fez possível porque este não está estanque, seu modo narrativo que ora entonou uma retórica histórica, ora usou-se do tom fictício.

Paradoxalmente, os mesmos relatos de memória que se apresentam como um produto estritamente particular, numa curta sequência de parágrafos, já passam a ser um produto coletivo. Com essa metamorfose ocorrendo a todo momento ao longo do texto, transformou a pessoa Rocque Pennafort em um lugar e tempo que vai muito além dos limites do Oiapoque, não se permitindo com isso a redução dessa narrativa a um âmbito meramente local.

Esse ser de representação não encontrou no Oiapoque ou em outra paragem do Amapá um espaço que o coloque como alguém que precisa ser lembrado e devidamente homenageado. Mas como bem disse Pierre Nora (1993, p. 15), “A memória de papel da qual falava Leibniz tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentação, bancos de dados”. Essa autonomia encontrada no exercício de coletar as memórias de Rocque na obra de Sonia Zaghetto garantiu o não esquecimento, ainda que nesse lugar de memória o que ficou preservado tenha sido os restos de lembranças de um Oiapoque de tempos atrás.

A não competição entre memória e história, dentro do texto de Pennafort, levou a narrativa de deslocamento dos migrantes para uma dimensão quase que poética, tornando uma experiência um tanto traumática em uma história que beira os romances. Essa brusca mudança foi contada quebrando diversos paradigmas (históricos, culturais, geográficos, políticos etc.) e reforçando a afirmação de Homi K. Bhabha (2013, p. 230) ao falar desse processo de narrar um fenômeno migratório: “Seu movimento metafórico requer um tipo de **duplicidade** de escrita, uma temporalidade de representação que se move entre formações culturais e processos sociais sem uma lógica causal centrada”. Por sua vez, ainda, as viagens, idas e

vindas dos Pennafort nos reiteraram que esses trajetos são de ganhos e de perda, e especificamente nos aspectos culturais e sociais é perceptível, ao ler as memórias de Rocque, o quanto o Norte do Brasil transformou o modo vivente dos migrantes nordestinos, no entanto, ao visitar o Oiapoque de hoje é fácil perceber os contributos dos imigrantes nesse lugar. Como o encontro do rio Amazônia com o Oceano Atlântico, esse chegar e partir diário no Oiapoque ajudou a construir uma sociedade de fusão única.

Nesse sentido, a ideia de um espaço em plena disputa por uma faixa de fronteira caiu por terra, sem a intenção de defender uma “democracia racial”, mas Rocque narra uma rede de boa vivência entre todos os povos que se abrigavam ao longo do território oiapoquense, e esse contato harmônico propiciou em seu tempo a construção de uma sociedade com fortes laços de fraternidade e baixas ocorrências de disputas territoriais. O desafio posto pelo lugar de natureza quase que virgem se sobrepôs a qualquer tipo de contenda.

Todavia, essa obra que foi estudada, objetivando analisar seus aspectos históricos, memorialistas e literários, é um produto falado e escrito por um autor improvável no meio acadêmico. Ainda que tenham muito para falar, essas vozes marginais quase nunca têm o direito de serem reproduzidas. Em uma certa palestra a qual escutava, Nêgo Bispo³⁴, uma liderança de povos marginalizados, disse mais ou menos assim: “A voz dos velhos sábios da comunidade, a voz do velho avô, precisam ser atenciosamente escutadas pelas novas gerações”. Entendo bem, hoje, o que esse enunciado quer dizer; é raro encontrar no meio acadêmico obras que carregam falas orgânicas de pessoas comuns igual a Rocque Pennafort.

No artigo “A literatura Africana e o Cânone Literário Ocidental: Releituras” de Fernanda Santos, a autora chama a atenção para o demérito dado aos escritos de autores não canônicos. A pesquisa feita pela autora ainda aponta qual o principal perfil dos autores que não têm espaços nos ditos meios catedráticos: “A mesma dificuldade foi notada na inclusão de autores latino-americanos. A escassez de autoras mulheres foi outro aspecto apontado, bem como a nítida ausência de autores negros” (Santos, 2018, p. 39). Em desfavor das obras produzidas por autores e autoras da Amazônia pode ser acrescentado à distância dos grandes centros, no entanto acredito que esse desprezo do meio acadêmico só amplia a importância da disseminação da obra de Rocque e de todas as outras que trazem o improvável marginal para o centro da cena.

³⁴ Antônio Bispo do Santos, o “Nêgo Bispo”, nasceu no estado do Piauí no final da década de 1950, é autor de livros que falam especialmente do seu território e da cultura do seu povo e costuma dizer que é advogado dos povos quilombolas e originários.

Mesmo quando Rocque falou de fatos históricos flagrantes, ainda assim ele impôs literatura no modo de contar, e isso em nada desprestigia os acontecimentos históricos. Ricoeur (1993) diz que a habilidade do historiador em utilizar da retórica literária na exposição dos fatos investigados ajuda a despertar maior interesse por parte dos leitores sobre esses documentos. Mesmo sem ser historiador ou romancista, Rocque, por ter sido criado em meio às rodas de conversas do interior, soube habilmente envolver os leitores com o seu jeito cadenciado de contar a vida.

Dessa maneira, este estudo navegou por dimensões culturais, políticas, sociais, literárias, históricas, étnicas e outras tantas que estão nas entrelinhas da escrita. Esse apanhado foi sendo colhido e conversado por todo o texto base deste estudo. Ter esses encontros em um texto de memória que fala do passado contribui para entender melhor as questões próprias das comunidades interioranas do norte do Brasil. Talvez sem a consciência do seu feito, Rocque, quando escreve a respeito do que viveu no Oiapoque, mais que conta a história de um lugar, ele na verdade cria e apresenta um novo lugar.

À vista disso, o que nos trouxe até aqui foi muito mais que a curiosidade na história desse homem chamado Rocque Pennafort, e a cada etapa concluída estive mais certo disso. O fato de o Oiapoque ter sido o místico lugar que me acompanhou a vida inteira, no imaginário e na vida real, também não se estabeleceu como motivo principal dessa caminhada. O combustível que conduziu este estudo até aqui, de fato, foi o quanto Rocque Pennafort, com suas memórias, e o Oiapoque, com suas especificidades de existência, são representativos. Rocque e o Oiapoque são a representação do povo simples e dos lugares esquecidos desse Brasil que tende a silenciar e não dar voz às comunidades que se erguem às margens. A voz que ecoa é história, é literária, abre caminho, aproxima o tempo e dá cor de vida à parte esquecida da população. A voz que ecoou a partir dessas memórias não é mais uma voz particular; agora a voz de Rocque que foi escrita e virou livro representa para o mundo a voz de todos os amazônidas.

REFERÊNCIAS

- ALICINO, Rogério. **Clevelândia do Norte**: corajosa e patriótica iniciativa pela nacionalização e povoamento das fronteiras do ex-contestado franco-brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.
- BALDUS, Wolfgang. **Os selos postais da República do Cunani**. Tradução: Ana Luíza Barros de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular**: leituras de operárias. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOSI, Ecléa. Problemas Ligados à Cultura das Classes Pobres. In: VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, José. **A Cultura do Povo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 6-30, jan. 2010.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, maio 1991.
- CULLER, Jonathan. **Teoria Literária**: uma introdução. Tradução: Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.
- EUCLIDESITE. **Fotografias de Euclides da Cunha**. [20--]. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/fotografias-de-euclides/>. Acesso em: 15 out. 2021.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Ocupação da Amazônia. **Uol**, [20--]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-ocupacao-amazonia.htm>. Acesso em: 15 out. 2021.
- GONÇALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HzMfQkWyQ9JL8J6pFctfXXP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Cantadores da Viagem: a literatura de cordel e a experiência da migração nordestina para a Amazônia. **As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e desafios: actas**, v. 2, p. 219-232, 2002. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7107.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos Campos de Cachoeira**. 3. ed. Belém: Cejup, 1991.

LACHAT, Marcelo. Como se narra a História do Brasil de frei Vicente do Salvador. **Revista Letras (UFSM)**, Santa Maria, especial, n. 1, p. 59-88, 2019.

LACHAT, Marcelo. Letras e literatura: continuidades e descontinuidades. **Revista USP**, São Paulo, n. 121, p. 45-60, abr./maio/jun. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. **Texto de História Revista do Programa de Pós-Graduação em História (UNB)**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

MORAES, João de Melo. O Rio Oiapoque. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 3-61, jan./mar. 1964.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, São Paulo, p. 18-42, 1993.

REIS, Artur César Ferreira. **Euclides e o Paraíso Perdido**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

RICOEUR, Paul, **Tempo e narrativa**: tomo iii. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, v. 6, n. 3, p. 501-524, set.-dez. 2011.

SALES, Germana Araújo. Amazônia: para além da floresta, (re)escrita. In: PEREIRA, Marcos Paulo Torres; CASTRO, Valdiney Valente Lobato de; CALDAS, Yurgel Pantoja. **Literaturas do Norte**: Vozes e escritas da Amazônia. Macapá: UNIFAP, 2022.

SANTOS, Fernanda Cristina da Encarnação. A literatura africana e o cânone literário ocidental: releituras. In: ALVES, Mariana Janaina dos Santos Sales; SANTOS, Fernanda Cristina da Encarnação. **Vozes da Négritude**: literatura e identidade. Macapá: UNIFAP, 2018.

ZAGHETTO, Sonia. **História de Oiapoque**: com os arquivos e as memórias de Rocque Pennafort. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

ZAPPONE, M. H. Y.; WIELEWICKI, V. H. G. Afinal, o que é Literatura? *In*: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (org.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2009.